

THIAGO OLIVEIRA NUNES

**CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL À EDUCAÇÃO FÍSICA
BRASILEIRA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

BRASÍLIA/DF

2014

THIAGO OLIVEIRA NUNES

**CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL À EDUCAÇÃO FÍSICA
BRASILEIRA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UnB), na área de Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física, Esporte e Lazer, vinculada à área de Atividade Física e Esporte, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Édson Marcelo Húngaro

BRASÍLIA/DF

2014

THIAGO OLIVEIRA NUNES

**CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL À EDUCAÇÃO FÍSICA
BRASILEIRA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UnB), na área de Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física, Esporte e Lazer, vinculada à área de Atividade Física e Esporte, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Édson Marcelo Húngaro

Brasília – DF, de de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro – Presidente
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Nivaldo Antônio Nogueira David – Titular
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Dr. Lino Castellani Filho – Titular
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas Alves – Suplente
Universidade de Brasília (UnB)

Reconhecendo as minhas contradições e as
marcas do contexto em mim, a Deus...

À humanidade, especialmente à totalidade social
em que me desenvolvi...

Ao amor da minha vida, Priscilla...

À minha amada família, pais, avós, irmão e
irmãs, tias e tios, sobrinhos e sobrinhas, primos e
primas, e todos os agregados, sem vocês, eu nada
seria...

Aos meus amigos e amigas, essenciais à minha
constituição...

Dedico.

Ao Avante, grupo de pesquisa da Faculdade de Educação Física (UnB), nas figuras dos queridos mestres e amigos, Marcelo Húngaro, Fernando Mascarenhas e Lino Castellani Filho, bem como aos amigos de formação...

Ao Genpex, grupo de pesquisa da Faculdade de Educação (UnB), na figura do meu mestre e amigo, Renato Hilário dos Reis, e a todos os amigos de pesquisa...

Agradeço.

Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*.

Karl Marx

RESUMO

A *Ontologia do Ser Social* é o cume do desenvolvimento intelectual de György Lukács, o resultado de um processo multifacetado, pautado por diversas inflexões. Nesse caminho, o autor transitou do neokantismo ao marxismo – diferenciado em momentos de ativismos revolucionários, de crítica literária, de mobilização contra o nazi-fascismo, de contestação oblíqua ao stalinismo e das obras sistemáticas e maduras como a *Estética* e a *Ontologia do Ser Social* –, passando pela vereda hegeliana. Em sua obra derradeira, o ser social – esfera ontologicamente diferenciada, tanto da inorgânica quanto da orgânica, em que pese dependente de ambas – é definido como um ser histórico que se constrói e reconstrói, especialmente, a partir do ato de trabalho – compreendido como a ação intencional sobre a natureza com o intuito de produzir meios de produção e de subsistência –, bem como da linguagem, das relações sociais, da ideologia, da reprodução e da alienação. Além disso, o filósofo húngaro constatou que o “mundo dos homens” é uma totalidade concreta, dialeticamente articulada em totalidades parciais, a qual se apresenta sempre por meio de uma intrincada interação entre os elementos no interior de cada complexo. Sob tal perspectiva, nos impusemos o desafio de identificar as possibilidades de mediação entre a principal obra de Lukács e a educação física brasileira, tendo como objetivo recolocar em discussão, no setor crítico da área, um renovado materialismo histórico dialético advindo do pensador magiar. O fizemos apresentando, ao longo dessa primeira aproximação, as possibilidades que surgem a partir de tal interface para a compreensão, por exemplo, da cultura corporal.

Palavras-chave: György Lukács. *Ontologia do Ser Social*. Materialismo histórico dialético. Educação Física.

ABSTRACT

The *Ontology of Social Being* is the summit of intellectual development of György Lukács, the result of a complex process guided by different inflections. On this path, the author moved from the neokantianism to marxism – differentiated in times of revolutionary activism, literary criticism, mobilization against nazi-fascism, oblique review of stalinism and systematic and mature works like *Aesthetics* and the *Ontology of Social Being* – passing through the hegelianism. In your last book, the social being – ontologically differentiated sphere of the inorganic as the organic, despite dependent on both – is set to be a history being that builds and rebuilds itself, according the act of work – understood as intentional action about nature for the production of means of production and subsistence – as well as language, social relations, ideology, reproduction and alienation. In addition, the hungarian philosopher found that the “world of men” is a dialectically articulated partial wholes concrete totality, which is always presented through an intricate interplay between the elements within each complex. From this perspective, set ourselves the challenge of identifying the possibilities of mediation between the main work of Lukács and physical education in Brazil, aiming to replace in the agenda of critical sector of the area, the renovated historical dialectical materialism coming from the magyar thinker. Presenting along that first approximation, the possibilities that arise from this interface for understanding, for example, body culture.

Keywords: György Lukács. Ontology of Social Being. Dialectical materialism history. Physical education.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. A Educação Física.....	14
2.1 A Europa e a Gênese da Educação Física.....	14
2.2 A Educação Física no Brasil.....	20
2.3 A crise da educação física e o movimento renovador.....	28
3. A reestruturação produtiva do capitalismo, a avalanche neoliberal e a pós-modernidade.....	32
3.1 Há saída? Sim, movimentos de massa associados ao marxismo renovado!.....	44
4. Lukács: vida e obra – uma resposta ao espírito do tempo contemporâneo?.....	48
4.1 A Evolução do Pensamento.....	48
4.2 Primeiras Formulações: Anticapitalismo Romântico.....	50
4.3 A Virada Comunista.....	52
4.4 Exílio em Viena e Política.....	53
4.5 Período Moscovita: Teoria Materialista Histórica Dialética.....	55
4.6 Fim da Segunda Guerra Mundial.....	58
4.7 A Estética Marxista e a Ontologia do Ser Social.....	59
4.8 O Final da Vida.....	64
5. Primeiras aproximações: a ontologia do ser social e a educação física.....	65
5.1 A Obra.....	67
5.2 O estado da arte – ontologias.....	68
5.3 Lukács (2012): os princípios ontológicos marxianos.....	74
5.3.1 A Crítica da Economia Política e o método de Marx.....	77
5.3.2 Lukács: Marx, a história e o conhecimento universalizante.....	85
5.4 A Ontologia do Ser Social – Parte II (as categorias garantidoras do protagonismo humano em seu “vir-a-ser”).....	110
5.4.1 Trabalho.....	113
5.4.2 Reprodução Social.....	122
5.4.3 Ideologia.....	132
5.4.4 Alienação.....	139
Considerações Finais.....	144
Referências Bibliográficas.....	149

1. INTRODUÇÃO

Desigualdade social crescente, guerras espalhadas pelo Oriente Médio e norte da África, ampliação da “produção destrutiva”, conformada aos ditames do capitalismo tardio – seja pela desconstrução dos direitos sociais e trabalhistas angariados à custa de grandes embates políticos e lutas populares, seja pelo aniquilamento do meio ambiente em busca do lucro desenfreado –, financeirização exponencial da economia, monopólios e oligopólios transnacionais subjogando estados soberanos, submissão dos homens às mercadorias, redução da razão ao pragmatismo e ao utilitarismo, falsificações do real impetradas, até mesmo, pelo complexo¹ do conhecimento sistematizado, eis algumas das marcas indeléveis da marcha do sistema capitalista nas primeiras décadas do século XXI.

Confrontados com tamanha “tsunami” de desumanidades, a resiliência parece algo inviável. Todavia, em tal conjuntura, as individualidades, fundamentais à dinâmica das forças sociais estruturantes do real, são essenciais à construção da corrente contra hegemônica. Portanto, resistir é preciso!

E não há como fazê-lo sem desvelar o sistema, descortinando a essência desumana da sua reprodução nos dias que correm. Nesse contexto, talvez mais do que nunca, o arsenal categorial do materialismo histórico dialético, consubstanciado na figura de Karl Marx, torne-se imprescindível. Não em sua forma mecanicista, reducionista e/ou positivista, mas sim, em seu modelo embebido de dialética. Suficiente para compreensão do real por completo? Não. Porém, indispensável a uma saturação de determinações que permita à humanidade reconstruir de forma consciente o seu futuro.

Ademais, sob a injunção do mercado universalizado, suportado por meios multimídias, inexistente uma autonomia absoluta de uma determinada área em relação ao movimento do todo. A dinâmica social se caracteriza, cada vez mais, como um “complexo de complexos”. Uma totalidade articulada em que os distintos planos, compostos por elementos heterogêneos, se determinam mutuamente, tendo, especialmente no capitalismo, o seu momento predominante (força que direciona o processo) ancorado no elemento econômico.

As evidências de tal assertiva desbordam as fronteiras do conhecimento sistematizado. Escancaram-se aos olhos até mesmo dos mais desavisados. E não há obra capaz de apresentá-

¹ Sublinhamos que, no decorrer desta dissertação os termos “complexo”, “área” e “esfera” serão utilizados como sinônimos e dizem respeito à multifacetada e heterogênea composição das práxis sociais coaguladas em estruturas específicas.

las com tamanha perspicácia como a *Ontologia do Ser Social*, de György Lukács volumes I (2012) e II (2013).

Ainda na gestação da reestruturação produtiva do capitalismo, suporte da avalanche neoliberal e do movimento pós-moderno, o intelectual húngaro já fora capaz de perceber o período de manipulação das consciências que se avizinhava, o recrudescimento da inadequação dos indivíduos ao gênero, do “dever-ser” ao “ser”, quando este se encontra imerso no cotidiano tirânico da sociedade das “mercadorias”.

E como não poderia deixar de ser, a vaga da história “atropelou” o incipiente movimento renovador crítico – restrito à particularidade de um país que engatinhava em seu processo de redemocratização política, não partícipe do grupo das nações centrais da divisão internacional do processo de trabalho –, questionador do caráter reacionário ao longo da história, tanto no Brasil quanto fora de nossas fronteiras, da área à qual se vinculava: a educação física.

A riqueza categorial desse matiz – em que pese advinda de um contato indireto com a literatura marxiana, mediado por grandes autores, especialmente da educação –, utilizada em obras como a *Metodologia da Educação Física* (SOARES, 1992), não se tornou hegemônica com o passar dos anos, muito em função da oposição do “espírito do tempo” presente no último quartel do século XX e nas primeiras décadas do século XXI às impositões ontológicas. Não obstante, apesar da constatação da impossibilidade de recolocá-la na ordem do dia desconectada de movimentos sociais de massa, capazes de desequilibrar a tendência atual de subsunção do trabalho ao capital, ousamos fazê-lo, principalmente, por considerarmos o materialismo histórico dialético de Lukács, amparado em quase sua totalidade pelas formulações marxianas, funcional à reestruturação de um projeto emancipatório que tenda à submissão da economia aos homens, e não o inverso, e, particularmente no campo da educação física, à recomposição da intenção de ruptura (iniciada na década de 80 da última centúria) com a reacionária função social desempenhada pelo complexo ao longo do tempo.

O fizemos a partir de uma revisão de bibliografia capaz de contar resumidamente a história da área, desde o seu surgimento na Europa na qualidade de campo sistematizado de conhecimento, utilizado com pretensões pedagógicas, bem como de apresentar o seu desenrolar em terras brasileiras. A esse processo Marx (1982a) denominou de identificação, respectivamente, das categorias diacrônicas (origem) e sincrônicas (desenvolvimento) de um

objeto, posteriormente, alcunhado de método histórico-sistemático² ou genético-estrutural³. Seguindo o percurso, demonstramos o processo de reestruturação do capitalismo no final do século passado, no intuito de clarificar a origem da aversão às formulações de impositação ontológica. Por fim, trouxemos à baila o convidado principal, Lukács. Ao expor as suas formulações ontológicas, iniciamos um processo de mediação de sua principal obra madura com a educação física – tendemos às análises restritas à prática social com intenção pedagógica, todavia, por vezes, ultrapassamos esse limite para adentrar, por exemplo, em uma discussão sobre megaeventos e/ou cultura corporal. São formulações ainda preliminares, objetivando recolocar Marx, via Lukács (2012 e 2013), no centro das formulações críticas da educação física.

De mais a mais, entendemos que um estudo de cunho marxista ontológico deve ater-se à ortodoxia do método elaborado pelo autor alemão. Nesse contexto, não há como dissociar o desenvolvimento daquele de um processo de enriquecimento teórico do pesquisador, conforme Goldmann outrora afirmava:

[...] parece certo que o método só se encontra na própria investigação e que esta só pode ser válida e frutífera na medida em que toma consciência, progressivamente, da natureza de seu próprio avanço e das condições que lhe permitem avançar”. (GOLDMANN apud PAULO NETTO, 2011, p. 55).

Assim sendo, para além de um ponto final, consideramos a síntese realizada nesta dissertação um ponto de partida.

A primeira – entre tantas outras a serem realizadas no decorrer de minha vida acadêmica – reprodução ideal do movimento real do objeto⁴, no caso em questão, a possível mediação entre a ontologia do ser social e o nosso complexo, ocorreu a partir de sucessivas aproximações⁵, em uma dinâmica iniciada pela observação da aparência da realidade empírica (ancorada em resumos das fontes bibliográficas consentâneas à área e das formulações lukacsianas), em um primeiro momento, ainda um todo caótico. Após uma descrição

² Termo cunhado por Lukács para designar o método de Marx.

³ Termo elaborado por Goldmann para caracterizar o método em pauta.

⁴ Conceito de Teoria descrito por Marx em *O Capital* (1968).

⁵ “O método de Marx não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou de inspirações iluminadas e momentâneas. Antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto.” (PAULO NETTO, 2011, p. 28).

sistematizada do fenômeno, encetamos o movimento de abstração⁶ (negação). A partir desse, retiramos dos elementos identificados as suas determinações⁷ mais concretas, até atingir as mais simples (categorias presentes na obra de Lukács passíveis de utilização na educação física). Apreendidas tais determinações, realizamos o processo de retorno à *empíria*, mediando-as – contudo, nesse momento, já enriquecida de determinações, portanto, uma unidade do diverso, o concreto pensado. Salientamos, entretanto, que, apesar de ampliarmos a compreensão das possibilidades da obra maturada de Lukács para a área, a essência do fenômeno, tanto em função do caráter dialético da realidade, ou seja, sua característica imanente de transformação, quanto em decorrência da exiguidade de tempo destinado à dissertação, não pôde, nem poderá, ser alcançada.

Por fim, repisamos: ao realizarmos esta síntese inicial, nos encontramos ainda distantes de apreendermos toda a vastidão categorial suscetível de utilização pela educação física, tendo como pilar a *Ontologia do Ser Social*. São, portanto, primeiras aproximações. Apenas anos de estudo poderão dar conta da concretização de uma mediação substantiva entre ambas. Isso posto, iniciemos o nosso percurso.

⁶ “Capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo.” (PAULO NETTO, 2011, p. 44).

⁷ “Traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade” (PAULO NETTO, 2011, p. 44).

2. A EDUCAÇÃO FÍSICA

2.1 A Europa e a Gênese da Educação Física

As próximas páginas têm por objetivo apresentar um breve histórico sobre o complexo da educação física, descrevendo sumariamente o contexto em que surgiu e o seu posterior desenvolvimento, tanto na Europa quanto no Brasil. O fizemos ancorados, primordialmente, nos estudos de Soares (2007), de Castellani Filho (2011) e do Coletivo de Autores (SOARES et al, 1992)⁸. Ativemo-nos, dessa forma, à tradição de pesquisa marxista, identificando as peculiaridades presentes na origem da área, denominadas por Marx de categorias diacrônicas, assim como as vinculadas ao seu incremento subsequente, também conhecidas como categorias sincrônicas.

A educação física como uma prática social com intenção pedagógica surgiu na Europa no decorrer do século XIX, em um período caracterizado pela estabilização da classe burguesa no poder e pelo surgimento do seu oponente histórico como classe que se reconhecia enquanto tal, o proletariado. Surgiu, ancorada em uma concepção positivista de ciência – a qual equiparava os fatos sociais aos eventos biológicos e naturais –, tendo como um dos principais pilares Comte⁹ (1798-1857), e objetivando moldar os indivíduos necessários ao desenrolar do novo modo de produção ascendente: o burguês.

A menção ao positivismo nos exige uma breve digressão. Desde o renascimento, passando pelo iluminismo e chegando à ciência e à filosofia do século XIX, uma ideia permeou hegemonicamente o pensamento sistematizado ocidental: a busca pelo conhecimento do real tal qual ele é, o seu “em-si”, tanto natural quanto social, pois o fazer significava hipotecar à humanidade a construção consciente do seu “vir-a-ser”. Assim o foi desde o racionalismo subjetivista de Descartes (1596-1650) até o pensamento sistemático e idealista de Hegel (1770-1831), passando antes pelo empirismo e pela síntese kantiana. Todavia, após a maturação do ser social, decorrente, principalmente, das revoluções francesa e inglesa, bem como da revolução industrial e da Primavera dos Povos (analisaremos tal processo a seguir), a ciência se rompeu em duas vertentes: uma, em linhas gerais, que nega a possibilidade de se compreender o mundo objetivo social (irracionalismo) e/ou reduz a razão à sua dimensão

⁸ Seria de bom alvitre que tivéssemos nos apropriado das obras de Marinho (1953, 1980), no intuito de realizar tal incursão. Não obstante, como esta dissertação não tem por objetivo elaborar uma historiografia da área, nos limitaremos aos textos citados.

⁹ Filósofo francês fundador do positivismo.

instrumental, tal qual o positivismo¹⁰, inviabilizando a possibilidade de se superar a facticidade, sendo ambas as concepções constituintes da filosofia burguesa decadente, segundo Lukács; e outra, progressista e ascendente, encampada pelo materialismo histórico dialético marxiano, defensora do humanismo, da razão dialética e do historicismo. Segundo Coutinho:

Na história da filosofia burguesa é possível discernir – com relativa nitidez – duas etapas principais. A primeira, que vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. A segunda – que se segue a uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830 – 1848 – é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética. (COUTINHO, 2010, p. 21).

Por conseguinte, desse momento em diante, caracterizado pela delimitação perceptível das fronteiras que separam os atuais sujeitos históricos – proprietários dos meios de produção (capitalistas) e os geradores de valor pelo trabalho (proletários), mediados, lógico, por inúmeras e transformáveis franjas de classe –, coube à fração decadente da filosofia citada acima operar entre a “destruição da razão” (irracionalismo¹¹), utilizada em momentos de crise, e a “miséria da razão” (exemplo: positivismo), praticada em épocas estáveis. Restando a esse último conjunto de formuladores o papel de justificar o existente, o que, atualmente, significa aceitar o capitalismo e suas imanentes e insanáveis contradições, como o “fim da história”, tal qual nos propõe, por exemplo, Fukuyama (1989).

De mais a mais, no entendimento positivista, conforme formulação de Schaff, o ser é “restituído” às suas funções biológicas e individuais, apartando-se da sociedade que o conformou (SCHAFF apud SOARES, 2007). De tal compreensão de homem surgiram, v.g., as teorias científicas que justificavam a desigualdade social patente no velho continente – fruto do capitalismo em desenvolvimento –, a partir das diferenças biológicas singulares. Sob

¹⁰ Frisamos, segundo Carli (2013), que o positivismo nem sempre foi reacionário. Condorcet (1988), por exemplo, propunha o cientificismo como forma de superar a concepção de mundo medieval, sustentáculo do Antigo Regime. Já Saint Simon (CARLI, 2013) afirmava a objetivação do ser social no Estado, refletindo, dessa forma, a sua cisão em classes sociais.

¹¹ No decorrer de nossa formulação serão apresentadas análises referentes ao irracionalismo moderno, todavia, como forma de antecipá-las, fizemos uso de Paulo Netto (1978): “Mas a fundação do moderno irracionalismo é fenômeno específico da fase imperialista do capitalismo [...] no último quartel do século XIX [...] o verdadeiro adversário do irracionalismo é o materialismo histórico dialético.” (PAULO NETO, 1978, p. 48-49).

esse enfoque, também, reduzia-se a sociedade a um organismo regido por leis naturais, independentemente da ação dos homens, cabendo à racionalidade, no limite, prepará-los para serem funcionais ao sistema.

Retornando à discussão referente ao surgimento da educação física, relatamos que a urbanização decorrente do novo modo de produção segregou os trabalhadores em locais específicos, sem o saneamento básico exigido a uma vida saudável. Isso, acrescido à concentração de renda exponencial, acabou por criar as condições sociais que desencadearam, em 1848, revoltas populares que se espalharam por toda a Europa e América, em um movimento denominado “Primavera dos Povos”.

À época, as promessas de liberdade, igualdade e fraternidade da revolução francesa já se reduziam, apenas, à liberdade de propriedade, à igualdade formal (e não material) e à fraternidade moldada às políticas assistencialistas. Tal constatação, acrescida às péssimas condições de vida dos trabalhadores, resultou na explosão do movimento supracitado,¹² que foi, contudo, rapidamente controlado pelas forças do capital. A partir daquela quadra, a filosofia burguesa ocidental tendeu, em sua fração reacionária, à decadência.

Por conseguinte, e como uma das possibilidades de controle da insatisfação, veio à tona uma formulação surgida no seio da classe hegemônica, propugnando o “saneamento” da sociedade. Foi compondo esse caldo cultural que ganhou corpo a educação física. E como não poderia deixar de ser, encharcada de positivismo, o fez reduzindo os homens ao aspecto biológico, propondo a evolução da raça (eugenia) e a “limpeza” dos hábitos “inapropriados” da população (higienismo).

“Com a certeza da determinação biológica, delimitavam-se os espaços de classe, determinavam-se funções de classe e papéis sociais, garantia-se, desse modo, a continuidade ‘harmoniosa’ da ordem social vigente” (SOARES, 2007, p. 19). Com esse intuito, tornaram-se imperiosos “mensurar, classificar e generalizar” tanto os indivíduos quanto a totalidade social (método tão caro ao positivismo). Nessa toada brotou um movimento contraditório de ampliação da liberdade em função dos conhecimentos médicos que alongavam o tempo de vida das pessoas, ao passo que se restringiam as possibilidades de ação singular em função do controle estatal. Sublinha-se, por fim, que a predominância do pensamento médico residia no higienismo, apesar do antagonismo personificado em uma corrente contra hegemônica da medicina social, a qual tributava à miséria derivada do modo de produção capitalista a culpa

¹² Para mais informações, vide Hobsbawm (2010).

pelas doenças que assolavam a população, especialmente a classe trabalhadora. Dessa maneira, se compôs um enunciado referente à necessidade de se formar indivíduos biologicamente saudáveis, garantidores da reprodução do capital. Destarte, novos hábitos morais deveriam ser adotados¹³.

No caldo cultural que permeava o tecido social europeu do século XIX, às mães destinava-se um papel fundamental na construção da ordem. Cabia a elas, especialmente às da classe criadora de valor, “domesticar” seus filhos, tornando-os submissos ao processo de trabalho capitalista. Conformava-se, dessa maneira, um tripé imperativo à nova ordem econômica: valores “morais” introjetados no núcleo familiar, especialmente pelas mães, ação estatal vinculada à educação submetida à lógica expoente, além de médicos higienistas formados a partir dos conceitos apresentados anteriormente.

Ademais, no segundo quartel do século XIX, já restava claro à classe burguesa a exigência de trabalhadores adestrados capazes de fazer girar a roda do sistema, moldados a partir de uma ideologia basilar à produção capitalista, qual seja: “os homens não são iguais em seus talentos e capacidades individuais, logo, não o poderão ser em relação às riquezas materiais, porque essas nada mais são do que a recompensa de seus talentos” (SOARES, 2007, p. 35).

Como consequência dessa interpretação de mundo, nada mais previsível que o aparecimento da “meritocracia” como forma de premiar os “talentos naturais”. Ademais, em uma sociedade hierarquizada, as funções sociais deveriam ser distintas, bem como o processo de formação de seus executores.

Nesse caminho, a autora pendão dessa retrospectiva nos apresentou algumas concepções educacionais que consideravam importante a “educação do corpo”, tais como as formulações de Locke, na Inglaterra, proponente de um processo de transmissão de conhecimento pautado pelo utilitarismo e vinculado à necessidade da indústria e do comércio, sendo fundamental, para tanto, o cuidado com o corpo. Já na França, Rousseau sugeriu uma educação específica para a elite, mediada por um preceptor e tendo por conteúdo assuntos úteis e não especulativos, englobando, também, a educação dos sentidos, além de utilizar o exercício físico como uma maneira de constituir moralmente o cidadão.

Dessa maneira, ganhava corpo a formulação burguesa segundo a qual uma educação pública de qualidade seria o caminho para a ascensão social, especialmente a partir do

¹³ Processo esse de inculcação de valores e de reordenamento da classe que vivia do trabalho que teve no higienismo e na educação escolar, conforme nos relata Soares (2007, p. 26), atores principais.

desenvolvimento dos “talentos” individuais. Na França, além do autor acima citado, o Marquês de Condorcet (1743-1794), deputado por Paris, recomendava um sistema de ensino universal, público, laico e gratuito¹⁴. Neste, a ciência teria um papel central e as crianças seriam dispostas em graus distintos, de acordo com seus respectivos “talentos” e com o tempo que cada aluno poderia dispensar aos estudos em função de sua situação econômica. Salienta-se, não obstante, que, apesar de o projeto inicial possuir uma característica universal, as crianças da classe trabalhadora não tinham acesso ao sistema, pois labutavam para auxiliar no sustento de suas famílias.

Na Alemanha, o pedagogo Johan Bernard Basedow (1723-1790), amparado pelos ideais franceses, propôs uma escola (*Philantropinum*) distinta a partir da respectiva classe social¹⁵. Aos ricos, uma maior carga de estudos, atrelada à educação dos sentidos, aos pobres, menos instrução e mais trabalho manual.

Além disso, como forma de evitar uma nova revolução como a de 1848, fazia-se necessário “organizar” o lar operário, bem como revitalizar a força física do trabalhador. No movimento de expansão da escola primária, avultou-se, igualmente, o controle da sociedade. Nesse contexto, ganhou espaço a educação física, evidente que resumida à concepção biológica e à moral burguesa. Seus objetivos? Regenerar a raça e a vontade, além de moldar indivíduos capazes de defender a pátria.

A Educação Física, construída de maneira autônoma em relação à sociedade que objetiva o corpo dos indivíduos em configurações precisas e determinadas historicamente, coloca-se como uma prática neutra, capaz de alterar a saúde, os hábitos e a própria vida dos indivíduos. E é assim que ela começa a ser vinculada como uma necessidade, passando a integrar o conjunto de normas que tratam dos “cuidados do corpo”, cuidados esses que, no discurso, passam a ser um problema do Estado. (SOARES, 2007, p. 51).

O espírito do tempo presente no início do século XIX foi pródigo em conformar métodos ginásticos tais como o alemão, o inglês, o sueco, entre outros – todos suportados pelos ideais retro mencionados. Na Alemanha, essas metodologias surgiram envoltas pelo

¹⁴ Saint Forgeu (1760-1793), presidente do parlamento, também participou da criação do sistema de ensino francês, além de Leppelletter, um dos ideólogos da prática de exercícios físicos nas escolas, como mecanismo de fortificação dos corpos para o trabalho.

¹⁵ No mesmo período, o intelectual suíço J. H. Pestalozzi (1746-1827) também sugeria uma distinção na instrução de acordo com a classe social do aluno, cabendo ao pobre aceitar a ordem social construída por Deus. Tais análises prenunciavam a decadência da filosofia burguesa explicitada na segunda metade do século XIX, engajada na luta pela manutenção do *status quo* a partir do falseamento do real.

processo de desenvolvimento do espírito nacionalista, sendo organizados pelo Estado. Sob os auspícios do biologicismo e das preocupações de Basedow, Rousseau e Pestalozzi, Jahn (1778-1825) propunha grandes encontros de ginástica destinados às massas, denominados de “*Turnen*”.

Jahn reforçará, para além da saúde e da moral, o carácter militar das ginásticas. Ele acreditava que, para formar o “homem total”, a ginástica deveria estimular a aplicação de jogos, pois eles constituem verdadeira fonte de emulação social, e dava especial atenção às lutas, uma vez que lhe era sempre presente a possibilidade de uma guerra nacional. Em suas formulações práticas para a execução dos exercícios físicos, Jahn cria obstáculos artificiais, que mais tarde serão denominados aparelhos de ginástica. (SOARES, 2007, p. 54).

Segundo Soares et al (1992):

A preocupação com a inclusão dos exercícios físicos nos currículos escolares remonta ao século XVIII com Guths Muths (1712-1738), J. B. Basedow (1723-1790), J. J. Rousseau (1712-1778) e Pestalozzi (1746-1827). Contribui para essa inclusão o surgimento, na Alemanha, das Escolas de Ginástica (Turnvereine) [...]. (SOARES et al, 1992, p. 35).

Se inicialmente os métodos não faziam parte do sistema escolar, com a atuação de Spiess, assim como com a crescente necessidade da indústria nascente de indivíduos vigorosos, tornaram-se, posteriormente, componentes curriculares. De mais a mais, ao cabo da primeira guerra mundial e com a derrota alemã, os métodos ginásticos recrudesceram o sentimento nacionalista como forma de mobilizar a juventude, primando pelo desenvolvimento de um homem universal, suportado pela apuração do corpo e do espírito, e adepto dos ideais burgueses¹⁶.

Na Escandinávia, especialmente na Suécia, no início do século XIX, a ginástica sistematizada de autoria de Ling (1776-1839) também assumiu um carácter extremamente conservador, objetivando excluir os vícios da população, além de preparar o soldado e o operário para o processo de industrialização da nação. Com desideratos médicos e higienistas, constituiu-se sob uma concepção de homem anatomofisiológica e de viés cientificista. Sem embargo, em 1807, segundo Marinho (apud SOARES (2007)), o método ginástico, por possuir

¹⁶ Acentua-se que o método alemão foi adotado oficialmente pelo exército brasileiro entre os anos de 1860 e 1912, não sendo utilizado, contudo, nas escolas. Além disso, segundo Marinho (apud SOARES (2007)), no decorrer do século XX, a ginástica alemã se fez presente, também, como um hábito de vida dos imigrantes daquelas terras, no Brasil.

alguns componentes de socialização, acabou por consubstanciar-se em conteúdo escolar daquele país. No Brasil, décadas após, Fernando de Azevedo, assim como Rui Barbosa, defendiam a tese, adotada em seguida, de utilização do método ginástico sueco nas escolas, em função do seu caráter pedagógico, e do alemão nos meios militares. Destrinchamos a seguir tal processo, sustentados, especialmente, por Castellani Filho (2011).

Já na França, berço das concepções liberais clássicas da educação, o exercício físico compunha os elementos constituintes do “homem universal”. Assim, a ginástica francesa se desenvolveu na primeira metade do século XIX, influenciada pelo método alemão e tendo como estratégia avultar as qualidades físicas e psicológicas da sociedade, adaptando-a ao “devir” do capitalismo nascente. Ampliar a virilidade dos homens para a guerra, assim como forma de incremento da produção industrial, eis o seu principal objetivo. Submetida a tal injunção, em 1850, tornou-se obrigatória nas escolas. Todavia, a emergência de um segundo protagonista histórico, o proletariado revolucionário (lembramos que a Primavera dos Povos ocorreu em 1848 e a Comuna de Paris instaurou-se em 1871), acabou por criar as condições necessárias ao surgimento de concepções inovadoras na educação.

Nessa esteira, a ginástica deslizou das questões militares para o cientificismo e o higienismo médico. O biólogo George Demeny (1850-1917), *v.g.*, sob os auspícios do positivismo, propunha movimentos eficientes, poupadores de energia, como necessários à constituição dos métodos. Posteriormente, tais atividades passariam a ter por desiderato adestrar os gestos do trabalhador atuante nos modernos maquinários. Nos termos de Soares (2007), tal metodologia foi tanto inovadora, por levar em consideração movimentos totalizantes, quanto conservadora, por naturalizar os indivíduos, desconectando-os das relações sociais, e por se apoiar em concepções anatomofisiológicas.

2.2 A Educação Física no Brasil

Identificada a forma como se deu a origem e o desenvolvimento do complexo em perspectiva na Europa, nos é imperativo apresentar as particularidades do seu “vir-a-ser” no Brasil, tendo por suposto que a idiosincrasia do seu desenrolar em nosso país resulta de uma síntese entre elementos universais (seja no velho continente ou no Brasil, a educação física se construiu no seio de um sistema de produção capitalista, em que pese a diferença de desenvolvimento entre ambos) e singulares (características peculiares à nossa nação). A descrição disposta a seguir tem por pilar, primordialmente, o trabalho de Castellani Filho, elaborado em 1988 e reeditado por 19 vezes. A escolha desse autor vincula-se à sua

perspectiva analítica, que, ao nosso ver, o permitiu saturar de determinações o papel desempenhado pela área no Brasil, para além dos textos elaborados anteriormente a respeito do tema.

Inicialmente, assim como na Europa, a Instituição Militar teve forte influência no assentamento do complexo em nossas terras. Essa presença encontra-se visível na introdução da ginástica alemã (1860) por um alferes do Estado Maior (Pedro Guilhermino Meyer), na função de contramestre de ginástica da Escola Militar, criada pela Carta Régia de 1810 com o nome de Academia Real Militar, assim como na fundação pela missão militar francesa no ano de 1907 do embrião da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, bem como na criação do Centro Militar de Educação Física (1922), pelo Ministério da Guerra, com o objetivo de dirigir e difundir o novo método de Educação Física, ou, por fim, na presença dos militares na formação dos primeiros professores civis da área.

A vinculação da Educação Física às instituições militares ocorreu sob a égide da filosofia positivista reinante nas casernas, adequada, nos termos de Castellani Filho (2011), à pobreza intelectual da República Velha e à disposição da busca pelo progresso. Salienta-se que este deveria ocorrer sob os auspícios da organização socioeconômica capitalista. A frase presente em nossa bandeira “Ordem e Progresso” reflete o sentimento hegemônico à época.

Sob tal perspectiva, restaria à área auxiliar na formação de um indivíduo forte e saudável, indispensável ao processo de desenvolvimento do país no século XIX, especialmente após deixar de ser colônia portuguesa na segunda década do período em questão. Coadunando-se à caserna na tutela da educação física, tal qual o ocorrido na Europa, surgiu a medicina social de viés higienista que atrelava a área, igualmente, à educação do físico e à saúde corporal. Aquela, a partir da instituição familiar, ditava procedimentos a serem adotados pelos indivíduos.

Na esteira da cultura de medicalização atuante sobre o núcleo familiar como forma de manter os sujeitos sadios e limpos, presente na Europa do século XVIII, bem como do *status* social atingido por tais profissionais, a medicina, à época do Estado Agrário brasileiro, pela via dos higienistas, impôs uma educação física, bem como uma educação moral, intelectual e sexual inspirada nos preceitos sanitários. Conforme Costa, calharia àqueles “incrementar a população do país e melhorar os costumes privados e a moral pública” (COSTA apud CASTELLANI FILHO, 2011, p. 32), exterminando a desordem higiênica dos hábitos coloniais. Submetido a essa ótica, instituiu-se um modelo de família burguesa, assentado nas qualidades físicas, psíquicas e sexuais; portanto, higienicamente tratada e regulada. Nos termos de Soares:

O pensamento médico higienista [...] construiu um discurso normativo, disciplinador e moral. A abordagem positivista de ciência e a moral burguesa estiveram na base de suas propostas de disciplinamento dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos. Tudo em nome da saúde, da paz e da harmonia social... em nome da civilização! (SOARES, 2007, p. 70).

A utilização da educação física pelos higienistas como forma de atingir a conformação de uma raça branca, pura e saudável, em contraposição ao doente homem colonial, acabou por incentivar o racismo e os preconceitos sociais. Além do mais, coube aos médicos higienistas, com o auxílio da educação física, multiplicar os indivíduos brancos como forma de se contrapor ao crescimento da população de escravos. Conforme Castellani Filho:

O controle familiar por parte dos higienistas inseriu-se, portanto, na política populacionista elaborada pelo Estado Nacional, com vistas a “tentar criar uma população racial e socialmente identificada com a camada branca dominante” (COSTA, 1983) que pudesse vir a estabelecer um equilíbrio de forças entre a população branca e a escrava. (CASTELLANI FILHO, 2011, p. 33).

Segundo Soares, assim se desenvolveu tal dinâmica:

No Brasil, por volta da segunda década do século XIX, já em momento posterior à conquista da independência, é desencadeado um vigoroso projeto de eugenia da população brasileira. Este projeto se coloca como possibilidade de alteração de um quadro no qual metade da população do Brasil era constituída de escravos negros, índice que permanece até por volta de 1850 [...]. (SOARES, 2007, p. 73).

Frisa-se, entretanto, que a adoção da educação física como elemento educacional esbarrava no preconceito da classe dominante no que tangia ao trabalho manual. Nos termos de Romaneli (apud CASTELLANI FILHO, 2011, p. 34), caberia ao topo da pirâmide social uma educação “humanista” e “livresca”. Sendo a educação escolar uma extensão da familiar, aceitava-se apenas uma educação física vinculada ao lúdico, e não à atividade produtiva. Sob a égide da eugenia e do higienismo, resistia-se, também, a qualquer tipo de atividade física destinada às mulheres.

Às massas no Brasil Império, período em que a burguesia incipiente e ascendente percebeu a necessidade de ampliação da educação pública como condição indispensável à superação da fase colonial, a oferta da educação física adquiria um caráter instrumental, sendo fonte de cura para as doenças e de adestramento para o trabalho:

[...] é possível apreender o carácter instrumental da Educação Física, no qual o exercício físico aparece como o antídoto para todos os males, além de ser potencialmente capaz de prevenir e curar doenças [...] de construir um corpo robusto e saudável, colocando, assim, a responsabilidade da saúde sobre o próprio indivíduo e adestrando-o para os trabalhos manuais físicos. (SOARES, 2007, p.85)

Como contraponto ao parcial óbice à oferta da educação física às elites¹⁷, Rui Barbosa, amparado por um idealismo platônico, em que as ideias subjagam o corpóreo, bem como por um racionalismo cartesiano de redução do homem à soma do espírito ao corpo, a defendeu a sob a sentença: “Mente sã, em um corpo sã”. Segundo o autor, grandes mentes se esfacelaram em função de seus corpos frágeis. Nesse padrão, o catolicismo também propugnava a dependência da nobreza da alma de uma boa constituição corpórea.

Azevedo, um estudioso da Educação Física no início do século XX, unia-se à compreensão de Rui Barbosa. Para aquele, seria papel da área auxiliar na construção harmoniosa do indivíduo¹⁸, bem como na conformação de uma raça sadia (eugenia) e de mulheres que pudessem se tornar mães fortes: física, moral e intelectualmente (AZEVEDO, 1920). Ademais, tal autor, na década de 1930, defendeu a necessidade de a educação conformar-se à nova ordem econômica e social que se instaurava no país (início do processo de superação do Brasil agrário¹⁹ em direção ao estágio urbano-comercial)²⁰ (AZEVEDO, 1920).

Há que se salientar, outrossim, que os dois autores acima citados se uniam a um entendimento corrente no final do século XIX, assim como na primeira metade do século XX²¹, segundo o qual às mulheres cabia a função primordial da maternidade. Nesses termos, a prática de atividades físicas pelo gênero feminino deveria levar em consideração a preparação para tal objetivo, bem como se adequar à suposta “feminilidade” e “delicadeza” biológicas. A “biologização” de fatos derivados do metabolismo social compunha o arcabouço intelectual

¹⁷ Parcial, pois conforme Soares (2007), no “conjunto – disciplina-tempo-ordem – em que se fundamenta a educação das elites (educação a ser ministrada pelos Colégios), ganha espaço a educação física, uma vez que o físico disciplinado era uma exigência da nova ordem” (p. 79).

¹⁸ Em que pese tal harmonia, na compreensão de Azevedo (1920), submeter o físico ao intelecto.

¹⁹ Ressaltem-se as características odiosas presentes à época do Brasil agrário (República Velha): coronelismo, analfabetismo e um ensino médio para poucos.

²⁰ Segundo Romanelli (1984), este teria sido o objetivo do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

²¹ Presente, por exemplo, segundo Castellani Filho (2011), no Decreto-Lei nº 3.199/1941 ou na Deliberação do Conselho Nacional dos Desportos nº 07/1965.

positivista vigente à época, tão “competente” na elaboração de estereótipos masculino e feminino.

Concomitante ao processo supramencionado, e ainda vinculado à eugenia, o complexo inicia um movimento de afastamento do higienismo e de aproximação do progresso físico. Em 1929²², o Ministério da Guerra definiu como obrigatória, a partir dos 06 anos de idade, a prática da Educação Física em estabelecimentos de ensino, bem como criou o Conselho Superior de Educação Física, ao qual competia a função de fiscalizar as atividades da área, tendo por padrão a aplicação do método ginástico francês, amparado em princípios anatomofisiológicos²³ suplantando, dessa forma, o alemão, introduzido no Brasil em 1860.

A Lei Constitucional nº 01 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)²⁴ tornou obrigatória a Educação Física em escolas primárias, normais e secundárias. Tal execução deveria ocorrer acrescentando-se à eugenia o adestramento físico, objetivando-se a preparação dos cidadãos para a defesa da nação dos “perigos” externo (conflito bélico em nível mundial) e “interno” (intentona comunista), assim como a capacitação da mão-de-obra interna, com o desiderato de suportar o desenvolvimento do capitalismo industrial florescente.

Distinga-se, segundo a “pena” de Castellani Filho (2011), que a ideologia educacional²⁵ do período de exceção vivido pela sociedade brasileira entre os anos de 1937 e 1945 (Estado Novo) tinha por objetivo conformar indivíduos nacionalistas, antiliberais e anticomunistas. Essa perspectiva atrelava-se às políticas de incremento da burguesia agrária e industrial do período getulista. Premida pela dinâmica social, coube à educação física e à educação moral e cívica moldar a sociedade à concepção de mundo do Estado ditatorial. Àquela, sob a égide do quartel, destinou-se o papel de “moralizar” os indivíduos a partir dos exercícios físicos, aprimorar a raça (eugenia) e prepará-los para o trabalho.

Lenharo (apud CASTELLANI FILHO, 2011) acresceu à “militarização” do corpo, descrita acima, a do espírito, amparada pela necessidade de construir indivíduos sinérgicos, solidários, com senso de superioridade, ambiciosos, e, lógico, favoráveis ao governo. Nos

²² A década de 1920 foi marcada por diversas reformas educacionais que tinham por objetivo dar suporte ao desenvolvimento do país urbano-comercial.

²³ Segundo Azevedo, era de responsabilidade do professor, a partir desse método, “orientar os exercícios de modo que influam enérgica e eficazmente sobre cada organismo [...], ordená-los em série gradual, harmonizá-los com o período de evolução orgânica.” (AZEVEDO apud CASTELLANI FILHO, 2011, p. 59).

²⁴ Carta Régia do Estado Novo de Getúlio Vargas, vigente de 1937 a 1945.

²⁵ Expostas no Plano Nacional de Educação de 1937.

moldes da “Juventude Hitlerista”²⁶, queria-se constituir uma “Juventude Brasileira” nacionalista, preparada para guerra, higiênica e consciente de seus “deveres” cívicos.

Para além da defesa nacional, coube à área no Estado Novo²⁷ o papel de adestrar fisicamente a juventude para dar suporte ao processo de industrialização nascente. Tanto na Constituição de 1937, quanto na Reforma Capanema²⁸ (1942) e nas Leis Orgânicas do Ensino Industrial (1942) e Comercial (1943), a Educação Física tornou-se disciplina obrigatória²⁹. Destarte, controlava-se não só o tempo de trabalho, como também o de não trabalho (de recuperação e livre) dos trabalhadores, ao se propor, bem como organizar, atividades recreativas que auxiliassem, ao acelerar o processo de recuperação da força de trabalho, no incremento do ritmo de produção.

A implantação de atividades esportivas pelas organizações patronais, sob o resguardo do Estado, tinha por objetivo, também, arrefecer os antagonismos de classe, desenvolver uma sensação de pertencimento à empresa, além de inculcar nos trabalhadores um sentimento de respeito às leis e à nação.

Findado o Estado Novo Getulista e elaborada a nova Constituição (1946) com contornos liberais-democráticos, iniciou-se um amplo debate sobre as próximas diretrizes e bases da educação nacional, especialmente no que tangia à conformação dos sistemas de ensino (centralizador ou descentralizador). Contudo, se no campo político houve uma transformação substantiva, no âmbito social e econômico, os elementos de continuidade foram hegemônicos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (Lei nº 4.024) limitou-se a definir a organização escolar, no intuito de regular o funcionamento do que já estava implantado. Segundo Saviani, “[...] os verdadeiros problemas educacionais permaneceram intocados e a educação escolar sequer foi considerada. A organização escolar manteve, assim, a sua característica de aparelho reprodutor das relações sociais vigentes [...]” (SAVIANI, 1982, p.144-145).

²⁶ Há que se salientar que, não obstante a proximidade ideológica do período getulista aos países do eixo, especialmente Itália e Alemanha, o Brasil, à época da Segunda Guerra Mundial, por questões conjunturais, aliou-se aos seus oponentes (URSS – apesar do pacto de não agressão firmado inicialmente entre Stalin e Hitler –, Estados Unidos, França, Inglaterra, entre outros).

²⁷ Frisa-se que, em 1939, foi criada a Escola Nacional de Educação Física na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro).

²⁸ Gustavo Capanema foi o Ministro da Educação do Estado Novo.

²⁹ No Ensino Agrícola, a obrigatoriedade remete ao ano de 1946, portanto, após o período estadonovista.

As reformas educacionais subsequentes ocorridas no período da ditadura cívico-militar³⁰, prosperadas a partir das leis nº 5.540/1968 (Educação Superior) e 5.692/1971 (Educação Básica), transformaram a concepção educacional vigente, de liberal (humanista) para tecnicista, bem como para “empresa-educação” (embasadas nas Teorias da Economia da Educação, como, por exemplo, a do Capital Humano)³¹, no intuito de amparar o desenvolvimento econômico-industrial em marcha no país³².

Nesse contexto, segundo Castellani Filho (2011), coube à educação física desempenhar o papel conservador que a caracterizou ao longo da história brasileira. O Decreto nº 69.450/1971 – que regulamenta o artigo 7º da Lei nº 5.692/1971, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 no referente à Educação Escolar –, apresentou-a como a atividade (desprovida de uma reflexão teórica) que “aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”. Portanto, manteve seu caráter instrumental, pautando-a, também, pela busca da preparação, recuperação e manutenção da força de trabalho, e a conservação da saúde sob o ponto de vista biofisiológico (Lei nº 6.251/1975: institui normas gerais sobre desportos).

Castellani Filho (2011) apresenta um documento de José Antônio Pires Gonçalves (1971), gestor do Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação do Governo do Distrito Federal, que explicita a compreensão vigente naquele período do papel a ser desempenhado pela área (a dinamização das massas a serviço do espírito de pertencimento à empresa):

[...] há a necessidade das grandes organizações proporcionarem meios materiais (campo de futebol e/ou quadras e/ou piscinas) para a prática desportiva nos arredores da empresa, a qual passaria a desempenhar uma importante função social na região [...]. O rendimento do trabalho e, conseqüentemente, a produção apresentariam um crescimento apreciável [...]. (GONÇALVES apud CASTELLANI FILHO, 2011, p. 89).

Após a Segunda Guerra Mundial o fenômeno esportivo inundou o complexo e, daquele momento em diante, falar de educação física significava ressaltar seu papel:

³⁰ Definimos o período em questão como uma ditadura cívico-militar em função do apoio de parte da sociedade civil, especialmente o patronato, ao governo das casernas iniciado em 1964. Tal grupo tinha por objetivo evitar as reformas de base iniciadas no Governo de João Goulart, tachado por aqueles de comunista.

³¹ Destaca-se que ambas as concepções submetiam-se aos interesses do modo de produção capitalista, sendo a segunda, contudo, praticamente subsumida por este, pois considera como objetivo principal da educação preparar o indivíduo, detentor de uma força de trabalho, para o “mercado” empregatício.

³² É dessa época o malfadado acordo MEC-Usaid (agência dos EUA para o desenvolvimento internacional), firmado sob o viés em análise.

Essa influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, não o esporte da escola, mas sim o esporte na escola. Isso significa a subordinação da educação física aos códigos da instituição esportiva [...] (SOARES et al, 1992, p. 37).

Racionalidade, eficiência, produtividade e divisão das turmas por sexo (Decreto nº 69.450/1971), eis algumas consequências dessa dinâmica.

Além disso, vinculado ao aumento de produtividade e na perspectiva de sustentação do desenvolvimento econômico do país (a exemplo do Movimento “Esporte para Todos”, da década de 1970), o esporte à época da ditadura serviu como instrumento catártico e de demonstração ufanista (“Noventa milhões em ação, pra frente Brasil, salve a seleção!”³³).

No que diz respeito ao Esporte, sua capacidade de catarse, de canalizar em torno de si, para seu universo mágico, os anseios, esperanças e frustrações dos brasileiros foi imensamente explorada. [...] “Noventa milhões em ação” [...] ainda está bastante, e hoje dolorosamente, viva em nossas mentes [...] foi na esteira desses hinos ufanistas [...] que vieram os odiosos crimes políticos [...] (CASTELLANI FILHO, 2011, p. 91).

Na esteira desse movimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961 tornou obrigatória a Educação Física no ensino primário³⁴ e médio. Já à época da ditadura civil-militar, a partir do Decreto-Lei nº 705/1969, posterior à Reforma Universitária de 1968, aquela passa a ser exigida, inclusive, na Educação Superior. Um dos objetivos do ato normativo em questão, levando-se em consideração o caráter combativo da União Nacional dos Estudantes (UNE)³⁵, era arrefecer o movimento estudantil vinculado às Instituições de Educação Superior³⁶, a partir do caráter “lúdico-esportivo” da área. Os Diretórios Acadêmicos deveriam transformar-se, desde então, em “clubes recreativos”. Como complemento ao papel destinado à educação física, o *establishment* militar apresentou³⁷ à sociedade a exclusão da disciplina de Filosofia no 2º grau, bem como acresceu a obrigatoriedade da Educação Moral e

³³ Letra da música de autoria de “Os incríveis” que embalou a seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo do México (1970).

³⁴ Atualmente conhecido como Ensino Fundamental.

³⁵ Contrária à ditadura e à submissão do Estado brasileiro aos países centrais do capitalismo, presente, por exemplo, no acordo MEC-Usaid retro mencionado.

³⁶ No conjunto de atos com esse intento, a ditadura, a partir do Decreto nº 57.634/1966, suspendeu as atividades do movimento, bem como criou (Lei nº 4.464/1964) um Diretório Nacional dos Estudantes alinhado ao ditador de plantão.

³⁷ Tendo por suporte o Decreto-Lei nº 869/1969.

Cívica nos 2º e 3º³⁸ graus. Assim sendo, coube à educação contribuir com a Doutrina de Segurança Nacional, sob o viés do Desenvolvimento com Segurança tão caro aos aquartelados.

2.3 A crise da educação física e o movimento renovador

O final da década de 1970, especialmente com a criação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)³⁹, e a década de 1980 compõem um momento de efervescência da educação física brasileira. Nesse período, iniciou-se um movimento renovador crítico⁴⁰ que colocou em perspectiva a função social desempenhada pela área, tal como o objeto que lhe era imanente, tanto em decorrência dos estudos realizados no âmbito da pós-graduação, especialmente na educação, por um conjunto de docentes daquela área do conhecimento, quanto do processo de redemocratização vigente no país.

É principalmente com base nessa influência que o campo da Educação Física passa a incorporar as discussões pedagógicas presentes nas décadas de 1970 e 1980, muito influenciadas pelas ciências humanas, principalmente a sociologia e a filosofia da educação marxista. (BRACHT, 1999, p. 04).

O espírito do tempo advindo das transformações materiais ocorridas em nossas paragens, condicionado pelo processo de redemocratização, pela “criação do Partido dos Trabalhadores [...], pelo fortalecimento dos sindicatos, pela volta dos exilados políticos [...]” (TAFFAREL apud DAOLIO, 1997, p. 187) foi capaz de conformar um grupo progressista desejoso de alterações tanto no que dizia respeito à condição política nacional quanto à função social desempenhada pela educação física, além da redefinição do escopo do real a ela pertinente.

Essas circunstâncias “arejaram” a concepção que certos elementos constituintes possuíam a respeito do complexo, criando um caldo cultural capaz de encetar um processo de

³⁸ Neste, sob a denominação Organização Social e Política Brasileira (OSPB).

³⁹ Segundo Daolio (1997), “o grupo originário do Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (Celafiscs) já ampliado, criou em 1978 o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), que passou a realizar, a partir de 1979, congressos nacionais [...]” (DAOLIO, 1997, p. 185).

⁴⁰ Bracht (2010) identifica, além do movimento renovador de viés crítico, um movimento renovador destinado às formulações no campo do desenvolvimento motor. Conforme Húngaro (2010), compunham o de viés crítico, entre outros: Vitor Marinho de Oliveira, Celi Taffarel, Lino Castellani Filho, Valter Bracht, Apolônio Abadio do Carmo, Carmem Lúcia Soares, João Batista Freire, João Paulo Medina.

ruptura com a conservadora função desempenhada pela educação física ao longo do tempo, permitindo o surgimento de obras tais como *Educação Física no Brasil: A história que não se conta* (CASTELLANI FILHO, 2011), *A educação física cuida do corpo... e “mente”*. *Novas contradições e desafios do século XXI* (MEDINA, 1983) ou ainda *Coletivo de Autores: Metodologia do Ensino de Educação Física* (SOARES et al, 1992).

Um exemplo da concepção progressista presente nas formulações supracitadas é a seguinte definição de educação física:

[...] uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal. (SOARES et al, 1992, p. 33).

De mais a mais, tendo como sustentáculo tal constatação do “em-si”, a obra propôs uma metodologia que levou em consideração a categoria da totalidade, tão cara ao materialismo histórico dialético, vinculando os temas da cultura corporal à totalidade social em que se inserem:

A metodologia aqui é entendida como uma das formas de apreensão do conhecimento específico da educação física, tratado a partir de uma visão de totalidade, onde sempre está presente o singular de cada tema da cultura corporal e o geral que é a expressão corporal como linguagem social e historicamente construída. (SOARES et al, 1992, p. 11).

Contemplou o motor da pré-história humana – tendo por suposto que a nossa verdadeira dinâmica social dar-se-ia a partir da constituição de uma humanidade em que haja igualdade material entre os seres humanos –, a luta de classes:

Os interesses históricos da classe trabalhadora vêm se expressando através da luta e da vontade política para tomar a direção da sociedade construindo a hegemonia popular. Essa luta se expressa através de uma ação prática, no sentido de transformar a sociedade de forma que os trabalhadores possam usufruir do resultado de seu trabalho. (SOARES et al, 1992, p. 14).

Contradição, dialética e relação entre o particular do conteúdo vinculado à educação física e a compreensão totalizante do real, eis algumas categorias marxianas presentes no texto:

O currículo capaz de dar conta de uma reflexão pedagógica ampliada e comprometida com os interesses das camadas populares tem como eixo a

constatação, a interpretação, a compreensão e a explicação da realidade social complexa e contraditória [...]. Nesta outra forma de organização curricular (dialética) se questiona o objeto de cada disciplina ou matéria curricular e coloca-se em destaque a função social de cada uma delas no currículo. Busca situar a sua contribuição particular para explicação da realidade social e natural no nível do pensamento/reflexão do aluno. (SOARES et al, 1992, p. 17).

As possibilidades corporais derivadas do patrimônio cultural construído ao longo da história humana, apropriado, diferentemente, de acordo com a classe social e as distintas circunstâncias materiais:

O rompimento definitivo com visões abstratas, irreais que “homogeneizam” e “igualam” os alunos, condicionando entendimentos equivocados de educação, ensino e aprendizagem. Deve-se considerar na avaliação que o patrimônio cultural que se expressa nas possibilidades corporais, no acervo de conhecimentos sobre a cultura corporal, se diferencia de acordo com a condição de classe dos alunos. O uso de medidas e avaliação não deve neutralizar, mas, sim, possibilitar uma leitura crítica dessas condições para, a partir daí, ampliar e aprofundar a compreensão dessa realidade. (SOARES et al, 1992, p. 75).

Esses são tão somente pequenos exemplos da presença da filosofia progressista – constituída pela razão dialética, humanismo e historicismo – no *Coletivo de Autores* (SOARES et al, 1992). Outro texto coevo a este e detentor de conspícuas análises – pautadas pelas mesmas concepções filosóficas da obra anterior – é o de Medina (2010). Os excertos⁴¹ e comentários que se seguem são apenas gérmenes do caráter profícuo das formulações do autor.

Para Medina (2010), a superficialidade e a inautenticidade caracterizavam a maior parte das relações sociais daquele período; assuntos relevantes e mesmo decisivos para a realização plena do homem e da sociedade eram marginalizados. A própria escola sucumbia a esse processo, resultando que a grande meta humana, ou seja, realizar-se como um ser-no-mundo, se tornava secundária.

Ademais, segundo Medina (2010), o homem só pode crescer (ser cada vez mais) pelo aumento gradual e contínuo da percepção de si em relação a si mesmo, aos outros e ao mundo. Contudo, a vida dos indivíduos, naquele momento (e atualmente), se revelava determinada, condicionada e alienada, com poucas possibilidades de superação dessa situação.

⁴¹ Utilizamos para tal a 26ª edição do livro, publicada em 2010.

Segue Medina (2010, p. 32-33): “para além de espectadores, temos que nos tornar agentes no processo de elevação das consciências”. Cabe a cada um ascender a níveis maiores de entendimento, desenvolvendo um processo de ampliação do discernimento coletivo que leve os homens, por meio da ação, a buscar sua realização plena.

Deslizando para a educação física, Medina (2010) propõe uma crise em tal complexo, no intuito de se lutar por novos padrões culturais e de vida. Para tanto, deve-se fazer uma permanente crítica social, sensível às diversas formas de repressão a que as pessoas estão submetidas, auxiliando-as a compreender seus determinismos e a superar os seus condicionamentos.

Para Medina (2010), o homem é um ser incompleto e inacabado, sendo as suas interações com os outros e com o mundo aquilo que o torna completo. O indivíduo isolado é uma abstração. Portanto, na unidade em que se constitui, deve-se inevitavelmente incluir a sua inserção na sociedade e na natureza. Para Marx, “a natureza é o corpo inorgânico do homem” (MARX, 2002, p. 459). O ar e o alimento são exemplos dessa apropriação humana da natureza. O homem deixa de sê-lo na ausência de tais interações.

Segundo o autor (2010), em uma totalidade social pautada pela alienação, o professor de educação física deve ocupar-se do corpo – entendido em sua forma integral – e de seus movimentos, tendo por objetivo estimular as consciências a se elevarem, subsidiando uma vida plena de sentido (intelectual, sensorial, afetivo, gestual e expressivo).

E finaliza sugerindo uma educação física revolucionária (MEDINA, 2010): aquela que interprete a realidade de forma dinâmica e em sua totalidade, entendendo o ser humano em todas as suas dimensões e no conjunto de suas relações com os outros e com o mundo. Exige, para tanto, a elaboração de categorias críticas de pensamento, bem como de uma mudança de percepção da realidade. Destarte, o autor propõe a alteração da consciência pela transformação do sentido das existências, concluindo, ao conclamar a busca por uma utopia, um “ponto de contato entre a vida e o sonho” (COELHO, 1981, p. 8).

Todavia, o espírito do tempo que soprava nas formulações da educação física daquele momento – questionando a “miséria das consciências” e a totalidade social que as engolfa de forma alienante – passou a sofrer influência direta das “nuvens carregadas” advindas do processo de reestruturação do capitalismo. Nas próximas páginas as apresentamos de forma resumida, acrescidas das consequências que desencadeiam na compreensão de mundo dos homens a elas coevos.

3. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO, A AVALANCHE NEOLIBERAL E A PÓS-MODERNIDADE

Tendo por pilar as formulações de Jameson (1996), as quais caracterizam o pós-modernismo como a lógica cultural do capitalismo tardio e, especialmente, a constatação de Paulo Netto (2010) consentânea às transformações ocorridas no âmbito do capitalismo no último quartel do século XX, os fatos apresentados nos próximos parágrafos demonstram o fim da possibilidade civilizatória desse sistema, bem como os impactos do seu estágio atual no complexo científico-filosófico. Da “destruição produtiva” inicial (aniquilando o antigo regime feudal) à “produção destrutiva” dos dias que correm, ancorada no desmantelamento, tanto dos direitos sociais e trabalhistas (vide o ocorrido no continente europeu após a crise de 2008⁴²), quanto do meio ambiente.

A dimensão bárbara inscreve-se no fundamento do modo de produção capitalista desde a sua gênese, mas combinou-se em escala diferencial, ao longo da explicitação das suas possibilidades, com a dimensão civilizatória de que era originalmente portador. Quando tais possibilidades se explicitam plenamente – vale dizer, quando o sistema subsumido totalmente ao capital chega à sua curva decadente e objetiva a sua crise estrutural, expressando-se na efetividade do tardo-capitalista –, a dimensão civilizatória se esgota e o sistema se revela como barbárie, torna-se bárbaro. Esse é o estágio atual da ordem do capital. (PAULO NETTO, 2010, p. 31).

De uma pobreza relacionada à carência – no comunismo primitivo, sistema de produção asiático, escravismo e servilismo – a uma ampliação da massa de despossuídos e desvalidos, mesmo em um contexto de abundância e superprodução, em função, segundo Paulo Netto:

[...] da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso. (PAULO NETTO, 2010, p. 08).

Generalizando e universalizando a troca mercantil, a sociedade burguesa é atravessada por uma contradição insanável nos seus marcos: a contradição entre o caráter social da produção e a sua apropriação privada (pelos capitalistas). Antagonizando os que detêm os meios de produção (capitalistas) com os que só têm a sua força de trabalho (proletários), esta sociedade apenas se desenvolve através de crises econômicas inelimináveis e

⁴² Halimi (2014) ou Grigoriou (2014).

vai reproduzindo, em todos os seus níveis e dimensões, conflitos e tensões que, acumulados e multiplicados, incompatibilizam a maioria dos homens com o modo de vida imperante. A totalidade social é penetrada, em todas as instâncias, pelas incidências das contradições [...]. (PAULO NETTO, 2006, p. 32).

A expansão do capitalismo europeu e estadunidense presente no pós-II Guerra Mundial, alcunhado por Hobsbawm (1995) de “idade áurea” do sistema, se esgotou no último quartel do século XX. À redução da taxa de lucro (típica de um modo de produção que tende à superprodução), às crises cíclicas iminentes, bem como à mobilização e à conquista dos movimentos operários, o capital respondeu, tendo à frente a “dama de ferro” Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, com uma ofensiva conformada, no âmbito político, a um projeto societal constituído sob os parâmetros liberais recrudescidos, denominado de “neoliberalismo”⁴³. A lapidar citação transcrita a seguir explicita a dinâmica da ordem do capital e seus desdobramentos no complexo político-ideológico, diferentes, em parte, dependendo da região do globo terrestre a ela submetida:

[...] a cada novo estágio do seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-políticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O verdadeiro problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração. (PAULO NETTO, 2010, p. 10).

Ao capital monopolista a realidade exigiu uma reestruturação capaz de superar as incongruências que lhe são “genéticas”:

Emerge um novo padrão de crescimento que, operando por meio de “longas ondas recessivas”, não só erodia as bases de toda articulação sociopolítica até então vigente como, ainda, tornava exponenciais as contradições iminentes à lógica do capital, especialmente aquelas postas pela tendência à queda da taxa média de lucro e pela superacumulação. (MANDEL apud PAULO NETTO, 1996, p. 90).

Flexibilização das relações trabalhistas, desregulamentação das negociações comerciais e dos circuitos financeiros, além da privatização do patrimônio estatal, eis a tríade que suporta a expressão sociopolítica supracitada. Como resultado, e sustentada pelo

⁴³ Sintetizados e propostos, ou melhor, impostos à América Latina a partir do documento advindo do “Consenso de Washington”, de 1989.

desenvolvimento tecnológico, constata-se uma hipertrofia da atividade financeira⁴⁴, desconectada, em grande parte, da ampliação do conteúdo material da riqueza social, originando um “capital podre”, tipificado pela constante busca por lastro:

[...] ela (financeirização) foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos [...] decorrente das manipulações de crédito e das ações – tudo isso características centrais da face do capitalismo contemporâneo. (HARVEY apud PAULO NETTO, 2010, nota 32).

Nesse movimento, e em nome da redução da participação do capital na reprodução da força de trabalho, os donos do excedente produzido pela massa de trabalhadores puseram em prática a desterritorialização das unidades produtivas, construindo-as em localidades em que as relações trabalhistas permitissem maior exploração.

A tão celebrada globalização econômica vincula-se, não por acaso, a essa “financeirização” do capitalismo (Harvey, 1993; Mattoso, 1995) e à articulação supranacional das unidades produtivas (que vem implicando uma ampla “desregulamentação” da economia mundial), mesmo que não se reduza a ambas [...].

Numa angulação macroscópica, a “flexibilização” vem sendo perseguida pelo grande capital, hipertrofiando as atividades de natureza financeira (resultado seja da superacumulação, seja da especulação desenfreada), cada vez mais autonomizadas de controles estatais-nacionais e dotadas, graças às tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço-temporal. Simultaneamente, a produção segmentada, horizontalidade e descentralizada – a fábrica “difusa” –, que é estimulada em vários ramos, propicia uma “mobilidade” (ou “desterritorialização”) dos polos produtivos, encadeados agora em lábeis redes supranacionais, passíveis de rápida reconversão. (PAULO NETTO, 1996, p. 91).

Ademais, o desenvolvimento tecnológico acabou por avultar a força de trabalho excedente – visto que, nos dias que correm, um único operário manuseia diversas máquinas (trabalho morto), que substituem, por sua vez, os pares daquele de outrora –, impactando em

⁴⁴ Para compreensão do impacto dessa dinâmica na crise de 2008, sugerimos o filme “Trabalho Interno”, lançado em 2010, dirigido por Charles H. Ferguson.

altos níveis de desemprego⁴⁵, tornando ainda mais predatória e desumana a luta pela sobrevivência da “classe-que-vive-do-trabalho”⁴⁶, com boa parte submetida à informalidade ou às precárias relações da terceirização. No âmbito do proletariado, por exemplo, houve um movimento de:

[...] subproletarização ou de precarização do trabalho que, ao mesmo tempo em que define o operariado estável, aumenta a gama de trabalhadores precários, parciais, temporários, que decorrem da flexibilização, da terceirização, criando um processo de uma subproletarização intensificada, que, segundo vários autores, também chega a 40%, às vezes até 50% da força de trabalho de vários países avançados. (ANTUNES, 1996, p. 83).

Resultado direto (exatamente conforme a projeção de Marx): cresce exponencialmente a força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital. O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação flexível, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “emprego precário”)” (PAULO NETTO, 1996, p. 92).

De mais a mais, ressurgem em locais em que os direitos trabalhistas são mais frágeis as jornadas prolongadas no “chão da fábrica”. Já nos países centrais do sistema, o trabalho domiciliar, para além do período presencial, torna-se “natural”. Como corolário desse processo de reestruturação das relações sociais de produção, bem como da divisão sociotécnica do trabalho, a própria consciência de classe, à qual Lukács denominou, para as classes sociais que a atingem, de “classe para-si”, se transformou por completo, inviabilizando movimentos de massas com pautas unificadas. Nesses termos, a dinâmica de reorganização da reprodução do capital a partir da reconstrução do processo de trabalho afetou a consciência de classe a tal ponto que:

[...] fez com que o movimento operário vivenciasse na década de 80 a sua mais aguda crise, que alterou a forma de ser dessa classe trabalhadora e afetou intensamente os seus organismos de representação, dos quais as crises do sindicato, perceptível hoje em escala mundial, e a crise dos partidos, especialmente os partidos de esquerda com vínculos nas classes trabalhadoras, são expressões fortes. (ANTUNES, 1996, p. 79).

⁴⁵ Com raríssimas exceções, tais como os países emergentes que compõem o bloco denominado Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

⁴⁶ Categoria utilizada por Antunes (1999) no intuito de engolfar a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo os trabalhadores produtivos. “Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado” (ANTUNES, 1999, p. 08).

No nível social, o que se verifica, antes de mais nada, é que a estrutura de classes da sociedade burguesa vem experimentando verdadeira eversão [...]. Ocorrem alterações profundas, quer no plano econômico-objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ídeo-subjetivo do reconhecimento da pertença de classe (e sabe-se da unidade de ambos os planos na prática social). (PAULO NETTO, 1996, p. 93).

A corroborar o excerto retro mencionado, temos uma primorosa constatação marxiana acrescida de uma conspícua análise de Paulo Netto:

Assim como não se julga o que o indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008, p. 46).

O sistema social burguês, todavia, engendra todo um ambiente psicossocial (um modo de pensar matrizado pela alienação e pela reificação) que dificulta ao proletariado a descoberta dos seus verdadeiros interesses. A *consciência de classe* proletária só é alcançada mediante uma dramática luta contra as mistificações (no qual tem grande relevância o conhecimento veraz da realidade). (PAULO NETTO, 2006, p. 33, grifo do autor).

A metamorfose em análise, voltada à acumulação flexível, a qual se assenta em uma “organização societal do trabalho, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução dos computadores no processo produtivo” (ANTUNES, 1999, p. 03), desemboca na estrutura da empresa enxuta⁴⁷, tendo como símbolo, o modelo toyotista (consubstanciado no atendimento às demandas específicas e personalizadas dos consumidores de carros da empresa Toyota, que se espalhou por todo o globo)⁴⁸, que supera a concepção do operário taylorista-fordista⁴⁹. Do final do século XX em diante, os trabalhadores deviam envolver-se com o ideário da empresa, relacionando-se com a empregadora/exploradora tal qual uma segunda casa. Nessa correnteza, criam-se, por exemplo, com objetivo de incrementar a produtividade, aquilo que Antunes

⁴⁷ Antunes (1999) utiliza o termo “Liofilização Organizacional” para nominar a reestruturação das empresas, de agora em diante, enxutas, tendendo à diminuição dos trabalhadores destinados às funções não produtivas e à intensificação do ritmo dos produtivos.

⁴⁸ Antunes (1999) assim o definiu: uma “racionalização do processo produtivo, dotado de forte disciplinamento da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivo” (p. 05).

⁴⁹ Taylorismo é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro americano Frederick Taylor (1856-1915); já o fordismo é um sistema produtivo criado por Henry Ford (1863-1947), voltado à produção em massa, a partir de uma linha de produção.

(1996) cognominou de “sindicalismo de envolvimento”, tipificado por um patrulhamento do operário por seus pares, os “Ciclos de Controle de Qualidade”.

Além disso, na ponta do capital percebe-se uma concentração e centralização, fruto da articulação entre as empresas multinacionais, as quais subordinam aos seus interesses os estados nacionais, pois “apenas duzentas megacorporações transnacionais, 96% delas com suas matrizes em apenas oito países, têm um volume combinado de vendas que supera o PIB de todos os países do globo (exceto os oito maiores!)” (BORÓN apud PAULO NETTO, 2010, nota 33), assim como a constituição de uma oligarquia financeira parasitária.

O que parece legítimo afirmar é que, independentemente de modificações e diferenciações internas (com novos conflitos e novas vias de ingresso nos seus círculos – de que o “caso Bill Gates” é emblemático), os representantes do grande capital estão estruturando uma oligarquia financeira global, com padrões de articulação que, sendo novos, lhes asseguram, pelo momento, um grau de intervenção político-econômica [...]. (PAULO NETTO, 1996, p. 95).

Entranhadas por tal dinâmica, as sociedades tornam-se cada vez mais urbanas, amplia-se o setor de serviços e reduz-se o campesinato a taxas residuais⁵⁰. Pautas particularistas se sobrepõem a projetos de âmbito universal; ganham corpo, por exemplo, os movimentos feministas e da juventude. No complexo cultural:

[...] a sua dinâmica [...] é parametrada por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a multimídia). (PAULO NETTO, 2010, p. 14).

Como elemento galvanizador e indispensável à reprodução do sistema, entra em cena a “cultura do consumo”, afinal, “hoje é preciso produzir os consumidores, é preciso produzir a própria demanda, e essa produção é infinitamente mais custosa do que a de mercadorias” (BAUDRILLARD apud CHEVITARESE, 2001). Devoram-se ideias e bens materiais – desde que se possa pagar por tais apropriações, o que as torna impeditivas para grande parte da população mundial. Não obstante, a cultura do consumo continua a perpassar todo o tecido social, independente da possibilidade de concretizá-la. Destarte, sob o jugo do real (um modo

⁵⁰ Observado por Hobsbawn (1995, p. 284).

de produção que transforma dinamicamente a “causalidade dada⁵¹”), a imediatividade e a fragmentação do concreto tornam-se estruturantes. A realidade é “apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário” (PAULO NETTO, 2010, p. 14); o fato singular é deslocado da categoria da totalidade, do universal. Além disso, se a relação é imediata e efêmera, no complexo “científico-filosófico”, põem-se em suspeição as categorias marxianas da “aparência” e “essência”, bem como sua assertiva segundo a qual se tais categorias fossem idênticas, não haveria a necessidade do pensamento sistematizado.

Chegamos ao início do século XXI com um extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico. Estamos na era pós-moderna (pós-fordismo, toyotismo, informática, relações interpessoais virtuais). O consumo é a palavra de ordem guiada pelo culto às coisas efêmeras. Produz-se o supérfluo e, para consumi-lo, cria-se a necessidade do desnecessário. Transforma-se um desejo em necessidade e já que o capitalismo joga com o ser desejante. O capitalismo tardio [segundo Jameson, 1996] produz com uma rapidez e eficiência não imaginadas: a ditadura do desejo/consumo exerce um “totalitarismo simétrico ao de sua irmã gêmea, a ditadura da organização desigual do mundo”. (SILVA apud BRACHT; QUINTÃO, 2006, p. 30).

Para os formuladores dessa nova ideologia, um tipo de movimento ídeo-teórico denominado pós-moderno⁵², o “em-si” da realidade torna-se um dado secundário, o que existe de agora em diante são diferentes tipos de narrativas, todas válidas desde que construídas a partir de pressupostos aceitáveis pela comunidade, portanto, não há mais verdades referenciadas pela materialidade.

A racionalidade de suas emissões ou manifestações se mede pelas relações internas que entre si guardam o conteúdo semântico, as condições de validade e as razões que em caso necessário podem se alegar em favor da validade dessas emissões ou manifestações, em favor da verdade do enunciado ou da eficácia da regra de ação. [...] Um juízo só pode ser objetivo se se faz pela via de uma pretensão transubjetiva de validade que para qualquer observador ou destinatário tenha o mesmo significado que para o sujeito agente. A verdade ou a eficácia são pretensões deste tipo. (HABERMAS⁵³ apud LESSA, 2012, p. 199).

⁵¹ Termo utilizado por Lukács para referir-se à natureza.

⁵² Segundo Wood (1999, p. 09), aqueles se constituíram racionalmente, sobretudo, na idade de ouro do capitalismo europeu, portanto, resumiam, em parte, a revolução ao complexo cultural, encharcados que estavam da suposta sociedade europeia inclusiva e afluenta.

⁵³ Ao citar Habermas – filósofo pertencente à segunda geração da Escola de Frankfurt – não temos a intenção de igualá-lo aos formuladores pós-modernos, tendentes ao irracionalismo, visto que, após Marx e Lukács, a Teoria do Agir Comunicativo, em que pese incorreta, talvez tenha sido a mais

A condição pós-moderna é aquela que desafia o direito de a ciência validar e invalidar, legitimar e deslegitimar – em suma, de traçar a linha divisória entre o conhecimento e a ignorância. [...] é o demônio da improcedência da certeza [...]. (BAUMAN, 1999, p. 257).

O paradigma da modernidade, ancorado na razão, no humanismo e na dialética, concorrentes à emancipação humana, em função da transformação sociocultural do último quartel do século XX, estaria em crise. Quanto às metanarrativas (sustentáculos das constatações que permitiam a proposição de uma nova organização societal, atrelada à hegemonia dos produtores autônomos associados) e à categoria da totalidade, erroneamente identificada com o totalitarismo⁵⁴ (sistema político), o complexo supracitado as relegou por completo⁵⁵.

A imediaticidade da vida social planetariamente mercantilizada ganha o estatuto da realidade – e, não por acaso, a distinção clássica entre aparência e essência é desqualificada. O efêmero, o molecular, o descontínuo tornam-se a pedra-de-toque da nova sensibilidade [...] teríamos uma “crise de paradigmas”, com a superação das metanarrativas e das abordagens teóricas calçadas na categoria da totalidade; de outra, estaria colocada a urgência de só pensar a micropolítica ou de encontrar novos referenciais para a ação sociopolítica (LYOTARD; SANTOS apud PAULO NETTO, 1996, p. 97).

[...] alguns intelectuais da esquerda ainda repetem que uma época terminou, que estamos vivendo em uma época “pós-moderna”, que o “projeto do Iluminismo” está morto, que todas as antigas verdades e ideologias perderam sua relevância, que os velhos princípios da racionalidade não mais se aplicam, e assim por diante. (WOOD, 1999, p. 10).

racional tentativa de se explicar a reprodução social. Não obstante, ao “des-referencializar” o real, colocando a “verdade” sob uma impostação gnosiológica e não, ontológica, o autor legitima discursos que não reflitam a típica exploração capitalista.

⁵⁴ Para dizer o mínimo, a correlação disposta a seguir, utilizada para inviabilizar o aproveitamento da categoria da totalidade, é extremamente reducionista: como a URSS se constituiu amparada em teorias marxistas (hoje sabemos, deturpadas) e se transformou em um estado totalitário, logo, a categoria da totalidade, fulcral às formulações marxianas, devia ser alijada da discussão filosófica-científica.

⁵⁵ Talvez se possa caracterizar o irracionalismo presente no movimento em perspectiva como o terceiro momento, no período moderno, de formulações que propugnam a impossibilidade de se compreender o real, bem como de se constituir “verdades” por ele referenciadas. Esses ciclos, grosso modo, buscam desconstruir as formulações iluministas, encampadas por Hegel e, posteriormente, superadas pelo materialismo histórico dialético. Frisa-se, todavia, que ao agrupá-los, não temos a intenção de propor uma suposta homogeneidade, visto que esses autores, não obstante o irracionalismo, possuem distintas concepções de homem e sociedade. Ei-los: 1º Ciclo (oposição ao pensamento sistematizado de Hegel) – Schelling, Schopenhauer e Kierkegaard; 2º Ciclo (contestação ao materialismo histórico dialético, suporte do movimento revolucionário comunista vigente em grande parte do século XX) – hegemonizado por Nietzsche; 3º Ciclo (também de antinomia ao materialismo histórico dialético) – composto pelo movimento pós-moderno. Para mais informações, sugerimos a leitura de Carli (2013).

Segundo Lyotard (1986), “o pós-moderno, enquanto condição da cultura na era pós-industrial, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes”. Apesar de não se tratar de um bloco homogêneo, havendo formulação tanto de capitulação ao sistema (como a do autor supracitado), quanto de oposição (como Boaventura de Sousa Santos), o movimento em questão, ao “des-referencializar” o real, desnaturar os sujeitos históricos e proceder à renegação das metanarrativas e da categoria da totalidade, acaba por se tornar funcional à manutenção do capitalismo, pois rompe com os vetores críticos da modernidade.

O “argumento da moda”, grosso modo, culpabiliza a razão “entificada” – advinda do iluminismo, defensor da construção racional de totalidades sociais democráticas e igualitárias, partindo da constatação do “em-si”, ou seja, tendo por pilar o domínio das leis da natureza, o “desencantamento” do real, bem como a compreensão dos fenômenos sociais – pelas barbáries cometidas no século XX, sejam as grandes guerras, seja a destruição ambiental. Secundariza, assim, o papel essencial da instrumentalização do conhecimento pelo capitalismo, este sim, bárbaro, naquele centenário e no atual.

O conjunto de ideias e perspectivas que caracterizam a modernidade parece constituir um grande sonho que a humanidade elaborou para si mesma, ou ainda um audacioso projeto da razão como libertadora. O discurso iluminista de emancipação pela revolução, ou pelo saber, sustenta essa confiança na capacidade da razão. [...] estes foram sonhos demasiadamente caros para humanidade, pelos quais se permitiu a hipervalorização do conhecimento objetivo e científico. (CHEVITARESE, 2001, p. 04).

A ciência perdeu boa parte da aura de autoridade que um dia possuiu. De certa forma, isso provavelmente é resultado da desilusão com os benefícios que, associados à tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade. Duas guerras mundiais, a intervenção de armas de guerra terrivelmente destrutivas, a crise ecológica global e outros desenvolvimentos do presente século poderiam esfriar o ardor até dos mais otimistas defensores do progresso por meio da investigação científica desenfreada. (GIDDENS, 1997, p. 109).

A proeminência da linguagem na constituição humana, eis mais uma das teses fundamentais do movimento em pauta. Compreensível, visto que centrar a constituição do ser social primordialmente no trabalho desembocaria em uma dissecação das relações sociais de produção vigentes atualmente e suas deletérias consequências no âmbito da formação humana, algo que grande parte dos autores pós-modernos não está disposta a fazer.

Os pós-modernistas interessam-se por linguagem, cultura e “discurso”. Para alguns, isso parece significar, de forma bem literal, que os seres humanos e suas relações sociais são constituídos de linguagem, e nada mais, ou, no mínimo, que a linguagem é tudo o que podemos conhecer do mundo. (WOOD, 1999, p. 10).

Outra característica presente nas formulações pós-modernas é a fluidez entre as fronteiras do conhecimento. Não haveria, por exemplo, uma história ou uma ciência “em-si”, mas diferentes discursos amparados por interesses os mais diversos.

O exemplo mais vívido da epistemologia pós-modernista é sua concepção de conhecimento científico: às vezes, chegam a afirmar que a ciência ocidental – fundada sobre a convicção de que a natureza é regida por certas leis matemáticas, universais e imutáveis – é nada menos que uma manifestação dos princípios imperialistas e opressivos sobre os quais se fundamenta a sociedade ocidental [...] têm o hábito de fundir as formas de conhecimento com o seus objetos: é como se dissessem não apenas que, por exemplo, a ciência da física é um construto histórico, que variou no tempo em contextos sociais diferentes, mas que as próprias leis da natureza são “socialmente construídas” e historicamente variáveis. (WOOD, 1999, p. 12).

Nessa dinâmica, qualquer explicação causal dos fenômenos naturais e, principalmente, sociais, tende a ser desconstruída. Destarte, ao marxismo (e não apenas o mecanicista), restaria o museu da história, identificado que é, por tal grupo, a uma visão monolítica e monocausal do movimento das totalidades sociais, por privilegiar os determinantes materiais em seu desenvolvimento.

Sob tal contexto, a cultura global se move entre valores universais de cunho individualistas-egoístas e particularismos constituídos sob o pilar da suposta defesa à diferença. É o triunfo do indivíduo ensimesmado e desvinculado da totalidade social. Todavia, pari passu, no âmbito da sociedade civil, aos interesses das articuladas oligarquias financeiras globais tentam se insurgir os novos movimentos sociais, apesar de fecundos, ainda incapazes de resistir à hegemonia cultural do discurso rentista, muito pelo desazo em unir as distintas pautas sob um viés universal, ou seja, sob a insígnia da luta de classe.

De forma concomitante à reestruturação das relações sociais de produção, fez-se necessária uma repaginação das funções a serem desenvolvidas pelo próprio Estado. Assiste-se atualmente à desconstrução completa do Estado do Bem Estar Social (*Welfare State*) europeu, o fim, portanto, do suposto pacto entre as classes “presente” nos anos de ouro do capitalismo do velho continente – afinal, não existe mais a “ameaça” da revolução vermelha a leste.

Também o Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um redimensionamento considerável. A mudança mais imediata é a diminuição de sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras” (O’Connor, 1977). [...] começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais [...]. (PAULO NETTO, 1996, p. 99).

Nos EUA, ganha espaço um movimento ultraconservador denominado *Tea Party*, atado aos preceitos liberais do estado mínimo, contudo reconstruídos de forma a tornar os resultados de sua implantação ainda mais deletérios aos trabalhadores e aos excluídos⁵⁶.

No Brasil, a dinâmica de reestruturação das forças produtivas (ocorrida a partir da década de 1990), bem como do Estado, deu-se sob a marca do “neoliberalismo *light*”. Em que pese a perversidade de sua essência, à aparência, o bloco de poder daquele período destinou uma face “humanizada”. Menos direitos universais, acrescidos, todavia, de políticas focalistas⁵⁷. Ademais, frisa-se que:

Esse projeto de hegemonia está longe da consolidação. Por uma parte, encontra ponderáveis resistências no interior mesmo do campo do capital e da propriedade; por outra, as reformas “modernizadoras” que se propõe a implementar chocam-se com os interesses democrático-populares [...]. (PAULO NETTO, 1996, p. 105).

Nesse movimento, o capital, em grande parte do globo, alcançou o desejado no início do processo de reestruturação do sistema, a partir das últimas décadas do século passado: diminuir a sua participação na reprodução da força de trabalho; apequenar a intervenção do Estado na regulação (mínimo para o social, máximo para garantir sua própria reprodução), tanto do capital financeiro quanto das megacorporações; liberar a acumulação das amarras da democracia; liquidar os direitos sociais e trabalhistas, sob a escusa de tornar mais

⁵⁶ Segundo Paulo Netto (2010), “o próprio *lumpem* se metamorfoseia no tardo-capitalismo – pense-se, por exemplo, na ‘organização empresarial’ de atividades ilícitas e/ou criminosas, bem como a sua interação contemporânea com o mundo da economia formal” (PAULO NETTO, 2010, nota 37). De mais a mais, “[...] o que peculiariza boa parcela destes segmentos é que situados nas bordas da ‘sociedade oficial’, eles se veem e são vistos como uma ‘não-sociedade’ ou uma ‘contrassociedade’”. (PAULO NETTO, 1996, p. 96).

⁵⁷ Os doze anos de poder em âmbito federal do Partido dos Trabalhadores (PT) não reverteu por completo as políticas neoliberais adotadas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em que pese a ampliação do programa Bolsa Família no contexto assistencial, bem como de políticas universalizantes de direitos, tais como o projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras (Reuni).

“competitiva” a economia, reduzindo o custo do trabalho; além de participar do butim do patrimônio estatal. Todo esse desenrolar legitimado pelo discurso de “modernização” e de ampliação da liberdade e da cidadania – lembrando que, doravante, são, em parte, de responsabilidade das Organizações Não Governamentais (ONGs), sociedade civil, as ofertas de serviços que outrora cabiam ao Estado. Chega-se à seguinte constatação: à “classe-que-vive-do-trabalho”, aos desempregados e aos excluídos do sistema, restam as políticas minimalistas (focais) e de repressão pelas forças coercitivas do Estado.

Como resultado da transformação sociocultural, à qual se inclui a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o projeto socialista tornou-se, aparentemente, ultrapassado e antiquado. Não obstante, em que pese a hegemonia do discurso liberal, as contradições e a barbárie do neoliberalismo podem inviabilizar o próprio sistema, frisando-se a ampliação da oposição à lógica em questão desde a crise de 2008, na Europa, e as agruras que varreram a América Latina na década de 1990, em função da implantação daquele ideário).

Assim sendo, o capitalismo, inicialmente fecundo à explicitação categorial da humanidade, permitindo, por exemplo, a emancipação política e o desenvolvimento das forças produtivas, no seu estágio atual de financeirização especulativa e parasitária, da economia do desperdício e da obsolescência programada, dos crimes ambientais e da decadência ideológica e cultural (operando a filosofia burguesa decadente, segundo Lukács, entre a destruição da razão em momentos de crise e a razão miserável, como o positivismo, em momentos de estabilidade), se torna, nos dias que correm, um empecilho à emancipação humana, direcionando a locomotiva da história à crescente ampliação da barbárie. Todavia:

Se a barbárie é a perspectiva real e imediata, o socialismo é uma alternativa possível – e o possível é constitutivo do real, tem raízes na realidade. O estoque de conhecimentos e a massa crítica acumulados não são puros instrumentos da dominação do capital, podem ser mobilizados para a sua ultrapassagem. A barbárie constrange, retém e reverte as forças sociais que, no mundo do trabalho e no mundo da cultura, constituem objetivamente a negação da ordem tardo-capitalista – mas não suprime tais forças. Nestes dois níveis – conhecimento e força social – radicam a possibilidade do socialismo. Como articulá-los enquanto negação da ordem e vetor criativo de uma outra ordem é o problema central (teórico-político e, pois, igualmente prático) do tempo presente [...] Seu equacionamento depende de uma tríplice e sincronizada operação: a) a renovação e o enriquecimento do nosso arsenal heurístico – de fato, como queria o velho Lukács, um “renascimento do marxismo”, expurgado da herança stalinista e livre do doutrinário; b) a construção de uma nova forma-partido, capaz de articular as forças sociais (do trabalho e da cultura) com o núcleo duro do proletariado contemporâneo – qualquer que seja o processo de superação da ordem da barbárie, ele não

dispensará o protagonismo organizado deste proletariado; c) a expressa renúncia a propor o socialismo como uma ordem transicional que, sem burguesia, reitera traços do mundo burguês (produtivismo, intimismo etc.) – a transição socialista significa a instauração de um novo estilo de vida social. (PAULO NETTO, 2010, p. 32).

3.1 Há saída? Sim, movimentos de massa associados ao marxismo renovado!

A infirmação do projeto de ruptura – suportado pelo materialismo histórico dialético – com o passado reacionário do complexo no Brasil se deveu, entre outros fatores, ao impacto do processo de reestruturação do capitalismo na consciência filosófica ocidental, a uma leitura do materialismo histórico dialético mediada por outros autores – tais como os da educação, que, apesar de valorosos, não possuem todo o arsenal categorial marxiano – ou, ainda, ao apego ao marxismo dogmático da Terceira Internacional Socialista⁵⁸, assim definido por Paulo Netto:

Este é o marxismo institucionalizado pela Terceira Internacional: o marxismo-leninismo, que recebeu a sua formulação clássica sob a chancela pessoal de Stalin, num texto da segunda metade dos anos 30, publicado como parte da História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS. Apoiando-se numa perspectiva positiva de Marx, valendo-se parcialmente de Engels (o Engels do Anti-Duhring e da Dialética da Natureza) e de Lênin (o Lênin de Materialismo e Empirocriticismo), Stalin, que desde 1924 sustentava a existência do leninismo, considera o marxismo-leninismo como uma doutrina, “concepção de mundo científica da classe operária”. [...] Essa doutrina, que apresentava o legado de Marx como um a-bê-cê facilmente manualizável, moldou o esquema mental de milhões de homens, comunistas ou não. Estabelecendo dicotomias do tipo “ciência burguesa x ciência proletária”, vulgarizando fórmulas unilaterais do gênero “a religião é o ópio do povo”, conduzindo a deformações de toda ordem (como o “realismo socialista” de Zhdanov ou a “genética de classe” de Lysenko), ela constitui a herança ideológica da Terceira Internacional e delimitou o campo principal onde, por cerca de trinta anos, afluíram as elaborações comunistas. E, ainda hoje, lastreia boa parte da polêmica que se trava em torno de Marx. (PAULO NETTO, 2006, p. 53 e 55).

É em busca da retomada da discussão oriunda do movimento renovador crítico e na esteira do processo de imersão da educação física nas ciências humanas, afastando-se tanto de uma concepção vinculada às ciências biológicas, quanto pós-moderna, que apresentamos nas próximas páginas a vida, a obra e as formulações lukacsianas. Isso porque, tendentes à “renovação do marxismo” – superando os mecanicismos e os dogmatismos que serviram de

⁵⁸ Lembrando que a Primeira Internacional remonta ao ano de 1864, levada a cabo por Marx e inicialmente denominada Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT); a Segunda, ao ano de 1889 – marcando o surgimento do marxismo –; e a Terceira, ao ano de 1919.

legitimação do período stalinista na URSS –, o materialismo histórico dialético de György Lukács e a sua *Ontologia do Ser Social*, fieis às concepções marxianas, podem auxiliar-nos nessa empreitada.

Ao apresentarmos as suas constatações maduras, trazemos à baila um marxismo repaginado, em que a dialética e o movimento dos processos sociais ganham destaque. O realizamos tendo por suposto que momentos contrarrevolucionários, como os dos dias que correm, exigem subjetividades revolucionárias (culturalmente enriquecidas e capazes de ações estruturantes), aptas a romper com a ditadura das concepções hegemônicas conservadoras. Frisasse, igualmente, conforme Paulo Netto (2002), que a impostação ontológica do seu pensamento, especialmente no que diz respeito às obras elaboradas a partir das *Teses de Blum* (1928)⁵⁹, e, primordialmente, na *Estética* (1963) e na *Ontologia do Ser Social* (publicada em 1976, após a sua morte), acabou por alijá-lo dos círculos acadêmicos, pois colide com o pensamento predominante na filosofia contemporânea⁶⁰, seja o irracionalismo de esquerda ou de direita, seja a razão miserável.

De antemão, arrimados por Paulo Netto (2002), ressaltamos a centralidade no materialismo-ontológico do filósofo os seguintes itens: (i) a categoria da totalidade; (ii) a concepção histórica da substância – englobando uma nova compreensão da relação entre fenômeno e essência; (iii) a unidade no diverso, basilar ao ser social (caracterizado como uma esfera qualitativamente distinta da orgânica e inorgânica); (iv) o ser social que se objetiva teologicamente, tendo por base uma realidade em movimento composta por elementos naturais e sociais; (v) uma história constituída pela produção e reprodução das objetivações, sem um final pré-concebido.

Apresentados os elementos estruturais das reflexões materialistas-ontológicas de Lukács, bem como a ambiência pós-moderna, restam claras as questões inconciliáveis entre aqueles e esta, segundo Paulo Netto (2002): (i) para o intelectual húngaro, o estético era um reflexo peculiar, distinto, por exemplo, da vida cotidiana, não obstante, os “intelectuais” contemporâneos diluem as fronteiras entre o “estético” e os demais complexos presentes na vida diária; (ii) para Lukács, ciência e arte são complexos distintos, já para os cientistas sociais correntes, não há distinção

⁵⁹ Algumas obras lukacsianas da juventude, como *A alma e as formas* (1910), possuem certa influência no debate estético atual.

⁶⁰ Em que pesem (i) as marcas nas formulações do intelectual húngaro derivadas de sua adesão crítica ao stalinismo, (ii) o caráter conservador de suas análises estéticas, (iii) o apego à herança cultural, propondo a interface entre o proletariado e a filosofia clássica alemã, ou (iv) a recusa a qualquer tipo de irracionalismo romântico, a incompatibilidade com a intelectualidade atual reside, principalmente, na impostação citada anteriormente.

entre ambos; (iii) para o materialismo-ontológico a distinção entre as categorias da “aparência” e da “essência” continuam imprescindíveis à saturação de determinações do real, contudo, para a intelectualidade coetânea, ambas se tornaram obsoletas; (iv) a ciência atual tornou-se um jogo de linguagem, um discurso sem qualquer tipo de superioridade cognitiva quando comparada aos demais tipos de saber, pura retórica, o que, obviamente, distingue-se por completo da análise lukacsiana; (v) a unidade diferenciada entre sociedade e natureza, guardando-se as peculiaridades de uma e outra, no âmbito do pensamento atual, torna-se identidade (no limite, todas as ciências são sociais); (vi) a realidade objetiva é reduzida a dimensões simbólicas (em que o momento predominante é o sujeito que conhece, e não o “em-si”), assim sendo, “desontologiza-se” o real, interpretação diametralmente oposta à de Lukács; (viii) em casos extremos, na sociedade dita “pós-industrial”, cancela-se o trabalho, categoria fundamental à análise marxiana, e, conseqüentemente, lukacsiana; (ix) como consequência dos elementos citados anteriormente, reduz-se a história às representações expressas em discursos articulados.

Finalizamos esse introito à vida e obra de Lukács deixando claro que não basta um movimento de reaproximação com o marxismo renovado, capaz de ampliar a consciência dos indivíduos, para que a filosofia ocidental, assim como os intelectuais da educação física brasileira, sejam capazes de retornar à impostação ontológica materialista de outrora, pois múltiplas são as determinações que ligam a construção do pensamento pós-moderno ao capitalismo tardio iniciado na década de 1970, pautado pela reestruturação das formas de produção e acumulação do sistema. Assim, enquanto não houver um movimento de massaspositor à apropriação privada da riqueza produzida pelos trabalhadores, superando a “calma” deste momento – fruto da subsunção real do trabalho ao capital –, o que exigirá dos intelectuais contemporâneos decisões concretas em situações extremas, tais pensadores permanecerão desconectados do desenvolvimento das forças produtivas materiais.

[...] essa cultura perdurará polarizando as atenções daqueles amplos segmentos intelectuais que, insulados – por uma divisão sociotécnica do trabalho cada vez mais acentuada – nos estreitos nichos da manipulação de signos e dispensados de qualquer confronto material com a sociedade e a natureza, poderão prosseguir concebendo-as como construções simbólicas, cuja efetividade é função de consensos subjetivos. (PAULO NETTO, 2002, p. 101).

Destarte, premido pelas circunstâncias, o fim do “exílio” de Lukács, especialmente de suas obras da maturidade, depende de uma transformação das tendências em movimento da sociedade contemporânea que acabe por romper com o cerco do capital ao trabalho, o que

criará as condições materiais necessárias à expansão do materialismo-ontológico, desaguando, assim, no rompimento com a “falsa consciência” atual.

4. LUKÁCS: VIDA E OBRA – UMA RESPOSTA AO ESPÍRITO DO TEMPO CONTEMPORÂNEO?

Paulo Netto, em 1983, especificou os motivos pelos quais a obra de György Lukács, calcada em uma complexa evolução teórica e ideológica, se constituiu em um problema de difícil resolução no interior do pensamento ocidental do século XX: tal antologia se pautou por uma grande diversidade, riqueza e quantidade. Diversos foram os temas analisados, entrecruzados pela arte e pela história. Assim sendo, muitos dos questionamentos propostos ainda não foram completamente resolvidos, haja vista a incapacidade dos especialistas atuais em compreender formulações amparadas pela categoria da totalidade, tão cara ao filósofo húngaro. As linhas que se seguem a respeito da vida de Lukács se sustentam em Paulo Netto (1983).

4.1 A Evolução do Pensamento

A própria evolução do pensamento lukacsiano torna-o problemático. O desenvolvimento deu-se permeado por contradições e rupturas, em que pese a continuidade de algumas de suas preocupações básicas. Nesse contexto, torna-se compreensível a grande divergência sobre o itinerário teórico e ideológico do filósofo húngaro, bem como a proposição de diversos rótulos, de “direitista” a “stalinista”. Incompreendido, por vezes, seu pensamento foi intencionalmente deformado pelos não poucos detratores. Raramente Lukács recebeu de seus interlocutores um tratamento equilibrado.

O excerto seguinte de um texto de Ludz (apud PAULO NETTO, 1983) deixa clara a magnitude do pensamento em análise, talvez a mais ambiciosa arquitetura teórica do marxismo posterior a Lênin.

Contribuir para uma interpretação crítica da obra de Lukács é simultaneamente uma tarefa complicada e de extrema responsabilidade: não existe outro pensador marxista contemporâneo que tenha provocado tão apaixonados aplausos e repulsas no Ocidente e Oriente (...) e são poucos os autores que, como ele, tenham influenciado durante tanto tempo os intelectuais europeus. (LUDZ apud PAULO NETTO, 1983, p. 09).

“Uma vida significativa no capitalismo, impossível: o combate para alcançá-la, tragédia...” (LUKÁCS, apud PAULO NETTO, 1983, p.11). Esse fragmento de texto que Lukács escreveu no final de sua vida sintetiza o sentimento que nutria à época da juventude,

especialmente de sua estreia como crítico teatral, em 1902, até o final da Primeira Guerra Mundial.

Filho de uma abastada família judia que habitava em Budapeste, o filósofo húngaro desenvolveu desde cedo uma firme atitude de recusa do modo de viver e pensar capitalistas. O estilo burguês-aristocrático da época se apresentava a Lukács como um misto de sofisticação e mundanismo.

[...] O estilo burguês-aristocrático de vida e pensamento – não se esqueça que Budapeste reproduzia os costumes de Viena, capital do império austro-húngaro – que se oferecia a Lukács apresentava-se como um misto de sofisticação e mundanismo; era o clima da belle époque penetrando os poros da sociedade húngara [...]. (PAULO NETTO, 1983, p. 11).

A oposição à ordem húngara, entretanto, não tinha respaldo da grande burguesia, parceira da aristocracia rural e da burguesia financeira austríaca, bem como da nobreza latifundiária magiar⁶¹. A ausência de um suporte político (os operários, por exemplo, totalizavam menos de 900 mil) fazia com que os intelectuais contestadores se isolassem em pequenos círculos, sem qualquer incidência relevante na arena política. Lukács participou de alguns, tais como o “Círculo Galileu”⁶² e a “Sociedade de Ciências Sociais”, contudo, em nenhum deles encontrou acolhida às suas inquietações. A defesa da necessidade de uma revolução o fez identificar-se com Endre Ady, poeta húngaro que escrevera logo após a Revolução Russa de 1905, caracterizado por um lirismo radical, além de ser defensor de uma transformação calcada no povo trabalhador. Ambos, entretanto, eram solitários no contexto húngaro.

Como consequência dessa conjuntura, restou a Lukács vincular-se à análise das formas culturais como possibilidade de construção de uma alternativa radical⁶³. Para tanto, utilizou-se da filosofia de Kant (exigências morais categóricas, dualismo e complexos de antinomia), bem como da tradição sociológica iniciada por Toennies (contraposição entre comunidade e sociedade, assim como cultura e civilização), encampada por Simmel⁶⁴, e, em certa medida,

⁶¹ Os húngaros ou magiares são um grupo étnico originário dos Montes Urais que invadiu a Europa Central e se estabeleceu na Bacia dos Cárpatos no século IX, fundando um Estado que seria posteriormente conhecido como Hungria.

⁶² Em 1909 e 1910 Lukács “frequenta, em Berlim, o Círculo Galileu, cenáculo liberal-radical fundado em 1908” (PAULO NETTO, 1981, p. 11).

⁶³ Sob o ponto de vista da educação formal, Lukács graduou-se em “Jurisprudência” (1906), bem como em “Filosofia” (1909), ambos os cursos realizados na Universidade de Budapeste.

⁶⁴ Lukács foi aluno de Simmel em Berlim (1910).

por Max Weber. Tal corrente, por sinal, caracterizava-se por um anticapitalismo romântico, pois condenava as suas características deletérias, compreendendo-o, contudo, como inexorável.

4.2 Primeiras Formulações: Anticapitalismo Romântico

A primeira obra de Lukács, a *História da Evolução do Drama Moderno* (análise da produção dramática alemã dos séculos XVIII e XIX), publicada em 1911, estava encharcada de tal concepção. Em entrevista a István Eorsi e Erzsébet Vezér (1999), Lukács considerou a obra como a sua “verdadeira estreia literária”, junto com os escritos da *Revista Ocidente*. Ressalta-se que, naquela, o recurso à sociologia não derivou para uma submissão da obra de arte às características econômicas vigentes à época, pois, na compreensão de Lukács, o fenômeno estético possuía certa autonomia, sendo social apenas na forma⁶⁵. A essa altura, o filósofo já entrara em contato com Marx e Engels, mas limitava a influência de ambos à Sociologia, e não como formuladores que o auxiliassem a entender o mundo. Ademais, transitava entre o pessimismo e a desesperança, conformando uma visão trágica de mundo, que antecipou, em certa medida, o moderno existencialismo.

Essa percepção se cristaliza nos ensaios do livro *A Alma e as Formas* (1910), em que abordou autores anticapitalistas românticos, tendo como enfoque o filosófico, ético-estético. Salienta-se que a literatura, nesse texto, foi apenas um pretexto para a elaboração de uma teoria a respeito da relação entre uma vida autêntica (regida por valores absolutos) e uma vida ordinária (empírica, degradada por compromissos). Para Lukács, essas duas realidades jamais podiam coincidir no mundo capitalista moderno. “Estas duas realidades podiam coincidir no mundo antigo (grego), mas não no mundo moderno. Aqui, a verdadeira vida [...] jamais se realiza na vida social concreta” (PAULO NETTO, 1983, p. 20). Tal pessimismo, recebendo influxos de Kierkegaard, aproximou-o de uma alternativa messiânica, à espera de um milagre que solucionasse a “tragédia” da vida cotidiana⁶⁶.

Também em 1910, Lukács trava relações com E. Bloch, quem o convenceu, posteriormente, a se mudar para Heidelberg (onde viveria em 1912, 13 e 15), levando-o ao

⁶⁵ Uma tese presente nessa obra era a de que o drama moderno (burguês) rompeu com o drama antigo (grego), sendo aquele vinculado ao individualismo, e este, ao coletivo.

⁶⁶ Nesse contexto, Lukács aproxima-se das religiões judaico-cristã e hindu. Tal movimento acentua-se após o suicídio de Irma Seidler (1912), seu amor platônico, e o início da amizade com E. Bloch, posteriormente descrito por Lukács como um “judeu apocalíptico”.

círculo de Max Weber. Heidelberg era um importante centro universitário que aglutinou até a Primeira Guerra o que havia de mais significativo no pensamento alemão. Nesse local, o filósofo iniciou seus estudos sobre Hegel, o que deu origem (associado à eclosão da Grande Guerra) a uma mudança de rumo no seu pensamento, encaminhando-o para as preocupações históricas. A realidade da guerra aprofunda o pessimismo de Lukács, mas a leitura de Hegel instaura uma perspectiva de futuro.

Durante o primeiro ano da guerra Lukács produziu *A Teoria do Romance*⁶⁷, texto conceituado por nosso autor, posteriormente, como detentor de uma “epistemologia de direita” e uma “ética de esquerda”. Nesse, entram em choque os seus pressupostos a-históricos e as suas exigências morais (humanistas e antiburguesas), exacerbadas pela barbárie da guerra, bem como são acentuadas as contradições advindas da dialética hegeliana. Em tal livro resta clara a passagem do pensamento lukacsiano de Kant para Hegel, em que a categoria da totalidade torna-se útil à explicação da fragmentação da cultura em decorrência da vida capitalista. Ademais, se a expressão épica do mundo antigo era a epopeia, a do mundo moderno, é o romance. Nesse ambiente em que a totalidade está dilacerada, surge a figura do herói individual.

[...] A Teoria do Romance qualifica toda aquela era como época da pecaminosidade consumada. Uma particularidade deste livro sobre o romance é que, metodologicamente, é um livro de história do espírito. Mas acho que é o único livro de história do espírito que não é de direita. Do ponto de vista moral, considero toda aquela época condenável e, na minha concepção, a arte é boa quando se opõe a esse decurso. (LUKÁCS apud EORSI, 1999, p. 49).

Em 1915, Lukács atendeu ao recrutamento militar e regressou a Budapeste, passando a trabalhar na censura postal, assim como a participar do grupo de estudos “Os Aficionados do Espírito”, que subseqüentemente transformou-se na “Escola Livre das Ciências do Espírito”. Então, em 1917, a alternativa de futuro que antevira em Dostoiévski lhe surgiu da própria realidade histórica, a Revolução Russa o afeta profundamente. Politizou-se rapidamente. Para tanto, dedicou-se à leitura, entre outros, de Sorel (teórico do sindicalismo revolucionário) e Rosa Luxemburgo (revolucionária que combatia o reformismo da II Internacional).

⁶⁷ Definida pelo autor como uma introdução à apresentação histórico-filosófica da obra poética de Dostoiévski.

4.3 A Virada Comunista

A vitória bolchevique na Rússia e o afluxo do movimento de massas na própria Hungria colocam o problema comunista em pauta. Em novembro daquele ano, fundou-se o Partido Comunista Húngaro (PCH), sob a liderança de Béla Kun. Concomitantemente Lukács escreve o livro *O Bolchevismo como Problema Moral*, em que, não obstante a simpatia pelo movimento, preconiza a impossibilidade do bem brotar do mal (uso da força).

Entretanto, a potência da realidade o atropelou. Lukács, após uma reunião com Kun, decide ingressar no PCH. Conforme Lowy (apud PAULO NETTO, 1983), entre 1918 e 1919, “Lukács encontra no proletariado a força capaz de resolver as antinomias pela destruição da realidade capitalista, a abolição da reificação, a realização de valores autênticos e a fundação de uma nova cultura” (p. 27). Essa foi a maior ruptura no pensamento de Lukács, um salto qualitativo que o permitiu elaborar uma concepção dialética da realidade. Contudo, mesmo no interior desse processo, não houve um abandono das preocupações da juventude referentes a uma vida autêntica.

O ingresso no PCH permite a Lukács adentrar o espaço político, onde permaneceria por 10 anos. Esse período permitiu-lhe alicerçar o seu aporte à teoria social marxiana, bem como concretizar o seu engajamento na organização operário-revolucionária. A opção deslizou de um pressuposto ético para um teórico. De mais a mais, a inserção no Partido ocorre de forma concomitante à agudização da crise na Hungria do pós-guerra. Em 11 de janeiro de 1919, caiu a monarquia, sendo o conde Karóly investido na presidência da República. Em fevereiro, com receio do crescimento do movimento comunista, o governo prendeu suas as lideranças; após tal processo Lukács é alçado a participante do Comitê Central do Partido. Em 20 de março, Karóly demitiu-se, assumiram o governo os comunistas e os socialdemocratas, instaurou-se a Comuna Húngara. Contudo, a República Proletária dos Conselhos durou apenas 133 dias.

Nesse período, Lukács foi membro do Comitê Central, trabalhou na Redação do Jornal Vermelho, fundou o Instituto de Pesquisas do Materialismo Histórico, desempenhou função de comissário político da 5ª Divisão do Exército Vermelho, e, principalmente, foi Vice-Comissário do Povo da Educação Pública. Nessa função, participou de uma profunda reforma educacional que introduziu, por exemplo, a educação sexual, bem como socializou as editoras e abriu museus e teatros aos trabalhadores. Para ele, competia à Comuna revolucionar as almas. A cultura, no período em questão, pautou-se por um suposto democrático e plural. “Para Lukács, a tarefa cultural que competia à Comuna era o revolucionamento das almas, com um programa

sintético e genial. A política é apenas um meio; o fim é a cultura” (PAULO NETTO, 1983, p. 32).

Mas a contrarrevolução burguesa não tardou: em agosto as forças de Horthy instauram um clima de terror na Hungria e mais de cinco mil pessoas foram executadas. Lukács, após um período na resistência clandestina, seguiu para Viena. Na capital do antigo Império Austro-Húngaro, foi preso em outubro de 1919, mas uma mobilização da intelectualidade europeia impediu a sua deportação para o país natal. Iniciou-se a vida no exílio.

É na capital da Áustria que o filósofo permaneceu até o fim dos anos 1920, com breves deslocamentos para a Alemanha. Naquela, encontrou a sua fiel companheira em vida, Gertrud Bortstieber, que o acompanhou até falecer em 1963. Além disso, aproveitou o exílio para aprofundar suas leituras de Lênin, assimilando suas dimensões materialistas. Contudo, a primeira metade da década foi ainda um período prolífero em posturas esquerdistas adotadas por Lukács, ainda sob a forte influência dos estudos vinculados a Rosa Luxemburgo.

A conjugação do esquerdismo com o voluntarismo e o eticismo do filósofo resta clara já em 1919 no seu texto *Tática e Ética*, em que denegou qualquer tipo de compromisso político. Tal rejeição levou Lukács a profundos equívocos, como o seu desprezo pela atuação parlamentar, por ele caracterizada como uma atividade burguesa. A contradição operava no confronto entre o eticismo e a necessidade de uma atuação pragmática no campo da política. Não obstante, apesar das incongruências, o filósofo foi capaz, no período em tela, de elaborar importantes questões no que tangia ao movimento operário, como a sua advertência no livro *O Papel da Moral na Produção Comunista*, quanto ao perigo da ditadura (compreendida como o exercício do poder e não, sistema totalitário) do proletariado se voltar contra si.

4.4 Exílio em Viena e Política

No exílio, o PCH apresentava duas correntes distintas: a de Béla Kun, apoiada pela Internacional Comunista, e a liderada por Jenő Landler, à qual Lukács se vinculava. Nesse tempo, o filósofo participou também da direção da *Revista Comunismo*, caracterizada por um forte esquerdismo (compreensão disseminada por todo o campo comunista na primeira metade da década de 1920), bem como elaborou os oito ensaios de dialética marxista que comporia uma de suas principais obras: *História e Consciência de Classe – HCC* (1923).

Nessa obra, no plano teórico, polemizou com o marxismo vulgar da II Internacional e sua vertente revisionista, assim como com o positivismo acrítico das “ciências sociais burguesas”. No que tange à política, defendeu as ideias inspiradas em Rosa Luxemburgo,

suportadas por uma concepção que acreditava na revolução iminente em escala mundial. Sob forte inspiração hegeliana, propugnou a teoria de que cabe apenas ao proletariado o papel de compreender, sob a perspectiva da totalidade, as formas sociais nos seus processos, visto que, quanto à burguesia, sua sobrevivência se atrela à incompreensão das condições de sua existência. Ademais, salientou a necessidade de uma prática revolucionária ancorada teoricamente no intuito de superar a superficialidade fetichizada do cotidiano capitalista, cabendo apenas ao proletariado, em função de sua posição na sociedade, a possibilidade de adotá-la. Em *HCC*, Lukács acentuou o historicismo do marxismo, adotando-o como exclusiva filosofia do fenômeno social, contudo arrefeceu as suas dimensões ontológicas, reduzindo-as a uma sistemática filosofia da história.

Após as duras críticas recebidas da Internacional Comunista, Lukács reorientou o seu pensamento, “reconciliando-se com a realidade”, no texto *Moses Hess e o Problema da Dialética Idealista*⁶⁸, em que o “utopismo revolucionário” de Hess foi contraposto ao “grandioso realismo” de Hegel. Foi o abandono do eticismo de outrora, bem como da “recusa de todo compromisso”. O “messianismo utópico” de Lukács entrou em crise. O suporte histórico dessa reorientação apresentou-se no refluxo do movimento operário revolucionário, bem como no crescimento do discurso reformista. Ambos deixaram claro que a revolução no Ocidente se congelara. O capitalismo alcançara uma estabilização relativa.

Com a morte de Landler, em 1928, Lukács assumiu a direção de sua corrente no PCH. No decorrer do ano apresenta para discussão as *Teses de Blum*⁶⁹, posteriormente vencidas no II Congresso do partido (1929) pela corrente de Béla Kun. Nelas, sustentou a necessidade de os comunistas lutarem por uma “ditadura democrática”. Como forma de combater o fascismo de Horthy, restava a construção de uma ampla frente política policlassista. Uma dura carta de repreensão da Internacional Comunista⁷⁰, considerando as teses não condizentes com o bolchevismo, selou sua sorte. Restou a Lukács uma “autocrítica” como forma de permitir a manutenção do vínculo partidário, que, por sua vez, lhe possibilitava participar da luta antifascista.

⁶⁸ Antes da elaboração de tal obra, o filósofo escreveu *Lênin – A Coerência do Seu Pensamento* (1924), bem como uma resenha crítica sobre o trabalho de Bukharin acerca do Materialismo Histórico.

⁶⁹ Lukács utilizou o codinome “Blum” para apresentar as *Teses* sobre a situação política e econômica da Hungria, assim como sobre as tarefas do PCH.

⁷⁰ A derrota das *Teses* vinculou-se ao recrudescimento no interior da Internacional de um movimento sectário e estreito, pautado pela lógica do “classe contra classe”, exatamente o oposto da direção anti-esquerdista que Lukács adotara à época. Somente em 1935 tal movimento passou a advogar a ideia das frentes populares.

Depois de 1929 Lukács direcionou o realismo esboçado nas *Teses* em discussão para a análise cultural, onde propôs a conciliação da cultura democrático-burguesa com o movimento comunista, apoiada na formulação de Marx e de Engels segundo a qual o proletariado seria o herdeiro da filosofia clássica.

4.5 Período Moscovita: Teoria Materialista Histórica Dialética

No início de 1930⁷¹, o filósofo seguiu para Moscou, onde, a partir do Instituto Marx-Engels-Lênin, encetou seus estudos dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) de Marx, assim como dos *Cadernos Filosóficos de Lênin*. Tais análises permitiram uma retificação por parte de Lukács de algumas colocações elaboradas em 1923, como, por exemplo, a teoria da reificação que identificava objetivação e alienação, além de retirar, a partir de Lenin, uma compreensão materialista de Marx e um entendimento flexível da categoria do reflexo.

Ao longo do ano de 1931 a Internacional Comunista enviou Lukács a Berlim, no intuito de assessorar a intervenção cultural dos comunistas alemães na União dos Escritores Revolucionários Proletários, responsável pelo mensário *Virada à Esquerda*. Essa revista, inicialmente sob o viés “obreirista”⁷², a partir de Lukács, passou a propor o resgate por parte da literatura revolucionária⁷³ da herança artística e cultural burguesa. Há que se salientar, entretanto, que tais proposições foram realizadas utilizando-se de “citações protocolares” de dirigentes comunistas, pois sob a espada do esquerdismo da III Internacional vigente à época, não seria permitida uma defesa expressa de uma compreensão estética dessa natureza.

Com a vitória do nazi-fascismo alemão Lukács retornou a Moscou, passando a atuar em instituições de pesquisas e periódicos culturais. Somado à barbárie em questão, a autocracia stalinista⁷⁴, com suas ações de terror e repressão, tornou difícil a adoção de análises críticas. São os tempos complicados do período moscovita. Contudo, em que pese a repressão, o filósofo húngaro manteve certa postura contestadora em relação ao governo stalinista. Em

⁷¹ Nessa temporada, Lukács conheceu Mikhail Lifschitz (estudioso do Instituto Marx-Engels-Lenin vinculado à estética), com quem realizou uma parceria intelectual no decorrer da segunda metade dos anos 1930.

⁷² Literatura de Operários = Literatura Revolucionária.

⁷³ Os ensaios *Tendência ou Tomada de Partido?* e *Reportagem ou Configuração?*, ambos da lavra do filósofo húngaro, têm por pressuposto essa formulação.

⁷⁴ Lukács aceitava o stalinismo de forma parcial e condicional, como, por exemplo, no que tange às teses da possibilidade do socialismo em um só país, em oposição a Trotsky, bem como na luta anti-nazifascista.

1940, por exemplo, relata a deterioração da vida soviética no texto *Tribuna do Povo ou Burocrata?*, sempre sob o “disfarce” das citações protocolares.

No período de estadia em Moscou, Lukács sofreu diversas ações repressivas por parte do comando stalinista. Em 1940, a revista *Crítica Literária*, na qual atuava ao lado de Lifschitz combatendo o sociologismo vulgar da crítica oficial soviética, foi fechada pela polícia. No ano seguinte, o filósofo foi preso por alguns meses. Contudo, o principal palco da divergência de Lukács com o regime de Stalin caracterizou-se no campo teórico-cultural. No que diz respeito a Hegel, por exemplo, o filósofo húngaro, na obra *O Jovem Hegel e os Problemas da Sociedade Capitalista* (escrito entre os anos de 1935 e 1938), identificou-o como o alemão que melhor compreendeu o sentido da Revolução Francesa e o único que relacionou dialética e economia clássica inglesa. Tal opinião divergia por completo dos círculos acadêmicos oficiais que caracterizavam a Hegel como detentor de uma política reacionária em função de sua compreensão do Estado Prussiano.

Em 1934, ocorreu o I Congresso dos Escritores Soviéticos. À época, a doutrina literária oficial era a do realismo socialista⁷⁵, em que se defendia a arte de tendência, a qual objetivava transformar as obras de arte em meios educacionais dos trabalhadores. Lukács considerava essa literatura como propaganda, assim sendo, passou a lutar por uma concepção alternativa de realismo socialista, utilizando como categoria estética central, o realismo – considerado como o único método que permite a apreensão da realidade como uma totalidade em movimento⁷⁶.

[...] se a literatura é, de fato, uma forma particular de reflexo da realidade objetiva, para ela é, portanto, importante apreender essa realidade tal como ela é de fato constituída e não se limitar a reproduzir o quê e o como da sua aparência imediata [...] se o escritor é mesmo um realista, o problema da totalidade objetiva da realidade desempenha um papel decisivo [...]. (LUKÁCS, 1938, p. 07).

Sublinha-se que, para o realismo de Lukács, o personagem típico tornou-se central por permitir a captura da essencialidade de um determinado contexto histórico. Cabe ao artista realista superar a abstração da imediaticidade, alcançar a essência do momento histórico, e, posteriormente, recobri-la novamente de imediaticidade, porém, doravante, enriquecida, “[...] mediante este duplo trabalho surge uma nova imediaticidade artisticamente mediatizada”

⁷⁵ Em oposição ao realismo crítico burguês.

⁷⁶ Na obra *Narrar ou Descrever* (1936), essa compreensão já se encontra presente.

(LUKÁCS, 1938, p. 14). Avançando em sua análise, parte do suposto, também, que apenas a narração, e não a descrição (presente no naturalismo e seus personagens médios), possibilita a captura da totalidade em movimento.

O realismo tornou-se fundamental na análise que Lukács empreendia dos grandes autores burgueses⁷⁷, aos quais caracterizava como formuladores do exitoso realismo crítico, amparando o seu projeto de vincular a herança burguesa progressista ao movimento comunista⁷⁸.

Continuando essa dinâmica, entre 1936 e 1937, o filósofo elaborou a obra *O Romance Histórico*, caracterizada pela valorização dos escritores burgueses antifascistas, bem como pela primeira aproximação a uma teoria materialista dos gêneros literários. Lukács opôs a lírica à épica e ao drama, sendo que estes dois últimos deveriam representar a vida em sua totalidade, cabendo à épica configurar a totalidade dos objetos, e ao drama, do movimento das forças sociais. A épica moderna, o romance, possui no herói problemático o seu personagem principal, já o drama, tem-no no indivíduo histórico-universal.

A análise retro mencionada dos gêneros compõe o movimento de elaboração de uma estética marxista iniciada por Lukács em parceria com Lifschitz. O filósofo húngaro acreditava haver em Marx, apesar de não ter sido objeto de um estudo aprofundado por parte do filósofo alemão, os fundamentos para um sistema estético. Tal hipótese aparece clara no texto *Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels*, elaborado ao cabo da Segunda grande Guerra, assim como em todas as suas análises estéticas posteriores⁷⁹.

O ponto central das formulações sistemáticas da estética marxista eram as formas do realismo crítico burguês (Scott, Goethe, Balzac, entre outros), assim como a recusa das inovações surgidas nos desenvolvimentos estético-culturais posteriores, especialmente as vanguardas artísticas dos anos 1920 (como o expressionismo, valorizado por Brecht e Bloch, e criticado por Lukács). Para o filósofo húngaro, as novas técnicas só tinham sentido quando integradas à tradição realista. Autores como Marcel Proust e Franz Kafka foram por ele caracterizados, nesse período, como viciados pela decadência ideológica da sociedade burguesa.

⁷⁷ Holderlin (1935), Balzac (1936), Goethe (1941), entre outros.

⁷⁸ Salienta-se que tal projeto ganhou impulso com o VII Congresso da Internacional Comunista (1935), pois a proposta das “frentes populares” submeteu o pensamento sectário do “Classe contra Classe”, formulado anteriormente pelo mesmo Organismo.

⁷⁹ Franz Mehring (1933), *K. Marx e F. T. Vischer* (1934), *A Propósito da Estética de Schiller* (1935), *A Estética de Hegel* (1951), entre outros textos.

Muitos destes componentes eram referidos pelo pensador húngaro como viciados pela decadência, tendência de vulgarização e capitulação ideológica operante na sociedade burguesa desde que o proletariado se convertera em classe para si (1948). (PAULO NETTO, 1983, p. 62).

4.6 Fim da Segunda Guerra Mundial

Após a Segunda Guerra, Lukács retornou à Hungria. Tornou-se membro do parlamento, professor de Estética e Filosofia da Cultura na Universidade de Budapeste, além de ingressar na Academia Científica daquele país. Na última metade da década de 1940, participou de forma incisiva da vida cultural europeia. Entre os principais textos desse momento encontra-se *Existencialismo ou Marxismo?*, em que o filósofo conceituou tal movimento – o qual tem em Sartre um de seus principais formuladores –, como uma vertente do irracionalismo moderno⁸⁰.

Em 1954, após uma nova onda repressiva do governo, em que Lukács, por exemplo, foi vítima de uma campanha de descrédito ideológico, e limitado ao trabalho universitário vigiado, o filósofo magiar redigiu *A Destruição da Razão*⁸¹. Tal obra se caracterizou por uma análise do caminho percorrido pela Alemanha, no âmbito filosófico, até Hitler. Tendo como base material o processo da formação alemã a partir da vereda prussiana, a situou como o “país clássico do irracionalismo”. Essa vertente intelectual, tendo como pilar a luta contra o materialismo e a dialética, própria da decadência ideológica burguesa, foi compreendida pelo filósofo húngaro como promotora de uma apologia indireta ao capitalismo. Nesse percurso, Lukács analisou a cultura alemã, da Prússia à Segunda Guerra Mundial, culpabilizando, entre outros, Simmel e Weber, pela preparação ideológica do clima que permitiu a instauração nazifascista. As análises maniqueístas presentes no texto, bem como a ausência de uma crítica às tendências neopositivistas, deixaram claras as marcas do período stalinista nas formulações lukacsianas.

A segunda metade da década de 1950 foi caracterizada pelo movimento de “desestalinização” da Hungria, fruto da morte de Stalin em 1953, da crítica à autocracia presente no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956) e das

⁸⁰ Na obra *A Ontologia do Ser Social* Lukács (2012) resgata o debate com Sartre.

⁸¹ Antes da elaboração dessa obra, Lukács escreveu *Poesia de Partido* (1946), *Literatura e Democracia* (1946), *Arte Livre ou Arte Dirigida* (1947), *O Jovem Hegel e os Problemas da Sociedade Capitalista* (1948), *Thomas Mann e o Realismo Russo na Literatura Universal* (1949), *Literatura e Arte como Superestrutura* (1951), entre outros.

contestações dos intelectuais, entre os quais, Lukács, requerendo a democratização. Em 1956, Imre Nagy convidou o filósofo a participar de seu governo como Ministro da Educação e Cultura. A aliança, contudo, durou pouco. A aproximação de Nagy das potências ocidentais e a intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia no país selaram o afastamento de Lukács, que seguiu para Romênia, onde ficou por seis meses, até o final da crise e a assunção de Kadar ao governo.

O fim da década em questão, com a elaboração das obras *Introdução a uma Estética Marxista* (1957) – uma sùmula histórica da categoria da particularidade (campo de mediação entre o singular e o universal) – e *Contra o Realismo Mal Compreendido* (1958), Lukács encerrou um ciclo na evolução do seu pensamento. Os anos que seguiram até a sua morte seriam destinados à elaboração de suas duas grandes obras: *Estética* (1963) e a *Ontologia do Ser Social* (2010, 2012 e 2013).

4.7 A Estética Marxista e a Ontologia do Ser Social

Uma imperiosa necessidade de renovar o marxismo acrescentando novos estudos às formulações dos clássicos Marx-Engels-Lenin, essa é a preocupação de Lukács em seus anos derradeiros. A consequência do silêncio entre os anos de 1958 a 1961 tornou-se palpável: em 1963, o filósofo publicou a primeira das três partes que projetara para a sua *Estética*, sob o título *Peculiaridade do Estético* ou *Estética I*⁸². Tratou-se de uma grandiosa tentativa de elaborar uma estética marxista. A obra teve quatro volumes publicados em espanhol (1.840 páginas), contudo tais escritos perfazem apenas uma das três partes do projeto inicial de Lukács, as duas seguintes não foram elaboradas. Nela, o filósofo reavaliou todas as suas ideias, desde a juventude.

[...] a *Estética* é original pelo enquadramento a que submete mesmo as repetições que faz dos escritos precedentes. Na verdade, ela configura o último estágio intelectual de Lukács – o repensamento de todas as suas ideias. E esta é a intenção explícita do autor [...]. (PAULO NETTO, 1983, p. 77).

⁸² Anteriormente à *Estética*, Lukács formulou *Carta sobre o Stalinismo* (1962), *Contribuição ao Debate entre a China e a União Soviética* (1963), *Problemas da Coexistência Cultural* (1964). Ressalta-se que, nesse período, o filósofo já se encontrava afastado do Partido Comunista.

Também na *Estética* o filósofo fez referência às categorias gerais da dialética (totalidade, mediações, aparência e essência, práxis, entre outras), desenvolveu um novo sentido para a catarse, criou determinações teóricas como a do meio homogêneo, enfim, conformou uma das obras mais complexas produzidas pelo pensamento comunista após Marx.

O livro em questão, de caráter enciclopédico, discute a arte antiga e moderna, a literatura, o cinema, a jardinagem, o artesanato, a arquitetura, bem como o ritmo, a ornamentística, a magia, a religião e os problemas referentes à recepção da arte, entre outros tantos temas. Para entendê-lo, há que se ter em mente que o intelectual não pretendeu conformar uma história da arte, mas sim, rastrear, a partir da Filosofia, a formação e o desenvolvimento das categorias comuns às atividades espirituais dos homens. Para tanto, utilizou como raiz, o cotidiano:

[...] dele (cotidiano) se desprendem, em formas superiores de recepção e reprodução da realidade, a ciência e a arte; diferenciam-se, constituem-se de acordo com suas finalidades específicas, alcançam sua forma pura nessa especificidade – que nasce das necessidades da vida social –, para logo, em consequência de seus efeitos, de sua influência na vida dos homens, desembocar de novo na corrente da vida cotidiana. (LUKÁCS apud FREDERICO, 1997, p. 56).

Destarte, para determinar o comportamento estético (forma desenvolvida, tal qual a ciência, de recepção da realidade objetiva na consciência dos homens), há que se compreender as necessidades postas pelo dia-a-dia. Elas impulsionam os seres sociais a se objetivarem, a irem além de seus limites habituais. Dessa forma, é do reflexo próprio da vida cotidiana que a arte e a ciência se desprendem, se diferenciam, e, posteriormente, retornam, enriquecendo a compreensão de mundo do sujeito.

Contudo, para Lukács, a arte nem sempre existiu, sendo, portanto, um produto histórico tardio do desenvolvimento humano, um resultado do processo de hominização. Tal ideia ampara-se nas teses dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, da lavra de Karl Marx (2004): “a formação dos cinco sentidos é obra de toda a história passada” (p. 17). Nesses termos, o usufruto artístico depende do desenvolvimento de uma consciência abstrata que se interesse mais pelo reflexo do que pela realidade objetiva. Salienta-se que a formulação em pauta supera a compreensão do filósofo húngaro em *História e Consciência de Classe* (1923), que reduzia a arte às manifestações da consciência de classe.

A relação entre o sujeito e o objeto está na base do estudo da origem das formas de consciência. A forma inicial de relacionamento entre o homem e o mundo, bem como o pilar

de todos os demais reflexos, é o trabalho. Para a consecução deste, exige-se uma compreensão minimamente adequada do mundo. Nada obstante, a vontade de controlar o exterior presente no trabalho sustentou, também, o surgimento da magia (forma fantástica de intervenção).

Desde o início a busca pelo conhecimento correto da objetividade separou o trabalho, e sua consequência, a ciência, da magia e religião. Inicialmente, a arte e a religião surgiram igualadas, visto que ambas são criações espirituais referidas ao mundo dos homens. Contudo, no processo de diferenciação, distanciaram-se. A religião acredita na veracidade do seu objeto, bem como considera o transcendente uma realidade mais verdadeira que a humana. Já a arte afirma o caráter fictício de suas obras. Por estas, os homens se relacionam com a ficção e, posteriormente, retornam à vida cotidiana de forma mais enriquecida. A arte, portanto, aprofunda o caráter imanente, mundano, já a compreensão religiosa tende ao transcendente, “[...] o modo de exposição artístico [...] tende a projetar todo o conformado sobre um plano terrenal, e a transformar toda transcendência em uma imanência humana” (LUKÁCS, 1967, p. 385). Acentua-se que a defesa do humanismo era a pedra de toque das formulações lukacsianas. Assim sendo, na análise estética, por exemplo, defendeu o realismo por ser fiel ao mundo dos homens, criticando o naturalismo (uma caricatura do primeiro) e as tendências artísticas que aceitam a tutela do transcendente.

Para Lukács, na obra de arte o homem contempla a sua criação. Realiza-se uma objetivação do ser social, um momento fundamental de autoconsciência. Destarte, a consciência artística cria um mundo conformado às mais profundas necessidades humanas.

Quanto à ciência, o que a diferencia da arte? Nesta, a categoria central é a particularidade, naquela, a universalidade. Além disso, a ciência busca a captura do “em-si”⁸³ da realidade objetiva, a sua essência, o que existe independentemente da consciência humana. O objeto existe mesmo que o sujeito o desconheça, com leis que lhe são próprias. Ao buscar conhecê-lo, o sujeito supera a forma imediata da realidade, alcançando a essência do fenômeno. Essa é conceitualmente explicada com uma linguagem própria da ciência. Ademais, a compreensão científica busca refletir o infinito, uma totalidade extensiva, sempre em progresso. Como consequência, a categoria da universalidade é alçada ao primeiro plano.

No que se vincula à arte, a ciência refere-se também ao “em-si” da realidade, contudo apenas quando diz respeito ao destino dos homens, figurado pelo artista. A sua atuação

⁸³ Lukács denomina na *Ontologia do Ser Social* o impulso à captura do “em-si” de *Intention Recta*, procedimento que exige a desantropomorfização do pesquisador, ou seja, um afastamento de qualquer tipo de sentimento ou crença.

consiste em representar o real de forma sensível e imediata, sem a necessidade de recorrer aos conceitos: “[...] na arte não se trata de transformar a dialética objetiva da realidade em uma dialética subjetiva de conceitos, juízos e inferências, se não apenas reconfigurar aquela de modo mais fiel e completo possível” (LUKÁCS, 1967, p. 387). Como corolário, a arte se torna um “para-nós”. Uma realidade criada pelo homem e para o homem, desfetichizadora do real, “[...] a arte autêntica tem por essência uma tendência desfetichizadora [...] a que não pode renunciar sob pena de se autodissolver [...]” (LUKÁCS, 1967, p. 383). Sem o sujeito que cria, não há objeto artístico. Sublinha-se, igualmente, que aquela tende à totalidade intensiva, ou seja, trata-se de um todo fechado, o mundo dos homens em um contexto particular.

[...] uma exigência capital posta a todas as artes que não se baseiam em abstratos princípios formais, ou seja, a todas as artes que sejam mais que uma mera decoração, é a criação de um mundo, uma fixação tal da realidade refletida que as determinações que constroem e consomem a obra se convertam em uma configuração cerrada, redonda, concreta e sensível das determinações objetivas da realidade [...]. (LUKÁCS, 1967, p. 392).

Dessa forma, uma obra nunca é invalidada por outra, pois cada autor fixa um determinado momento do desenvolvimento do gênero humano. Ademais, a arte interrompe a finalidade prática da ação, fazendo com que o artista, pelo manuseio do material, crie um mundo adequado ao homem.

Tanto a arte quanto a ciência são formas humanas de apropriação do mundo, contudo com suas próprias especificidades, sendo, portanto, diferentes e autônomas. Ambas, ademais, estão em permanente conflito com a religião, pois aquelas buscam o domínio humano da realidade, e esta, o submete ao transcendente. Através de paixões e emoções, formas pelas quais a humanidade se afirma a partir da arte, concede àquela as rédeas de seu destino.

Para Lukács, o abismo entre a privacidade do indivíduo e a esfera do sagrado torna-o prisioneiro de sua personalidade privada; como consequência, a busca de sentido para a própria vida resume-se à busca pelo transcendente. Tal procedimento impede que o gênero perceba a característica processual da história, em contraponto a um destino dado a priori.

A arte, entretanto, confronta o homem com o gênero. A partir dos grandes dilemas morais, o indivíduo se percebe como partícipe da humanidade.

A comoção [...] levanta o homem acima de sua privacidade imediatamente dada [...] e lhe mostra amplas e profundas perspectivas, vinculações de seu destino pessoal com a essência do mundo [...] com o destino da espécie inteira, pela mediação daquele entorno. (LUKÁCS apud FREDERICO, 1997, p. 63).

Destarte, a luta de Lukács pela explicação imanente e a dialética entre a consciência singular e a espécie reforçam o privilégio ao método realismo. Como consequência, a arte e a ciência tornam-se instrumentos de emancipação.

Como complemento à sua elaboração, Lukács busca responder a pergunta: para que serve a arte?

Para entendermos a resposta de Lukács é necessário lembrar, antes de mais nada, que a arte suspende a relação do homem com qualquer finalidade prática. Durante a fruição estética de um romance, o leitor é colocado diante de uma representação concreta, historicamente datada, na qual os personagens típicos vivem as atribulações da condição humana. (FREDERICO, 1997, p. 64).

A arte possui um valor documental (retrato de uma época), bem como evocativo dos sentimentos típicos do gênero humano, isso porque põe em relevo o caráter social da personalidade humana. A sua fruição permite ao indivíduo comparar sua respectiva vida com a epopeia do gênero humano. Nesse contexto a subjetividade eleva-se à particularidade de um determinado momento histórico, tendo como meio a catarse⁸⁴, típica da arte realista.

Segundo Lukács, pela catarse, o indivíduo supera os seus limites, suspende a vida cotidiana alienada e reencontra-se com o gênero humano, identificando-se com a causa da humanidade. “A arte, portanto, é a memória da humanidade e o indivíduo que revive esses momentos passa por um processo de educação, de reencontro com o gênero humano.” (FREDERICO, 1997, p. 65). Lukács defende a catarse como fonte de transformação das paixões em disposições virtuosas⁸⁵, uma transformação da subjetividade rumo a uma vida genérica, no contexto de uma pedagogia social. Sublinha-se que a fruição artística pelo indivíduo dar-se-á a partir de uma experiência de vida por este acumulada. Assim sendo, a eficácia do processo catártico será tanto maior quanto mais o “novo” indivíduo supere sua concepção de mundo anterior. Consequentemente, o sujeito que se reencontrou e se identificou com a humanidade é lançado de volta ao cotidiano, desta feita, mais enriquecido⁸⁶.

⁸⁴ Segundo Aristóteles, ato de liberação de emoções advindo da fruição artística.

⁸⁵ “[...] mediante a comoção racional do homem inteiro da cotidianidade [...]” (LUKÁCS apud FREDERICO, 1997, p. 66).

⁸⁶ Contudo, isso nem sempre acontece, seja por erro do próprio artista, seja por insuficiência do receptor, pois a presença da catarse depende, também, de um público especial.

Apesar do retorno ao centro da intelectualidade europeia em função da publicação da obra supracitada, bem como da criação da Escola de Budapeste⁸⁷, Lukács permaneceu isolado e solitário. Na sequência, se propôs a elaborar uma *Ética*, contudo, para tanto, sente-se impelido a construir aquela que seria a sua última síntese: *A Ontologia do Ser Social*⁸⁸. Na esteira de pensadores como Aristóteles, Hegel e Marx, procura compreender – como forma de se preparar para a *Ética* – o modo de ser, o produzir-se e reproduzir-se da realidade social, ou seja, a estrutura e o movimento de explicitação categorial do ser social. Na primeira parte da obra, analisa o tratamento filosófico destinado à ontologia. Na segunda, sistematiza as categorias que conformam o ser social a partir da relação entre necessidade (causalidade) e liberdade (teleologia).

4.8 O Final da Vida

Por fim, em 1971, aos 85 anos, vítima de um câncer, Lukács faleceu. Chegava ao fim a vida de um entre os maiores e o mais incompreendido intelectual ocidental do século XX. A frase seguinte expressa a grandeza do objetivo a que se propôs:

[...] Questão lateral e a que não posso responder é a de saber se a ponte que tentei lançar entre o passado e o futuro, para e através do presente, será realmente duradoura [...] Se, nestes tempos desfavoráveis, não logrei estender mais que uma frágil ponte, um dia irão substituí-lo por outra, sólida [...] Eu, pessoalmente, me contentaria em facilitar a alguns homens, mesmo que a poucos, o caminho do passado ao futuro, neste confuso período de transição. (LUKÁCS apud NETTO, 1983, p. 89).

⁸⁷ Compuseram tal grupo Agnes Heller, Ferenc Feher, G. Markus e M. Vajda.

⁸⁸ Publicada apenas após a morte de Lukács.

5. PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES: A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E A EDUCAÇÃO FÍSICA

A Ontologia do Ser Social é o cume do desenvolvimento intelectual de Lukács, o resultado de um processo complexo, pautado por diversas inflexões, conforme o demonstrado no tópico anterior. Nesse caminho, o autor transitou, nos termos de Paulo Netto (1981), do período “neokantiano” (1907-1914) ao “pré-marxista” (1914-1918) e deste ao marxista (1919-1971) – diferenciado em momentos de ativismos revolucionários, de crítica literária, de mobilização contra o nazi-fascismo, de contestação oblíqua ao stalinismo e das obras sistemáticas e maduras como a *Estética* e a *Ontologia do Ser Social*. Nada obstante, algumas linhas-mestras se mantiveram – estabilidade essa, dialética, pois as linhas-força eram constantemente acomodadas e superadas, quanto mais o intelectual se apropriava das concepções materialistas históricas e dialéticas – no decorrer de todo o percurso, entre as quais, destacamos: a profunda repulsa à mesquinha do modo de vida burguês, bem como um humanismo inexorável, explicitado na certeza da capacidade humana de construir um mundo de igualdade material entre os seres, o mundo da liberdade. Além disso, Paulo Netto (2013), prefaciando Meszáros (2013), constata aquela que seria a principal busca de Lukács:

Ao cabo de cada estágio de desenvolvimento da reflexão, a “ideia sintetizadora fundamental” permanece, mas se repondo e se movendo em outro e novo nível [...] Tal “ideia sintetizadora fundamental” [...] é na original análise de Meszáros, a dramática tentativa de Lukács para *superar* a dualidade entre *Sollen* (dever-ser) e *Sein* (ser) – que poderia ser enunciada como entre dever-ser e prática social objetivamente viável (ou também, entre **imperativo para realizar uma vida plena de sentido e facticidade histórica**). (PAULO NETTO, 2013, p. 18, grifo do autor).

Com objetivo de desconstruir o mecanicismo stalinista, bem como vislumbrando o período de manipulação ideológica que se avizinhava, fruto do capitalismo tardio, Lukács iniciou um périplo destinado ao renascimento do pensamento materialista em que a existência precede a consciência, sendo aquela o dado primário da relação – histórico – ambas, existência e consciência, são historicamente determinadas – dialético – constituindo uma totalidade em movimento, permeada por contradições – marxiano, recuperando o seu caráter revolucionário ao desvelar as mediações pelas quais os homens se tornam responsáveis pelo seu “vir-a-ser” – inviabilizando a narrativa que propugna o capitalismo e suas mazelas como o

fim da história, a saber: trabalho, linguagem, relações sociais, reprodução social, alienação e ideologia.

Conforme Lessa (2001):

[...] a trajetória intelectual de Lukács evolui para elaboração de uma proposta de recuperação de Marx que pusesse em relevo o caráter radicalmente revolucionário de sua obra. Contra todas as concepções que cancelam a possibilidade ontológica da revolução socialista, Lukács se propõe a demonstrar como, por quais mediações, os homens são os únicos responsáveis por sua história. (LESSA, 2001, p. 85).

Para tanto, cruzou espadas com o irracionalismo, as concepções burguesas que eternizam o capitalismo, o estruturalismo, o stalinismo e o idealismo. Se o objetivo final era construir um “dever-ser”, uma ética – desiderato esse que o término de sua vida o impediu de alcançar –, fazia-se necessário, primeiramente, constatar o que os homens são. Eis o papel da Ontologia. Teoria do ser, segundo Lukács, já descoberta por Marx em seus estudos da sociedade burguesa.

Para o filósofo magiar, o autor alemão, ao elaborar uma tese referente ao ser social burguês, acabou por constatar as categorias e os complexos responsáveis pela construção do ser social “histórico-universal”, “trans-histórico,” sendo esse o seu grande legado. Ressaltamos, todavia, no intuito de evitar interpretações incorretas, que essa teoria do ser é processual e histórica, em oposição às antigas concepções “metafísicas, idealistas e a-históricas” (HÚNGARO, 2008, p. 157), visto que os complexos citados anteriormente (trabalho, linguagem, relações sociais, ideologia, reprodução social e alienação), apesar de se fazerem presentes ao longo da jornada dos seres sociais no planeta azul, se transformam de acordo com o contexto.

Ao trazermos à baila a principal obra madura de György Lukács, inspirada nas formulações marxianas, o fazemos não com o intuito de torná-la um dogma, mas por a compreendermos condizente com a seguinte citação de Paulo Netto (2006):

Neste movimento, em curso nos dias atuais e que, como todo processo de investigação, não corre linear nem isento de equívocos, o que destroça é a hipótese da existência do “marxismo”. O que emerge não é um corpo de doutrina, mas um complexo de categorias cada vez mais abrangente – e sempre incompleto – para conhecer e direcionar, em alguma medida, a dinâmica social. (PAULO NETTO, 2006, p. 72).

“Direcionamento da dinâmica social”, esse é o nosso principal intuito ao apresentarmos, minimamente, a ontologia do ser social à educação física brasileira: expor, de forma ainda superficial, a partir de Marx e Lukács, um complexo categorial que, em nossa opinião, se não suficiente, é indispensável à compreensão da área, bem como à construção da função social a ser desempenhada por essa prática social com intenção pedagógica, amparada na cultura corporal, tendo por desiderato a construção de uma sociedade capaz de ampliar o desenvolvimento das potencialidades de cada ser humano, ou seja, onde o desenvolvimento de cada indivíduo seja condição indispensável ao desenvolvimento de todos, na qual “dever-ser” e “ser” não sejam condições antagônicas.

5.1 A Obra⁸⁹

O texto em questão se subdivide em dois livros: Para uma *Ontologia do Ser Social*, publicado nos países de língua latina, primeiramente, na Itália, entre os anos de 1976 e 1981, e os *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*, apresentados ao público, inicialmente, também em terras ítalas, no ano de 1990. No Brasil, dois trechos daquela foram editados em forma de volumes à parte: *A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel* e *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*, ambos publicados em 1979, com tradução de Carlos Nelson Coutinho. Todavia, os tomos completos, em nossas terras, apenas vieram à luz nos anos de 2010 (*Prolegômenos para uma ontologia do ser social*), 2012 (*Para uma Ontologia do Ser Social – Parte I*) e 2013 (*Para uma Ontologia do Ser Social – Parte II*).

A primeira parte da ontologia é histórica – voltada à análise da teoria do ser sob a ótica do existencialismo e do neopositivismo, de Hartmann, de Hegel, assim como dos princípios ontológicos fundamentais formulados por Marx –, e a segunda, sistemática – destinada aos complexos do trabalho, da ideologia, da reprodução social e da alienação. Segundo Lukács, como dito anteriormente, seriam esses os complexos e as mediações responsáveis pelo protagonismo do ser social na construção de sua própria história. Frisa-se, por fim, que a insatisfação do autor, especialmente com a forma de exposição da *Ontologia do Ser Social* e a insuficiência de algumas formulações, o levou a escrever no final da vida *Os Prolegômenos*.

Finalmente, ressaltamos que o intento da exposição presente nas próximas páginas é o de trazer as teses centrais da *Ontologia – Parte I*, no que diz respeito, especificamente, aos

⁸⁹ Redigida em alemão, foi traduzida para o húngaro em 1976.

princípios ontológicos fundamentais marxianos. Ao fazê-lo, certas mediações com a educação e educação física ganharão corpo, salientando-se, não obstante, que essas são, apenas, as primeiras aproximações de um estudo a longo prazo.

5.2 O estado da arte – ontologias

Conforme Lessa (2001), a discussão vinculada à essência humana (ontologia) pode ser, talvez para além do admissível, dividida em dois grandes momentos:

O primeiro, que vai dos gregos até Hegel, e o segundo, de Marx até os nossos dias [...] O primeiro período se subdivide em três momentos: a Grécia Antiga que, desde Parmênides, estabeleceu o patamar do que viria a ser a discussão; o período Medieval [...] e, finalmente, Hegel, principalmente o da *Fenomenologia do Espírito*. (LESSA, 2001, p. 88).

A Antiguidade Grega foi fértil em ontologias filosóficas, tais como as pré-socráticas, voltadas aos objetos mais essenciais, eternos, tendo como seu contraponto apenas os mitos. Contudo, com a crise da polis e o surgimento da necessidade de uma práxis correta, pautada por postulados morais, surgiram as estruturas dualistas. De um lado, o mundo transcendente, do outro, o mundo dos homens. Assim o foi de Sócrates em diante. Para Platão, o “vir-a-ser” da humanidade não era resultado das ações dos indivíduos, mas sim, decorrente do modelo estipulado pela “esfera essencial das Ideias”. Aristóteles, por sua vez, apesar do caráter terrenal de sua ética⁹⁰ e estética, da doutrina de Estado e de sociedade, se pautava por uma concepção de cosmos imóvel (essencial), tornando-a, portanto, dual.

O Cosmos seria uma estrutura esférica que articularia uma esfera eterna (a das estrelas fixas) com o seu centro, no qual se localizaria a Terra, onde tudo não passaria de movimento, de história. Esta estrutura forneceria a cada coisa o ser “lugar natural”, de tal modo que conhecer a essência de cada ente nada mais significava que descobrir o seu “lugar natural” [...] o dos homens seria o espaço limitado pelos semideuses e os bárbaros: a humanidade poderia se desenvolver no espaço entre os bárbaros (humanos mais primitivos) e os gregos (em especial os Atenenses, os humanos mais desenvolvidos). (LESSA, 2001, p. 88).

Destarte, tanto para Platão, quanto para Aristóteles, a “essência” – modelo da Ideia ou lugar natural do Cosmos, respectivamente – determinava a história da humanidade, cabendo a

⁹⁰ Em oposição a Platão, defensor de uma ética transcendente.

esta, no limite, apenas desenvolver as possibilidades que já tinham sido estabelecidas por algo desconectado da vida cotidiana. Apenas Epicuro, com seu materialismo crítico, interrompeu a concepção das filosofias dualistas (essência: a-histórica; mundo dos homens: estipulado pela essência):

[...] põe o sentido da vida humana [...] no centro de sua filosofia. Mas esta se distingue de todas as precedentes na medida em nela o cosmo natural se defronta com as aspirações humanas enquanto uma autolegalidade não teleológica, completamente indiferente, e o ser humano pode resolver suas questões vitais exclusivamente na imanência de sua existência física. (LUKÁCS, 2012, p. 34).

Dos escombros das concepções antigas, processo esse concomitante à destruição do modelo escravista (dinâmica tortuosa que durou séculos, derivada das contradições do Império Romano, bem como da expansão dos povos bárbaros), surgem as formulações medievais. Em um mundo em que a única certeza que se tinha era a de que o amanhã seria pior do que o hoje, o fatalismo e a resignação não poderiam deixar de ser as pedras-de-toque: “Tal fatalismo é o reflexo ideológico do destino cruel ao qual os homens estavam submetidos naquele momento histórico” (LESSA, 2001, p. 88). Premida pelas circunstâncias, a concepção essencial previa uma vida terrenal de sofrimento como forma de se alcançar a felicidade no transcendente.

No período do florescimento e da crise incipiente, as descobertas científicas acomodavam-se às concepções ontológicas vigentes. Contudo, os impactos das descobertas de Copérnico, Kepler e Galileu romperam com o centralismo da Terra no Universo, desencadeando uma crise no entendimento medieval. Todavia, como o desenvolvimento das ciências naturais era fundamental à burguesia nascente (“dominar” as leis da natureza significava ampliar a produtividade), não havia como se opor à nova dinâmica em curso.

[...] a atitude diante da objetividade real, diante da questão de se as verdades das ciências naturais reproduzem efetivamente a realidade objetiva ou apenas possibilitam a sua manipulação prática, domina a filosofia burguesa de Berllamino até hoje, determinando sua posição em todos os problemas ontológicos. (LUKÁCS, 2012, p. 39).

Nos termos de Lukács (2012), o descentramento da Terra acabou por permitir o surgimento de uma ontologia fundada sobre as ciências da natureza. Assim sendo, no âmbito da Filosofia Burguesa houve uma polarização entre o aperfeiçoamento do legado do Renascimento ou a fundamentação teórica e gnosiológica da dupla verdade (desenvolvimento

científico ancorado em uma ontologia não materialista), partindo do suposto da impossibilidade de se atribuir significado “essencial” aos conhecimentos do mundo material. Na esteira desse movimento, tornou-se hegemônico, no pensamento burguês do século XIX, a manutenção gnosiológica (relação sujeito/objeto) do conhecimento da natureza, sem desbordar para formulações ontológicas (os neokantianos, por exemplo, expurgaram a “coisa-em-si” da teoria do conhecimento), em que pese uma episódica inclinação na direção do materialismo filosófico com as descobertas de Darwin. Assim, inicialmente, até mesmo a passagem para a modernidade não foi uma força capaz de romper com a dualidade (eternidade da essência x caráter histórico do mundo dos homens):

Certamente, o pensamento moderno abandona a concepção medieval [...] a essência humana é agora entendida como a **natureza** dos homens. Esta **natureza**, por sua vez, nada mais é que a projeção à universalidade da natureza específica do homem burguês; acima de tudo, ser proprietário privado [...] A relação comercial capitalista, um momento apenas particular da história, é transformada na essência eterna e imutável de todas as relações sociais [...] Tal como os gregos e os medievais, também o pensamento moderno está preso à concepção segundo a qual os homens desdobram na sua história determinações essenciais que nem são frutos de sua ação, nem poderiam ser alteradas pela sua atividade. (LESSA, 2001, p. 88, grifos do autor).

Visto que os homens são, naturalmente, proprietários privados, não há possibilidade de se erigir uma totalidade social desvinculada dessa essência, portanto, o capitalismo – formação societal que explicita a capacidade da apropriação privada da riqueza produzida pela maioria – seria o fim da história. Guardadas as devidas idiosincrasias, esse foi o entendimento que permeou as formulações de Locke e Hobbes a Rousseau, sendo Hegel, entretanto, o ápice dessa concepção:

O Espírito Absoluto é o resultado rigorosamente necessário das determinações essenciais do Espírito em-si: a essência, posta no início, determina sua passagem para o seu para-si. A verdade está no fim, mas a essência do processo que determina o fim como verdade está posta já no seu primeiro momento. Direção dada pela essência, a história adquire um caráter teleológico cujo resultado não poderia ser outro senão a plena explicitação da essência já dada desde o início: a sociedade burguesa representa o fim da história. (LESSA, 2001, p. 90).

Mais uma vez tem-se a essência, não submetida à ação dos homens, fundando o processo e estipulando, previamente, o final. Ser humano se reduz a possuir a “racionalidade”

do proprietário privado. Como corolário, a essência do homem capitalista se transforma na essência (eterna) capitalista do homem.

Sumariando as ontologias já apresentadas, temos como similitude o seguinte: “todas as principais concepções ontológicas, da Grécia a Hegel, conceberam a essência humana como a-histórica [...] ela funda e determina a história da humanidade, contudo não pode ser determinada ou alterada por ela” (LESSA, 2001, p. 90). Como resultado: o fundamento da história não pode ser ela própria, a realização da essência se torna o limite do vir-a-ser humano, assim como a dinâmica social já se encontra pré-determinada – tanto o seu início, quanto o final – pela característica imutável de uma essência a-histórica – mantendo, dessa forma, a dualidade entre um mundo da essência e um mundo terrenal, não imanentemente determinado.

Essa foi a concepção vigente até a aurora do materialismo histórico dialético marxiano. Isso porque o autor alemão, segundo Lukács, ao pesquisar o ser social burguês constatou a igualdade ontológica entre a essência e o fenômeno, sendo todo processo social um movimento que advém da síntese entre ambos. Lessa (2001) nos auxilia a compreender tal relação:

[...] um processo é, necessariamente, a passagem de uma dada situação à outra [...] esta passagem possui alguns elementos necessários: os seus momentos devem ser distintos entre si [...] tais momentos têm que possuir, portanto, cada um deles, elementos que os diferenciam entre si e os tornam únicos. [...] a singularidade dos momentos do processo não significa, contudo, que não haja, também, elementos de continuidade [...]. Há, portanto, duas determinações fundamentais para qualquer processo: os elementos de continuidade que articulam cada um dos momentos singulares em um único processo, e os elementos que consubstanciam a diferença dos momentos entre si e, portanto, do ponto de partida do processo do seu ponto de chegada. (LESSA, 2001, p. 92).

Dessa forma, os momentos singularizantes garantem as idiosincrasias dos estágios processuais e os essenciais, a continuidade, a amálgama que os une. Isso, pois, se é verdade que os elementos singulares são únicos, também o é, que se desenrolam dentro de um horizonte de possibilidades inscritas no real, no “aqui e agora”. Dessa forma, para Marx, segundo Lukács, os elementos de continuidade seriam a essência de um determinado momento, e os singularizantes, o complexo fenomênico. Ambos se determinam mutuamente, de forma reflexiva. Pela primeira vez na compreensão do desenvolvimento humano surgiu a constatação da faculdade do fenômeno (momento singular) transformar a essência (elementos de continuidade): “[...] o que os homens são (essência) depende das condições materiais de produção (fenomênicas e transitórias)” (MARX; ENGELS, 1999, p. 27-28). Modificadas as

relações, se altera, igualmente, a essência humana daquele momento; destarte, o capitalismo não é o fim da história, visto que a “natureza” de proprietário privado pode ser modificada de acordo com o contexto.

No plano da educação física brasileira, por exemplo, significa afirmar que concepções singulares e não hegemônicas, como a constatação, via materialismo histórico, de sua possível função social na construção de uma sociedade em que as categorias da alienação e da reificação não se façam presentes, podem se tornar predominantes, a partir da batalha das ideias e de movimentos de massas que alterem a correlação de poder entre as forças sociais estruturantes da sociedade – hoje, preponderantemente, submetendo o trabalho ao capital.

Ademais, segundo Lukács (2012), ninguém se ocupou como Marx da temática da *Ontologia do Ser Social*, embora filósofos do passado – conforme o demonstrado nas laudas anteriores – já tivessem se atentado para a importância do tema. Contudo, faziam-no atrelando-se à seguinte hipótese: ou o ser social não se distingue do ser em geral ou se trata de algo totalmente diverso da natureza. Dúvida suportada por um contraste entre o mundo do ser material, na qualidade de reino da necessidade, e o espiritual, detentor da liberdade. Entretanto, para aquele, as bipartições radicais do mundo entre o ser social e a natureza eram impraticáveis, afinal, o ser social também apresenta legalidades, assim como a esfera orgânica⁹¹. De mais a mais, a ontologia do ser social pressupõe a existência de uma ontologia geral (complexos inorgânicos e biológicos⁹²).

Reflexo e práxis, para Marx, conforme Lukács (2012), são as duas mediações essenciais à constituição desse novo ser. O reflexo é entendido como a capacidade de espelhar de forma dialética a realidade objetiva; já a práxis cotidiana considera-se consequência e, concomitantemente, origem daquele. Assim sendo, a práxis, por ser dialética – mais de uma possibilidade, resultante da síntese entre teleologia e causalidade – e unitária – sempre única, apesar de construída socialmente –, supera a dicotomia entre a predominância da liberdade (no plano do sujeito que transforma) ou da necessidade (no âmbito da natureza)⁹³.

Antes de tudo, vida cotidiana, ciência e religião (teologia incluída) de uma época formam um complexo interdependente, sem dúvida frequentemente

⁹¹ O suposto compromisso entre as esferas foi tratado por outros autores apenas no escopo do método, visto que a filosofia científica revogou a impoção ontológica de sua análise.

⁹² O ser social confirma a unidade geral entre as esferas e a supera. Mais à frente apresentamos essa “unidade superativa” de forma mais detalhada.

⁹³ A preponderância da necessidade (natureza) desemboca no materialismo mecanicista, já a da liberdade (sujeito) dilacera a realidade, via idealismo.

contraditório, cuja unidade muitas vezes permanece inconsciente. A investigação do pensamento cotidiano é uma das áreas menos pesquisadas até o presente. [...] são extremamente raros os trabalhos que se aprofundam em suas relações recíprocas. [...] a ontologia se eleva do solo do pensamento cotidiano e nunca mais poderá tornar-se eficaz caso não seja capaz de nele voltar a aterrar. (LUKÁCS, 2012, p. 30).

Assim, na perspectiva da ontologia marxiana-lukacsiana, o ponto de partida da análise deve residir no cotidiano, o que caracteriza uma profunda interação entre a teoria ontológica e a práxis. Sempre levando em consideração, entretanto, que o senso do dia-a-dia pode falsear o real. Dessa forma, a apreensão do movimento objetivo dos fenômenos sociais exige um processo de abstração que, ao cabo, deve retornar à práxis diária, sob pena de, em não fazendo, perder o sentido.

Nesse movimento, constatamos que o processo de socialização e difusão da apreensão sistematizada do “em-si” se caracteriza como uma das principais funções da instituição escolar, incluindo-se o contexto da cultura corporal. Nesses termos, ao superar a sua aparência fenomênica e identificar a essência da dinâmica de construção da cultura em questão no recorte brasileiro, cabe aos formuladores de matiz materialista histórica e dialética retornarem à práxis cotidiana no intuito de ampliar a consciência dos envolvidos na constituição desse complexo. Nos termos de Saviani (1999):

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca, pois, converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando de sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular. (SAVIANI, 1999, p. 75).

Retornando às formulações lukacsianas, temos que o movimento de apreensão da objetividade pode ser obstruído por concepções de mundo que permeiem o processo de conhecimento, visto que até mesmo a ação diária se relaciona, necessariamente, a uma visão de mundo que a harmonize em um contexto pleno de sentido, ou seja, que a torne operativa. Portanto, em uma sociedade de classes, o sim ou o não presente em uma determinada ação alternativa já pressupõe uma específica concepção universalizante. Por conseguinte, as características de uma vida terrena submetida a uma sociedade classista – incluindo todos os complexos que surgem para dar conta dessa estrutura societal – impedem que os seres humanos respondam de forma satisfatória (tendo por suposto a ampliação da liberdade e do

bem estar de todos) aos problemas do cotidiano (mais à frente, no âmbito da discussão referente à ideologia, aprofundamos essa constatação de Lukács), interferindo, inclusive, na forma como os formuladores da educação física brasileira entendem o complexo.

5.3 Lukács (2012): os princípios ontológicos marxianos

Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, pela primeira vez na história da filosofia facultou às categorias econômicas, tendo por pilar o trabalho – entendido como a transformação intencional da natureza em meios de produção e de subsistência – o condão de produzir e reproduzir a vida social, bem como superou a tradicional separação entre a natureza e a sociedade, deixando claro que a vida humana apenas se desenrola a partir da transformação social da base natural.

Destarte, se explicita o caráter unitário do ser social, tributário tanto da esfera inorgânica quanto orgânica, porém qualitativamente distinto de ambas, pois aquele se desenvolve a partir da práxis social vinculada ao ser natural, que, por sua vez, enceta a proliferação de complexos sociais cada vez mais extensivos e intensivos, sempre mediados pela consciência. Essa dinâmica acaba por transformar a humanidade em um gênero caracterizado como um “ser-para-si”, ou seja, um ser que se reconhece em sua própria história. Nesse escopo se inclui, v.g., a educação física, um complexo que surge a partir das necessidades postas pelo desenvolvimento da totalidade social europeia, em um momento de ascensão do capitalismo, processo esse de incremento societal que tem no trabalho um dos seus elementos fundantes.

Ademais, salientamos que a partir da práxis cotidiana, especialmente do trabalho, cria-se uma tendência no ser social de afastamento das barreiras naturais. Dessa forma, mesmo os atos biológicos mais instintivos como, por exemplo, os vinculados à alimentação, ganham contornos cada vez mais sociais (diferentes paladares de acordo com a cultura, a utilização do garfo e da faca, o status social e as múltiplas alimentações, entre outros).

Dessas formulações depreendemos que, além de tributária da práxis social e do reflexo, a imposição ontológica marxiana vincula-se umbilicalmente à totalidade, isso porque não há como se compreender a complexidade do ser social desatrelando-o da esfera orgânica e da esfera inorgânica, em que pese não reduzido a ambas, constituindo-se, dessa maneira, uma unidade no diverso, dialética e extremamente articulada.

Nesse caminho, Lukács (2012) nos demonstra, igualmente, que a imposição ontológica, ou seja, a prioridade dos fatos, para além de Marx, esteve presente no velho

empirismo. Entretanto, para este, o ser dos fatos se resumia aos dados imediatos, estando impossibilitado qualquer tipo de mediação posterior, o que, por sua vez, permitiria a compreensão das conexões ontológicas fundamentais. Já o empirismo construído sob a base do positivismo ou do neopositivismo abriu mão dessa ontologia, utilizando-se, para tanto, de categorias manipulatórias construídas de forma abstrata. Como resultado dessa dinâmica, há nas ciências sociais atuais ou um realismo ingênuo que se submete às reedições do empirismo vulgar – originando uma aderência pragmática aos fatos dados e uma negação de qualquer tipo de conexão subsequente, o que desemboca em uma falsificação objetiva dos fatos “fetichizados” – ou o discurso pós-moderno abordado anteriormente.

Retornado à discussão tão cara a Marx, referente à relação dialética, portanto, reflexiva, entre a aparência e a essência, e o papel do complexo do conhecimento sistematizado em desvelá-la, Lukács (2012) nos adverte:

[...] na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la. Em condições históricas favoráveis, a ciência pode realizar uma grande obra de esclarecimento nesse terreno, como acontece no Renascimento e no Iluminismo. Podem, todavia, verificar-se constelações históricas nas quais o processo atua em sentido inverso: a ciência pode obscurecer, pode deformar indicações ou mesmo apenas pressentimentos da vida cotidiana. (LUKÁCS, 2012, p. 294).

Assim, apesar de reconhecer a necessidade vital do complexo científico na retirada do “véu” da objetividade, afinal, para o autor alemão, se aparência e essência fossem idênticas, não haveria a necessidade da ciência, no âmbito do ser social. Todavia, tal relação ganha nova especificidade, pois o processo de desmistificação do real reveste-se, nos termos de Lukács (2012), de um “agir interessado”. Portanto, desejos dos distintos grupos sociais podem fazer com que tal complexo investigativo se transforme em órgão destinado a encobrir a essência. Um exemplo? Ao vincular-se às formas fenomênicas, ladeando as conexões reais. Sem dúvida essa constatação do “agir interessado” pode ser útil à interpretação das formulações que surgem, também, no escopo da educação física.

Demais, para Marx, ao se analisar os fenômenos singulares, há que se ter em perspectiva a totalidade do ser social, interpretando-os e sopesando-os, tendo por suposto o movimento mais amplo. Essa dinâmica desenrola-se como um todo inacabado, portanto, sempre em processo, o que o difere do sistema hegeliano, caracterizado por sua completude e hierarquização das categorias. Igualmente, para Marx e Lukács, a complexidade do real torna impeditiva a construção de um arcabouço hierarquizado de categorias, mas sim a constatação

do “momento predominante”, ou seja, a força que direciona um determinado devir, não obstante a atuação de outras potências.

O disposto no parágrafo acima nos pode ser útil no escopo da educação física. É indispensável à interpretação que mais se aproxime do “em-si” desse complexo, constatar que o seu desenvolvimento se encontra inexoravelmente vinculado ao avanço da totalidade social, às necessidades, no âmbito da cultura corporal, do todo. Destarte, o momento predominante na explicitação dos complexos sociais parciais, tal qual o nosso, encontra-se nas necessidades impostas pelo movimento da totalidade. Aliás, isso se torna claro na descrição do desenrolar da educação física, tanto na Europa, quanto no Brasil, que apresentamos no início dessa dissertação, sustentados pelos estudos de Soares (2007), de Castellani Filho (2011) e do Coletivo de Autores (SOARES et al, 1992).

Para os intelectuais alemão e húngaro, se no empirismo havia um ontologismo ingênuo, supervalorizando de forma imediata a realidade dada, no materialismo histórico, investigavam-se as conexões a partir “da totalidade do ser, [...] busca apreendê-las em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau máximo de aproximação possível” (LUKÁCS, 2012, p. 296). A teoria, dessa forma, transforma-se na reprodução ideal do movimento real, e as categorias, entendidas como determinações da existência, tornam-se “elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes” (LUKÁCS, 2012, p. 297). A realidade ganha os contornos de um complexo de complexos, sendo que a compreensão concreta destes infirma o papel da lógica na história. Dessa forma, na perspectiva marxiana, a filosofia continua tendo a função de realizar a crítica ontológica dos tipos de ser, contudo, sem moldar os fenômenos e suas conexões às suas regras.

Por fim, Lukács nos lembra que após a Primavera dos Povos de 1848⁹⁴, e o conseqüente avanço da filosofia burguesa decadente, desprovida do compromisso de compreender o real para transformá-lo, a imposição ontológica foi secundarizada. Os neokantianos, por exemplo, como já dito anteriormente, eliminaram até mesmo a coisa “em-si” de suas análises; já os positivistas, reduziram a realidade à forma como os homens a concebem. Sob tais circunstâncias, a cientificidade marxiana acabou conformada a uma simples ciência econômica particular, sendo que até mesmo marxistas como Rosa Luxemburgo e Kautsky, deturparam-na, desnaturando a dialética. Coube a Engels e,

⁹⁴ No que tange à contestação do modo de produção, essa foi a última revolta generalizada no âmbito dos países centrais do capitalismo.

principalmente, a Lenin, o resgate dessa categoria ontológica, retirando da história qualquer tipo de determinismo.

Mesmo que Marx não tenha nos deixado uma lógica [...], ele nos deixou, porém, a lógica do Capital [...] Em *O Capital*, aplicam-se a uma mesma ciência a lógica, a dialética, a teoria do conhecimento (não seriam necessárias três palavras: são todas a mesma coisa) do materialismo, que recolheu de Hegel tudo o que nele há de precioso e o desenvolveu ulteriormente. (LENIN apud LUKÁCS, 2012, p. 300).

5.3.1 A Crítica da Economia Política e o método de Marx

Nas próximas linhas, por vezes, a discussão passará ao largo da educação física, entretanto, tendo por suposto que a única ciência existente é a da história, não há como entender aquela se não formos capazes de empreender uma análise do movimento da totalidade.

À vista disso, iniciamos, amparados por Lukács (2012), remetendo à obra marxiana denominada *Introdução à Crítica da Economia Política*, de 1857. Nela, Marx expõe os problemas essenciais do ser social e os métodos necessários à identificação do momento predominante desse tipo de ser, a produção material da vida social. Para o autor, há dois complexos distintos: o ser social e o método para apreendê-lo. Neste último, a objetividade e suas inter-relações são fundamentais à intelecção do real. Resta claro, desde já, a diferença da cientificidade marxiana quando comparada a Kant, visto que, para este, o sujeito cognoscente, a partir da sua capacidade de síntese, interfere na objetividade. No entanto, para Marx:

Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para ser objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum ser objetivo. Um ser não objetivo é um não ser. (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 303).

Salientamos, igualmente, que um ente originário é sempre uma totalidade complexa e dinâmica, não havendo objetividade que não se relacione com outro ente. No campo social, tal complexo está dado de forma imediata (sociedade), todavia, conforme Lukács (2012), desse modo “é designado o princípio mais geral possível, mas não a essência e a constituição da totalidade e menos ainda a maneira pela qual é dada e através da qual se pode conhecê-la” (p. 304). Para tanto, faz-se fundamental um método, mesmo nas análises dos complexos sociais

parciais em que, a partir da totalidade, sejam realizadas, em um movimento analítico, abstrações isoladoras. Ao identificá-las, deve-se retornar ao todo, mediando as abstrações constatadas. Ao cabo desse movimento, a representação caótica inicial torna-se “uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX apud LUKÁCS, p. 304), o concreto pensado.

O isolamento do caminho necessário ao conhecimento pode acarretar, sob o viés idealista, uma autofalsificação. Hegel, por exemplo, concebeu o real como “resultado do pensamento que se sintetiza em si” (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 305), não obstante, para Marx o “método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto mental. Mas de maneira alguma [...] a gênese do próprio concreto” (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 305). Nesses termos, a realidade é um todo composto por interações reais e concretas, sendo que apenas os elementos abstratos em sua forma generalizada são produtos do pensamento, pois a realidade é sempre uma totalidade.

Dessa forma, os elementos isolados, sob o ponto de vista ontológico, já são complexos processuais do ser, sendo, contudo, menos multifacetado que este⁹⁵. Por conseguinte, iluminá-los torna-se fundamental à compreensão do todo, bem como a realização da “viagem de retorno” à totalidade, mediando os procedimentos histórico-genéticos e os abstrativo-sistematizantes, ambos sob a base de uma crítica ontológica permanente, no intuito de evidenciar as tendências da totalidade.

Lukács acrescenta, também, que as autênticas categorias econômicas são fundantes, ou seja, não podem ser decompostas, processo, por sua vez, passível de realização no que diz respeito a todas as demais. As relações entre as categorias de subordinação e sobreordenação dar-se-ão apenas a partir do ponto de vista ontológico, o que difere de qualquer tipo de hierarquização lógica ou de juízos morais, gnosiológicos etc. A prioridade ontológica, nesses termos, significa apenas que, em uma relação entre categorias, uma primeira pode existir sem a segunda, todavia, a segunda não pode existir sem a primeira. Portanto, quando o materialismo preconiza o ser como precedente à consciência, ou dito de outra forma, que a existência antecede a consciência, torna claro que esta apenas pode existir a partir daquela, pois “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência” (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 308). Nesses termos, não há

⁹⁵ Não se deve fazer a seguinte identificação: simples = elemento, bem como composto = totalidade, pois mesmo o elemento isolado já é um complexo, uma totalidade.

qualquer hierarquia de valor entre ambos. Salientamos, por fim, que essa constatação marxiana corrobora, por exemplo, a análise segundo a qual o denominado movimento pós-moderno tem em sua gênese o impacto da reestruturação produtiva do capitalismo e de todas as respectivas repercussões no âmbito do ser social.

Mudando o que precisa ser mudado, o mesmo ocorre quando se preconiza a prioridade da produção e reprodução material da vida social em relação aos demais complexos sociais parciais. Depreende-se, assim, que a consciência não é um produto imediato da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social⁹⁶. O filósofo alemão especifica: “o modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida” (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 308). “Condiciona” significa criar condições para, e não uma relação determinista, em que a consciência seja um reflexo direto do complexo econômico.

Realizado o diálogo com a *Introdução*, de 1857, Lukács nos remete à principal obra marxiana: *O Capital*. E o faz, salientando que, neste, o intelectual alemão utiliza um processo de abstração como ponto de partida, a partir do qual, por dissolução de possíveis potências que no real a oprimam, se atinge de forma ideal (consciente) a totalidade.

Uma vez que no âmbito do ser social é ontologicamente impossível isolar os processos singulares mediante experimentos efetivos, tão somente os experimentos ideais da abstração permitem aqui investigar teoricamente como determinadas relações, forças etc. de caráter econômico atuam se todas as circunstâncias que habitualmente obstaculizam, paralisam, modificam etc. a presença delas na realidade econômica fossem idealmente eliminadas para os propósitos da investigação. (LUKÁCS, 2012, p. 309).

De mais a mais, o filósofo húngaro ressalta que a abstração marxiana é apenas parcial, pois: (i) é todo um setor da economia que se apresenta em uma projeção abstrata; (ii) aquele permanece em constante contato com a totalidade do mundo dos homens.

Esse método dialético peculiar, paradoxal, raramente compreendido, baseia-se na já referida convicção de Marx de que, no ser social o econômico e o extraeconômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa irrevogável relação recíproca, da qual, porém, não deriva nem desenvolvimento histórico singular sem leis, nem uma dominação mecânica por lei do econômico abstrato e puro, mas da qual deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual cabe às leis rígidas da

⁹⁶ Frisa-se, todavia, que o marxismo vulgar transformou a relação da economia com os demais complexos em um processo de causa e efeito.

economia precisamente e apenas o papel de momento predominante. (LUKÁCS, 2012, p. 310).

Uma amostra de tal interconexão pode ser constatada na descoberta marxiana do caráter específico da mercadoria “força de trabalho”, qual seja: a de quando consumida no processo de labor, gerar um valor superior ao seu. Todavia, este, para ser realizado, depende de momentos extraeconômicos e históricos, como a luta de classes. Elemento essencial à determinação dos parâmetros de sua compra e venda.

Aliás, elementos extraeconômicos se fazem presentes em todo o desenvolvimento do capitalismo. Na própria acumulação primitiva do capital os elementos de força foram essenciais à constituição da mercadoria força de trabalho (fundante daquele), ao separar a propriedade dos meios de produção de um lado, e os trabalhadores do outro.

Dessa forma, Lukács (2012) nos relembra que a correta compreensão da principal obra marxiana exige uma constante interação entre os elementos econômicos e extraeconômicos. Eis um exemplo: Marx inicia a sua análise com os elementos primários à constituição do modo de produção em questão, tais como o valor. Ao apresentar a sua gênese, o faz sintetizando a ontologia histórica do ser social e a descoberta das suas legalidades. Nesse movimento, desvela a primariedade de tal elemento em função de sua característica de receptor das determinações fundantes da produção social. Além disso, no valor, torna-se evidente o pilar do ser social, o trabalho. Portanto, a ligação entre o valor e o trabalho permeia o metabolismo existente entre o ser social e a natureza. Por fim, Lukács (2012) frisa que o contínuo processo de afastamento das barreiras naturais, em que pese a inseparabilidade dos dois, desencadeia o surgimento de categorias que não mais se vinculam à naturalidade material, como o próprio valor. Como consequência, conclui que uma das características essenciais à constituição do ser social é a necessária ligação entre o objeto (mundo da natureza, por vezes, fruto da ação humana) e as categorias sociais⁹⁷, tais como o valor⁹⁸.

Ademais, a intelecção de tal especificidade exige a superação da simplista compreensão de materialidade. Para Lukács (2012), esta, mais do que uma mera “coisidade”, se refere a tudo aquilo que move a realidade, tais como as relações sociais, as conexões e o próprio reflexo do real. Dessa forma, não é necessário que “tropecemos” em algo, para

⁹⁷ Acentua-se que, por vezes, a filosofia burguesa criou um antagonismo entre ambos (espiritual x material ou natural x social), obnubilando a compreensão da especificidade do ser humano.

⁹⁸ Essa condição de não separação, no que diz respeito ao valor, se apresenta na relação entre o “valor de uso” (natureza) e o “valor de troca” (social).

chamá-lo de material. Avança o autor húngaro relatando o caráter “reificante”, de “coisidade”, das relações sociais de produção, quando experimentadas duramente no cotidiano, tornando-as autônomas, como se não fossem tributárias das próprias ações da humanidade. Processo semelhante acaba por deformar, também, outros objetos espirituais, como a ciência e a filosofia.

Retornando à discussão do valor presente no capítulo I do *Capital*, sempre sustentados por Lukács, relatamos que suas contradições (como valor de uso *versus* valor de troca) desencadeiam categorias econômicas extremamente mais complexas. O próprio papel fundante do dinheiro na sociedade capitalista decorre do surgimento do mercado, expresso, no âmbito do valor, no “valor de troca”. Tal processo (aparecimento de legalidades econômicas) é resultado de uma necessidade posta pelo real, portanto, ontológica – e não da lógica – além de ser síntese de atos práticos econômicos singulares precedidos por julgamentos de seus agentes. Estes, no momento da ação, não possuem a capacidade de antever por completo as suas consequências, bem como de compreendê-las em sua totalidade. Por conseguinte, afloram “entificações”, “reificações”, “fetichismos”⁹⁹ no vir-a-ser da humanidade. Sublinhamos, igualmente, que tais “forças” ignoradas passam a mediar a práxis humana, em grande parte das vezes, distorcendo-a.

As formulações marxianas referentes ao dinheiro e à força de trabalho permitem o entendimento do caráter crescentemente social da produção burguesa, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de superar as barreiras naturais, tanto no conteúdo, como nas categorias, até mesmo as econômicas (por exemplo, o mais-valor absoluto, dependente de fatores naturais como o tempo da jornada de trabalho, é superado pelo mais-valor relativo, forma de exploração que possibilita o seu crescimento, mesmo com o incremento salarial).

Todas as linhas de desenvolvimento desse tipo possuem um caráter ontológico, ou seja, mostram em que direção, com que alterações de objetividades, de relações etc. as categorias decisivas da economia vão superando cada vez mais sua ligação originária predominante com a natureza, assumindo de um modo cada vez mais nítido um caráter predominantemente social. (LUKÁCS, 2012, p. 319).

Dessa forma, nota-se, ontologicamente (não um juízo de valor subjetivo), o seguinte: o ser social se desenvolve ao explicitar-se em categorias cada vez mais sociais e relativamente independentes, vinculando-se às naturais apenas de uma forma tal que seja possível superá-las.

⁹⁹ Forças atuantes no real e não entendidas pelos agentes responsáveis por seu surgimento.

A própria educação física é um exemplo disso, pois, por mais que tenha sido atrelada ao longo do tempo à esfera biológica, cumpriu uma função que tende ao social, inculcando nos indivíduos valores condizentes com uma determinada concepção de homem, de sociedade e de mundo, além de desprender os “indivíduos moventes” das ações vinculadas ao trabalho, na acepção marxiana (transformação intencional da natureza em meios de produção e meios de subsistência).

Em que pese essa tendência, Lukács afirma a inexistência de uma teleologia na história (um final pré-definido), mas sim, nos atos singulares. Dessa forma, deixamos claro que, em certos momentos da dinâmica humana, esse distanciamento diminuiu o seu ritmo, especialmente em função do complexo da alienação, bem como afirmamos a existência da possibilidade de retrocesso nesse “vir-a-ser”, fruto, por exemplo, de uma grande guerra mundial.

Permanecendo nesse debate referente à relação entre as categorias econômicas e as demais, Lukács nos relata a centralidade do ser humano e de sua respectiva categoria da alternativa no movimento da totalidade, além da importância do desenvolvimento das forças produtivas na explicitação das individualidades. Dessa forma, chegamos à conclusão que as tendências emergidas no âmbito do ser como um todo decorrem, em grande parte, de ações individuais. Não obstante, essas possuem o seu momento predominante posto na objetividade histórica, ou seja, no limite das possibilidades inseridas no “aqui e agora”. Eis a dialética, sempre reflexiva, interação sujeito-mundo no âmbito da ontologia analisada, afastando Lukács do materialismo vulgar, visto que, para tal corrente de interpretação do real, a consciência humana se resume a um reflexo (“espelhamento” não ativo) da realidade objetiva.

No tópico referente aos princípios ontológicos marxianos, Lukács ainda realiza uma apresentação das formulações dispostas na *Introdução à Crítica da Economia Política*, de 1857, de autoria do pensador alemão. Marx, nessa obra, definiu, como categorias mais gerais da economia, a produção, o consumo, a distribuição, a troca e a circulação. Todas elas são “formas de ser”, “determinações da existência”, “totalidades complexas”, que se relacionam entre si. Mas, apesar disso, mantém as suas peculiaridades, características essas explicitadas nas interações entre os complexos. Salienta, entretanto, que tais conexões não são de igual valor, pois o momento predominante se encontra na produção.

A produção e o consumo se influenciam de forma reflexiva¹⁰⁰. Tais determinações são momentos reais, de complexos reais e em movimento real. O ser, nesses termos, possui dois momentos: o ser em interação e em conexão complexa e o ser no âmbito de sua peculiaridade. Na dialética materialista, portanto, aquelas categorias possuem uma solidariedade contraditória, cabendo à produção especificar o objeto, o modo e o impulso ao consumo.

Primeiro o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado que deve ser consumido de um modo determinado, por sua vez mediado pela própria produção. Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com faca e garfo, é uma fome diversa da que devora carne crua com mão, unha e dentes. (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 332).

De mais a mais, o impulso ao consumo transforma-se de acordo com o incremento do objeto produzido, tendendo, cada vez mais, ao social (por exemplo, da comida crua ingerida com a mão, à cozida, consumida com garfo e faca). Nessa dinâmica, as subjetividades também se desenvolvem. Além disso, se a complexificação dos objetos se inicia na transformação material, encaminha-se, posteriormente, às produções espirituais. O objeto artístico, por exemplo, cria um público apreciador específico. A interação entre ambos permeia, igualmente, a determinação do pôr teleológico que inicia o processo de produção, pois sem consumo não há motivo para se produzir. Contudo, como dito anteriormente, para o materialismo marxiano há sempre um momento predominante nas interações, e, no caso em questão, refere-se à categoria “produção”, por ser ela, entre outros fatores, o ponto de partida do movimento. Talvez desbordando os limites da dissertação para além do recomendável, saindo de uma discussão vinculada à prática pedagógica e adentrando a “indústria” do fitness, as linhas acima jogam luz no movimento de sua reprodução.

Quanto à conexão entre a produção e a distribuição (quota parte das classes sociais na repartição do excedente), há que se ter em mente que esta pressupõe elementos econômicos e extraeconômicos (mundo histórico social). Compreendê-la submetida apenas aos primeiros seria reduzir a teoria social marxiana a uma ciência particular burguesa (economicismo). Assim, divergindo dos economistas vulgares, Marx, na *Introdução* em questão, realça que, antes da distribuição dos produtos, deve-se ter em conta tanto a distribuição dos instrumentos de produção, quanto a referente aos membros da sociedade nos diferentes tipos de

¹⁰⁰ A não compreensão das interações acabou por levar à errônea concepção mecanicista.

produção¹⁰¹, o que não necessariamente remete aos elementos econômicos, pois podem ser fruto do contexto extraeconômico, como a submissão de uma classe a outra em função da força. O momento predominante, ademais, como no primeiro caso, é a produção, visto que:

[...] quaisquer que sejam as relações de poder, os indivíduos que a exercem ou a sofrem são aqueles que reproduziram a própria vida em determinadas condições concretas [...], possuindo, como consequência, determinadas aptidões, habilidades [...]. Quando, devido a relações de poder extraeconômicas, tem lugar uma nova distribuição da população, isso jamais ocorre independentemente da herança econômica dos desenvolvimentos anteriores, e a regulação duradoura das novas relações econômicas surge necessariamente de uma interação entre os grupos humanos organizados em estratos sobrepostos [...]. (LUKÁCS, 2012, p. 335).

Sob pena de, em não fazendo, distorcemos a categoria “produção”, torna-se essencial especificar a sua vinculação, segundo Marx, à respectiva característica ontológica, ou seja, em um sentido amplo, atrelando-a à produção e reprodução da vida humana, superando, portanto, as necessidades biológicas, e conformando uma concepção econômico-social. É essa produção ontológica, e não a economicista, que determina a distribuição. Ademais, são os homens e suas capacidades que compõem os respectivos modos de produção, em que pese o desenvolvimento destas últimas conectar-se ao próprio modo de produção. “Essa constatação remete à teoria geral de Marx, segundo a qual o desenvolvimento essencial do ser humano é determinado pela maneira como ele produz” (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 336). Destarte, a compreensão fetichizada da predominância da produção sobre a distribuição ocorre apenas em momentos em que aquela é resumida às técnicas produtivas, e não analisada a partir dos homens que compõem o processo de transformação da natureza em meios de produção e subsistência.

Permanecendo na vereda referente à relação da produção com a distribuição, Lukács nos relembra que o capitalismo teria sido inviável sem o processo de acumulação primitiva do capital, vinculado à apropriação pela força dos meios produtivos por uma determinada classe, bem como pela incorporação, também coercitiva, das matérias-primas necessárias à revolução industrial nos países centrais do novo modo produtivo. Contudo, antes que se conclua, portanto, que o momento predominante tenha sido a distribuição e seus elementos

¹⁰¹ Em casos de conquistas advindas de guerras, pode ocorrer uma transformação completa da distribuição, ao se submeter os vencidos às condições dos vencedores, ou manter-se o modo de produção, acrescido de impostos.

extraeconômicos, há que se ter em mente que a utilização da força para subjugar outros povos ocorreu tendo por pilar, homens, moldados pela produção, em seus respectivos locais de moradia. Nesses termos, mesmo os elementos extraeconômicos têm, na produção, seu momento predominante.

Como corolário das premissas dispostas nas linhas acima, resta claro que o desenvolvimento da humanidade é permeado pela relação entre economia e violência (elemento extraeconômico). A própria extração do mais-valor, típica do capitalismo, depende da coerção indireta presente nas agruras reservadas ao trabalhador que não vender a sua força de trabalho.

Consequentemente, a relação entre ambos os complexos, tendo como ponto de partida as manifestações factuais do ser social, deve ser analisada nos seguintes termos:

Todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico em interação com outros complexos, como algo que é determinado, tanto interna como externamente por múltiplas leis. A ontologia marxiana do ser social funda-se nessa unidade materialista-dialética (contraditória) de lei e fato [...] A lei só se realiza no fato; o fato recebe determinações, sendo a especificidade concreta do tipo de lei que se afirma na intersecção das interações. (LUKÁCS, 2012, p. 338).

5.3.2 *Lukács: Marx, a história e o conhecimento universalizante*

Como dito anteriormente, o jovem Marx propôs a existência de uma ciência universal unitária: a história. Partindo do suposto que o seu desenrolar no tempo é um movimento irreversível, sem um final pré-definido, analisaremos nas linhas seguintes, a partir de Lukács (2012), as categorias e os processos que oferecem concretude àquela afirmação.

A substância¹⁰² histórica possui dois componentes indissociáveis: o tempo e a matéria, ambos compondo-a em um processo de continuidade em movimento, de permanência na mudança. No âmbito especialmente dos seres orgânico e social, tal persistência em deslocamento torna-se um princípio. Esse decurso possui uma direção, desaguando no

¹⁰² Saliente-se que o conceito de substância foi dissolvido tanto no neokantismo, quanto no positivismo. Amparada no desenvolvimento das ciências naturais, tal dissolução, em certa medida, foi uma resposta tanto ao conceito de substância a-histórica e metafísica, quanto ao materialismo vulgar, ao vitalismo biológico etc.

desenvolvimento¹⁰³ dos complexos sociais parciais isolados, como a educação física, bem como no de suas respectivas interações, tais como a relação do esporte e o econômico, que desemboca, no século corrente, nos megaeventos – como a 20ª Copa do Mundo de futebol, que acabamos de vivenciar em terras tupiniquins, entre os dias 12 de junho e 13 de julho de 2014.

Dessa forma, no âmbito do ser social, ou seja, dos “seres” capazes de escolhas intencionais, as seleções ocorrem mediadas pela consciência, sendo tais alternativas, categorias construídas socialmente (os limites de uma ação são as possibilidades presentes no “aqui e agora”, portanto, históricos e conjunturais). Ademais, o resultado da práxis social tende ao afastamento das barreiras naturais e à retroação sobre o agente, transformando-o, para o bem – exteriorização –, ou para o mal – alienação. No próximo tópico, ancorados nos complexos presentes na segunda parte da *Ontologia do Ser Social*, pormenorizaremos essa dinâmica. Quanto às categorias alternativas presentes nos seres da esfera orgânica, existentes, por exemplo, em uma caçada, vinculam-se, prioritariamente, ao biológico (instinto), sendo a consciência um epifenômeno no movimento de reprodução daqueles, conforme nos relata Lukács (2010):

A natureza conhece apenas procedimentos causais. Quando Kant chama os atos de adaptação dos organismos de “finalidade sem escopo”, esse termo também no sentido filosófico é genial, porque aponta acertadamente para a singularidade das reações que os organismos são forçados a executar em relação ao seu ambiente, sempre de forma espontânea [...]. E se nas espécies de animais superiores esses acontecimentos são conduzidos por uma espécie de consciência, em última análise, isso é um epifenômeno das legalidades causal-biológicas de sua vida. (LUKÁCS, 2010, p. 50).

A inclinação ao apartamento das barreiras naturais pode ser constatada pelo desenvolvimento das forças produtivas e da socialidade, ampliando a produção de valores, bem como reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário a tal, o que, por sua vez, estende o tempo livre. Assim, segundo Lukács, “encontramo-nos diante de um fato objetivamente ontológico da tendência de desenvolvimento interna ao ser social” (2012, p. 344).

Essa disposição de explicitação e ampliação dos valores econômicos se transforma em base para o desenvolvimento dos demais valores sociais, bem como dos processos avaliativos,

¹⁰³ Ao falar em desenvolvimento, Lukács não o faz em uma perspectiva avaliativa, mas sim no de constatar uma direção e ritmo no processo enquanto tal, e sua respectiva transformação qualitativa.

o que não significa afirmar, todavia, que os outros valores sejam idênticos aos econômicos. Tal constatação nos auxilia a concluir: os valores estéticos relacionados à apreciação de movimentos presentes na cultura corporal – tais como um bonito gol ou uma linda cesta – derivam de valores inicialmente presentes na relação metabólica homem-natureza, especialmente, o “útil” ou “inútil”, classificatórios das ações mais primitivas. “Derivar” significa “ter origem em”, todavia, diversas mediações se interpõem entre, v.g., o “valor de uso” mais rudimentar e a valoração de um movimento imanente ao futebol.

Além disso, no recorte valorativo, em que pese o seu surgimento vincular-se a um ato humano singular, após tornar-se objetivo, ganha certa autonomia frente ao agente, retroagindo sobre este e, em maior ou menor medida, sobre os demais atos da sociedade. Essa característica é uma das idiosincrasias do ser social, “a simultânea dependência e independência dos produtos e processos específicos em relação aos atos individuais” (LUKÁCS, 2012, p. 345).

Há, igualmente, uma inter-relação dialética, reflexiva, entre o agente, detentor da categoria “alternativa” que desencadeia um determinado fenômeno (evento singular), e o universal (regido por tendências históricas, ou seja, elementos universais garantidores da continuidade do movimento em uma determinada direção). Isso porque, não obstante aquela, subjacente a cada ato individual, ser concreta, ou seja, atrelada às condições históricas em que ocorre, ao ser efetivada, desencadeia uma série de nexos causais não por completo prevista no momento da ação. Ademais, as práxis acabam por se originar a partir de decisões individuais, subjetivas, cabendo ao protagonista definir o caminho a seguir. Todavia, essa suposta “independência” do agente não deve ser absolutizada, exatamente pelos limites das condições concretas.

Um sujeito que age limitado pelas possibilidades do contexto, sendo a conjuntura síntese das ações intencionais dos seres sociais, acrescidas do acaso: eis a dialética ontológica lukacsiana! Nessa vereda, percebe-se uma relação refletida entre o indivíduo/singular, sujeito da alternativa, e a sociedade, regida por tendências históricas (elementos essenciais). Essa interação encontra-se presente, por exemplo, na multifacetada efetivação da essência, visto que tal processo ocorre mediado pelos indivíduos, portanto singulares diversos.

Tal constatação oferece aos materialistas históricos dialéticos vinculados à educação física brasileira uma possibilidade de ação: se é verdade que o complexo em análise possui um histórico conservador, sempre a serviço da manutenção do *status quo* de nossa sociedade, também o é o que o movimento de ruptura iniciado na década de 1980 e infirmado nos últimos 20 anos pode ressurgir nos fenômenos singulares, a ponto de, atrelado à possível

reorganização das forças sociais estruturantes da sociedade – libertando o trabalho dos grilhões do neoliberalismo –, em decorrência dos movimentos de massa, como as jornadas de junho de 2013¹⁰⁴, tornar-se elemento de continuidade (universal) a médio prazo.

Mutatis mutandis, temos a determinação simultânea entre a parte e a totalidade. Se essa relação inexistente na esfera inorgânica (processos físicos e químicos), é rudimentar na esfera orgânica (relação dos órgãos com o ser vivo), no âmbito da esfera social, a relação se altera qualitativamente, pois quanto mais desenvolvida a sociabilidade (diretamente relacionada ao afastamento das barreiras naturais), maior a diferença entre os indivíduos, por si só, totalidades, bem como entre os sujeitos – caracterizados mais como personalidades sociais e menos como singularidades biológicas – e a totalidade social. Isso ocorre a tal ponto que se cria, até mesmo, uma ilusão de independência. A flexibilidade, todavia, inviabiliza a explicitação categorial daqueles que não estejam inseridos em uma sociedade.

Para o homem primitivo, a exclusão de sua sociedade representava uma sentença de morte. Mas a crescente socialidade da vida humana suscita em alguns indivíduos a ilusão de ser independentes da sociedade como um todo, de existir de algum modo como um átomo isolado. (LUKÁCS, 2012, p. 346).

Assim, repisando uma máxima marxiana-lukacsiana, já exposta anteriormente, temos que: o afastamento das barreiras naturais, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, amplia o valor produzido, bem como diminui o tempo de trabalho socialmente necessário para tal. Como consequência, no polo oposto da categoria da reprodução social, no âmbito dos indivíduos, há uma crescente complexificação das singularidades, como causa e consequência do desenvolvimento das forças retro mencionadas, em um constante movimento reflexo, um “vir-a-ser” ininterrupto, sem um fim pré-determinado.

A partir do trabalho, categoria “humanizadora” do *homo sapiens sapiens*, surgem todas as demais atividades sociais, sendo estas tributárias de um determinado estágio de desenvolvimento da transformação intencional da natureza pelo homem em meios de produção e de subsistência. Tal dinâmica complexifica as consciências, originando novas necessidades e inéditas possibilidades. Jungida a esse desdobramento surge a cultura corporal, isso porque a crescente “hominização” amplia a educação os sentidos, avultando e complexificando as possibilidades de mediação entre os indivíduos e o mundo, além de

¹⁰⁴ Nesse período, em que pese heterogêneas, multidões se aglomeraram nas ruas do país exigindo serviços públicos de qualidade.

desprender os movimentos corporais dos seres sociais de suas origens instintivas, significando-os e re-significando-os a partir dos valores das respectivas totalidades sociais.

Na sociedade burguesa, entretanto, essa dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas e a respectiva explicitação das individualidades ocorre a partir de um processo de exteriorização alienado, ou seja, sob a égide do capital, trabalhar se torna um martírio. Assim, novamente como uma especificidade da esfera do ser social, tem-se um movimento incongruente na relação entre a parte (fenômeno) e o todo (essência), que amplia o valor e a riqueza social, bem como, dependendo da função desempenhada, as faculdades subjetivas, ao passo que o trabalho em si (fenomênico e singular) resume-se a uma atividade estranhada para a esmagadora maioria dos indivíduos que a desempenham.

Na própria lei do valor domina a forma de universalidade, síntese de atos individuais, que determina o tipo, a direção, o ritmo etc. do desenvolvimento social. Por isso o ser humano individual só pode rebelar-se contra ela sob pena de sua própria ruína [...] As revoluções são, é evidente, casos-limite que pressupõem não só ações de massa, mas também a presença da problematidade interna das tendências objetivas de desenvolvimento. (LUKÁCS, 2012, p. 349).

Contudo, Lukács nos demonstra, também, complementando a citação acima¹⁰⁵, que, apesar do movimento próprio da totalidade, resistências focais de classe, portanto, fenomênicas, podem transformá-lo. O surgimento do mais-valor relativo é fruto, por exemplo, da luta do proletariado contra o mais-valor absoluto, e não um resultado inerente à dinâmica processual de transformação do todo. Ademais, o fenômeno alienante do trabalho incide principalmente nos indivíduos, sendo mais dependente das opções subjetivas do que o desenvolvimento das faculdades da humanidade que, em seu conjunto, ocorre muitas vezes sem a percepção dos sujeitos. Além disso, em função da categoria da alternativa, a ação singular oferece uma liberdade na tomada de decisão, ou no comportamento, nem sempre presente na totalidade. Por fim, concluindo a explanação referente ao contraditório processo que vincula a parte ao todo, o fenômeno à essência, há que se salientar novamente – sob pena de, em não fazendo, nos submetermos a concepções idealistas – que o momento predominante do movimento do mundo dos homens se faz presente na totalidade social. Nesses termos, as ações dos sujeitos engolfados por determinadas circunstâncias se diferem qualitativamente ao

¹⁰⁵ Ao elaborá-la, Lukács (2012) ressalta que ações individuais, mesmo as generosas, nem sempre são capazes de transformar o movimento da totalidade, em que pese essenciais, principalmente em momentos contrarrevolucionários. Já as ações coletivas, o são.

longo da história da humanidade e das diversas formações sociais, sendo pelo todo saturado de determinações (condições).

Interessante perceber como o desenvolvimento econômico descola-se, em certa medida, da questão moral. Se, conforme Marx, nos *Gundrisses*, a satisfação econômica do capitalismo ocorre vinculada à vulgaridade (a própria acumulação primitiva do capital realiza-se atrelada à força, ao roubo etc.), a desconstrução das sociedades comunistas primitivas foi fundamental à explicitação categorial do ser social, permitindo o afastamento das barreiras naturais. “Reações que puderam alçar-se à condição de potência social” (LUKÁCS, 2012, p. 352), não necessariamente submetidas às vontades subjetivas, é assim que o formulador húngaro explica a contraditória conexão real existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e os valores, o que acaba por permitir aos interesses mais mesquinhos o condão de desenvolver as forças produtivas. Tal constatação, para mim (peço licença para relatar esse sentimento na primeira pessoa do singular, e não do plural, como fiz ao longo da dissertação), um humanista, é extremamente dolorosa e contraditória: como compreender e aceitar que a submissão de seres humanos a outrem, como no escravismo, feudalismo ou até mesmo no capitalismo, permitiu à humanidade alcançar, pelo desenvolvimento das forças produtivas, o limiar da liberdade – interpretada como uma sociedade de produtores autônomos associados, em que o tempo livre supere, e muito, o da necessidade (trabalho) –, nos dias de hoje? Tenho certeza de que também o foi, tanto para Marx, quanto para Lukács, ambos profundos defensores do gênero humano.

Assim, no âmbito do ser social, explicita-se algo presente apenas de forma rudimentar nas esferas inorgânica e orgânica: a história daquele vincula-se diretamente aos complexos em movimento (incluída a educação física), e não aos seus respectivos elementos constituintes. Aproveitamos essa oportunidade para apresentar um lapidar excerto do prefácio aos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, de autoria de Vaisman e Fortes (2010), referente à característica de “complexo de complexo” da totalidade humana:

O ser é compreendido como totalidade concreta dialeticamente articulada em totalidades parciais. Essa estrutura constitutiva do ser, a que Lukács designa como um “complexo de complexos” – tomando emprestada a terminologia de Nicolai Hartmann –, apresenta-se sempre por meio de uma intrincada interação dos elementos no interior de cada complexo. O complexo no interior dessa perspectiva é compreendido e determinado como um conjunto articulado de categorias que se determinam reciprocamente, além de estruturado de forma decisiva por uma categoria que atua como momento preponderante em seu interior. (VAISMAN; FORTES, 2010, p. 22).

Além disso, as categorias sociais tornam-se predominantes no âmbito dos complexos. Para captar tal assertiva, basta perceber como um complexo essencial à permanência da vida natural como a reprodução sexual, no que tange à humanidade, ganha especificidades tais como o erotismo, o fetichismo, a indústria do sexo etc. Realizando uma pequena mediação com a nossa área e extrapolando a educação física como prática pedagógica, podemos constatar a crescente sociabilidade do complexo compreendido como a “cultura corporal”. Por exemplo, no âmbito dos esportes, não há paralelo entre a magnitude dos Jogos Olímpicos realizados em 776 a.C. (o primeiro de que se tem vestígios), na Grécia Antiga, e os que serão realizados em 2016, no Rio de Janeiro. Atualmente, transcendem a prática esportiva, sendo permeados umbilicalmente pelo complexo da comunicação social, da economia, das relações internacionais, entre outros. Igualmente, os complexos sociais adquirem um caráter instável, passando por constantes transformações, que os diferencia de forma qualitativa dos rígidos complexos orgânicos e inorgânicos, nos quais mudanças substantivas vinculam-se à morte do organismo, pois, no âmbito social, a reprodução do ser sempre o remete para além das fronteiras iniciais.

Nesse bulício percebemos que, não obstante o seu caráter biológico, pois o ser social não pode prescindir da comida, da bebida, do descanso, entre outras necessidades, a própria reprodução natural torna-se crescentemente social. Para Lukács (2012), por exemplo, o longo período de desenvolvimento de uma criança da espécie humana, diferentemente de outros mamíferos, é factível apenas no âmbito de uma sociedade que, mediada pela consciência, trabalha, o que a impulsiona para além. Assim sendo, como a totalidade social se torna cada vez mais multifacetada em função do afastamento das barreiras naturais, exige-se um longo processo preparatório e de maturação das crianças e jovens. Posteriormente, e ao longo de milhares de anos, esse apanágio acabou por vincular-se ao patrimônio genético da espécie.

Retornando ao debate entre a parte e o todo no âmbito do ser social, Lukács (2012) observa que as próprias tendências econômicas são síntese de atos individuais e, quando estes se conformam àquelas, acabam por cristalizá-las. Dessa maneira, ambos, atos e tendências, colocam nexos causais na realidade e a transformam. Sempre ressaltando, contudo, que o momento predominante se encontra no âmbito da totalidade. Exemplo? Dificilmente alguém consegue desenvolver relações sociais de produção descoladas da divisão sócio técnica do trabalho, da propriedade privada e do trabalho assalariado, vivendo em uma sociedade capitalista.

De todo modo, aqui se torna evidente a estrutura fundamental dos processos sociais: eles partem imediatamente de pores teleológicos, determinados de maneira alternativa, feitos por homens singulares, mas, dado o decurso causal dos pores teleológicos, estes desembocam num processo causal, contraditoriamente unitário, dos complexos sociais e de sua totalidade, e produzem conexões legais gerais. (LUKÁCS, 2012, p. 355).

Essa relação é extremamente complexa, visto que o indivíduo, apesar de ser um elemento de conexões “econômico-sociais”, é ele próprio um complexo em movimento. Além disso, para além dos homens, no âmbito do ser social, como já dissemos algumas vezes, encontram-se os complexos sociais parciais, constituídos de forma heterogênea, e que interferem no processo global a partir de suas interações. Como consequência, para apreender o movimento desse “complexo de complexos” são necessárias tanto análises quantitativas, quanto qualitativas¹⁰⁶.

No escopo da relação entre lei e história, Marx, segundo Lukács, define as tendências como um movimento interno, imanente e legal do próprio ser social, sendo, contudo, o trabalho a única lei universal, uma exigência trans-histórica, ou seja, faz-se presente em todos os contextos, apesar de transformar-se constantemente.

Como fornecedor de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, desse modo, uma condição de existência do homem independentemente de todas as formas sociais, uma eterna necessidade natural de mediar o metabolismo entre homem e natureza, portanto, a vida humana. (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 359).

Nesse movimento, tem-se que a mais geral das leis refere-se à do valor, segundo a qual a explicitação das faculdades humanas diminui o tempo necessário à transformação da natureza em meios de produção e de subsistência. Aquela, apesar de presente à época do trabalho útil, torna-se puramente social com o aparecimento das mercadorias e a consequente explicitação do valor de troca. Todas as demais leis da economia, segundo Lukács (2012), possuem um caráter tendencial e histórico, pois vinculam-se a complexos em movimento.

Além disso, as legalidades dos complexos ao se explicitarem desencadeiam um processo de heterogeneidade imanente àqueles, em um movimento denominado por Lukács de “identidade da identidade” em direção à “identidade da não identidade”. As diversas forças

¹⁰⁶ A própria economia, quando restrita à matemática torna o real obscuro. Assim sendo, a exata medida de sua utilização deve ser estabelecida pela questão concreta, ou seja, há uma impostação ontológica a premi-la.

e tendências, por vezes antagônicas, que os compõem, pendem à explicitação (tornam-se visíveis), em consequência do seu desenvolvimento. Um exemplo na educação física brasileira, no âmbito pedagógico são as diversas orientações surgidas ao longo do tempo. Passamos a descrevê-las, tendo por pilar Bracht (1999):

- Abordagem Desenvolvimentista: “tende a oferecer à criança oportunidades de experiências de movimento de modo a garantir o seu desenvolvimento normal, portanto, de modo a atender essa criança em suas necessidades de movimento” (BRACHT, 1999, p. 05);
- Abordagem Psicomotora: subordina a disciplina educação física a outras “sendo o movimento um mero instrumento, não sendo as formas culturais do movimentar-se humano consideradas um saber a ser transmitido pela escola” (BRACHT, 1999, p. 05);
- Abordagem Crítico-Superadora: baseada principalmente na pedagogia histórico-crítica desenvolvida por Demerval Saviani e colaboradores que compreende que “o objeto da educação física é a cultura corporal que se concretiza nos seus diferentes temas, quais sejam: o esporte, a ginástica, o jogo, as lutas, a dança e a mímica” (BRACHT, 1999, p. 05);
- Abordagem Crítico-Emancipatória: cujo principal formulador é Elenor Kunz, da UFSC para quem o movimentar-se humano pode ser entendido como “forma de comunicação com o mundo [...] (e) a noção de sujeito tomado numa perspectiva iluminista de sujeito capaz de crítica e de atuação autônoma” (BRACHT, 1999, p. 05).

De mais a mais, comprovando o caráter de complexo de complexos do “vir-a-ser” humano, tais forças imanentes àqueles passam a interagir também com outros complexos que possuam constituição análoga. Captar tal dinâmica é fundamental a qualquer tipo de análise que paute a área da educação física. Assim, para reconstruí-la no pensamento, em forma de categorias, fazem-se necessárias apropriações das mediações com os demais setores que colocam condições ao próprio desenrolar do complexo.

Constatamos, dessa forma, uma característica basilar aos complexos: a presença de uma autonomia, contudo, relativa, em relação ao todo. Essa independência condicional da educação física, por exemplo, deriva da sua capacidade de formular a partir de suas próprias legalidades, entretanto, sempre vinculada ao movimento do todo articulado. Portanto, apesar

das abordagens retro mencionadas descenderem de discussões internas, não há como compreendê-las se as deslocarmos da evolução da sociedade brasileira.

Nesse caminho, nos atentamos, sob o ponto de vista ontológico, que legalidade e historicidade se entrelaçam em uma realidade composta por complexos distintos entre si e que se movem heterogeneamente, constituindo uma unidade do diverso, o “complexo de complexos” do mundo dos homens, sendo que tal unidade possui leis genéricas (tendências do gênero) como a exposta nas páginas anteriores (do valor). Conformando, igualmente, a fluidez ontológica deste complexo social existe o acaso, ou seja, a dispersão, o ponto fora da curva. Compreensível, por tratar-se de uma esfera pautada pelo pôr teleológico alternativo dos indivíduos, transformador da causalidade dada em causalidade posta (transformação da natureza em instrumentos úteis ao homem), e em que o agir não se cerca de uma compreensão completa do real¹⁰⁷, muito em função do constante movimento da objetividade e apesar do impulso humano na busca do “em-si” da realidade, denominado por Lukács de “*intention recta*”¹⁰⁸ (basilar ao complexo científico).

O desenvolvimento da sociabilidade, acarretando o surgimento de novos complexos sociais, leva à ampliação do papel do acaso, visto que inéditas mediações se interpõem entre o pôr teleológico e a execução do trabalho. Dessa forma, o afastamento entre ambos, típico de sociedades em que a explicitação categorial do ser social atinge níveis mais elevados, origina o pôr teleológico de caráter secundário, em que o agir tem por interesse convencer outros grupos sociais a respeito de decisões subsequentes. É nesse contexto que se originam os complexos ideológicos, nos quais o acaso se torna ainda mais presente, visto que, ao influir as categorias alternativas de outros indivíduos, amplia-se a imprevisibilidade das consequências. No contexto da educação física, esse pôr secundário se apresenta, v.g., na tentativa de convencimento, por parte dos diversos formuladores, tanto a respeito da melhor abordagem a ser utilizada nas escolas, quanto à mais acertada concepção da área, no âmbito da prática pedagógica: “educação do movimento”, “educação pelo movimento”, “cultura corporal”, entre outras.

¹⁰⁷ Salienta-se que, tanto no trabalho quanto no desenvolvimento técnico, conhecer as propriedades naturais do objeto (causalidade dada) é indispensável à efetividade da ação, o que não elimina, entretanto, o acaso.

¹⁰⁸ “A necessidade, essencial ao trabalho, de captura do real pela consciência [...] é o fundamento ontológico de um impulso ao conhecimento do real que Lukács, após Hartmann, denominou *intention recta*” (LESSA, 1997, p. 34).

Segundo Lukács, a luta de classes, síntese entre legalidades econômicas e elementos sociais extraeconômicos, por vezes submete aquelas a uma determinada correlação de forças históricas. Todavia, com o passar do tempo, tende-se a uma afirmação das legalidades econômicas, especialmente no sentido de constituir uma organização social que propicie o desenvolvimento das forças produtivas. O acaso também participa da luta em questão, bem como na forma como os conflitos são resolvidos, fazendo com que a imposição das legalidades, por vezes, ocorra a partir de caminhos distintos ou até mesmo opostos. Se do ponto de vista gnosiológico, tal relação pode parecer paradoxal, no âmbito da ontologia resume-se à seguinte constatação:

[...] legalidade significa simplesmente que, no interior de um complexo ou na relação recíproca de dois ou mais complexos, a presença factual de determinadas condições implica necessariamente, ainda que apenas como tendência, determinadas consequências. Quando os homens conseguem observar essa conexão, fixando no pensamento as circunstâncias de sua necessária repetição, chamam-na racional. (LUKÁCS, 2012, p. 363).

Nesse movimento de apreensão do real pela racionalidade, quanto mais exato o aparato ideal para compreender as relações, maior a propensão a lhe atribuir um significado universal. Todavia, como dito anteriormente, entender por completo a realidade natural e social é inviável, seja em função do constante movimento do real, seja em função da impossibilidade de se prever o acaso derivado da ação humana, sempre presente no complexo e heterogêneo “mundo dos homens”¹⁰⁹.

Percebe-se um recuo da razão, denominado por Lukács de “irrazão” (2012), nos casos em que o indivíduo não possui uma explicação para a objetividade, não obstante, a perspectiva materialista compreende como factível o seu entendimento, mesmo que ocorra apenas após o fato. Isso, de forma alguma, contradiz o explicitado no parágrafo acima no que tange ao impedimento de se entender a realidade em sua totalidade, até mesmo pela sua característica inexoravelmente mais complexa do que as teorias a explicá-la, sendo a consciência sempre um dado tardio em relação ao movimento do real.

A complexidade de apreensão do real reside na sua própria composição: infinitas interações de complexos a desenvolverem relações heterogêneas em seu próprio interior, bem como em relação aos demais complexos, sendo aquelas sínteses dinâmicas de componentes heterogêneos, resultados de atos teleológicos de indivíduos diversos. Destarte, a única forma

¹⁰⁹ Em casos concretos e restritos ampliam-se as possibilidades de previsão do resultado de uma ação.

de ocorrer um entendimento dos fatores ativos é a partir de sucessivas aproximações, em um “reflexo cognoscitivo da determinação ontológica do próprio ser” (LUKÁCS, 2012, p. 367).

Ainda na perspectiva da consciência como um dado tardio em sua relação com a objetividade, no âmbito do conhecimento econômico, por exemplo, o surgimento de suas teorias tornou-se possível apenas após a hegemonia das categorias econômicas no devir das formações sociais, mesmo assim conformando-se em leis gerais e jamais reduzindo a realidade social econômica a uma relação de causa e efeito.

Além disto, no movimento de desvelamento do real, o método marxiano considera indispensável a intelecção das especificidades dos fenômenos (fatos do cotidiano), relacionando-a, posteriormente, às leis da essência histórica. Neste contexto, os complexos parciais que compõem o ser social também devem ser analisados em suas particularidades, ou seja, apreendendo como as leis gerais incidem sobre aqueles, em situações concretas. Essa unidade “fenômeno-essência” pode ser assim definida:

[...] expressa-se nela algo fortemente característico da ontologia marxiana do ser social, a saber, a duplicidade de pontos de vista que, não obstante, formam uma unidade: a unidade, dissociável no plano ideal-analítico, mas indissolúvel no plano ontológico, de tendências universalmente legais e de tendências particulares de desenvolvimento. [...] trata-se de compreender o ser-propriadamente-assim de um complexo fenomênico em conexão com as legalidades gerais que o condicionam e das quais, ao mesmo tempo, ele parece se desviar. (LUKÁCS, 2012, p. 368).

Lukács (2012, p. 370), dessa forma, trilha um terceiro caminho, pois não adere a uma hiper-racionalização fetichizada, que, no limite, pode levar a uma concepção teleológica do real, compreendendo, por exemplo, o comunismo como o fim da história e ponto de chegada necessário do mundo dos homens (tendendo ao dogmatismo), e tampouco a um empirismo rasteiro, em que as contradições são apagadas e o real reduzido a uma “singularidade imediata”. Ambas as concepções, segundo o pensador húngaro, diluem as relações ontológicas fundamentais entre “fenômeno-essência” e “singularidade-particularidade-universalidade”. Ademais, em que pese a inseparabilidade entre historicidade e legalidade racional, o erro comum presente nas análises pautadas pela intelecção do real é o uso de generalizações incorretas, as quais transcendem ao universal categorias de uma determinada formação social.

Sendo assim, o método marxiano, na pena de Lukács (2012), não se resume a uma filosofia da história, composta por uma sucessão de categorias racionais, supostamente necessárias – o que o difere de Hegel¹¹⁰ –, pois, como corolário do descrito acima, constata-se a ausência de uma lógica teleológica no devir dos homens. Afinal, como já dissemos anteriormente, a teleologia se encontra ativa apenas no âmbito dos atos singulares. Nessa dinâmica, temos que as categorias do formulador materialista-histórico alemão são “formas de ser, determinações da existência”, sob o “jugo” da impositação ontológica¹¹¹. É fundamental ao entendimento do “em-si” identificar as tendências principais da totalidade em movimento.

A possibilidade de racionalização marxiana da história, nesses termos, não se resume à necessidade lógica, mas sim à compreensão, por vezes, apenas após o ocorrido, das categoriais hegemônicas do total social movente, detentoras das necessidades da formação social em perspectiva. É em função dessa constatação que afirmamos, amparados por Paulo Netto (2002), a necessidade de dinâmicas de massas capazes de reestruturar as forças sociais que moldam o real, especialmente aquelas vinculadas à relação capital-trabalho, como condição indispensável à recolocação do materialismo histórico dialético no centro da discussão contra-hegemônica da educação física.

[...] certas tendências gerais do futuro podem ser medidas a partir da tendência universalmente conhecidas e operantes até o momento atual. [...] essa estrutura do ser só é ontologicamente possível em complexos dinâmicos concretos que constituam totalidades – relativas. Fora das totalidades nas quais figuram de modo real, os “elementos” (as categorias singulares), se tomados em si, não tem historicidade própria. Na medida em que constituem totalidades parciais, complexos que se movem de modo, relativamente, autônomo, segundo leis próprias, o processo de explicitação do seu ser torna-se também histórico. (LUKÁCS, 2012, p. 375).

Assim sendo, as categorias singulares tornam-se intelectíveis e ganham historicidade apenas no interior das totalidades em movimento, tais como as respectivas formações sociais. Tão somente em uma determinação reflexiva com essas, os elementos singulares transformam-se em operantes e explicitam-se. A mesma compreensão conforma-se à dinâmica dos complexos sociais parciais (compostos por elementos heterogêneos em

¹¹⁰ Segundo o qual o “Espírito em-si” tendia ao “Espírito Absoluto”, momento em que sujeito e objeto tornavam-se idênticos, constituindo o fim da história do desenvolvimento da razão, categoria fundante do real.

¹¹¹ Salienta-se que Engels, o principal parceiro intelectual de Marx, por vezes cometeu o equívoco de resumir a história a uma sucessão de categorias lógicas, como, por exemplo, em sua obra *Dialética da Natureza*.

determinação reflexiva), em constante troca com os demais complexos. Disso concluímos: não há como desconectar a educação física, seja ela resumida à prática pedagógica ou não, do movimento do todo em que se insere. Foi exatamente para captar esse movimento que reconstruímos, a partir de alguns clássicos, a história do complexo, tanto na Europa, como no Brasil.

Ainda no âmbito da relação entre as legalidades econômicas e o movimento global histórico-social, ancorado em Marx, Lukács (2012) cita a categoria do classicismo¹¹², a saber: quando um desenvolvimento econômico clássico decorre especificamente do desenvolvimento das forças produtivas, que, por sua vez, sem violência, ordenam as relações de distribuição. O que não significa dizer que o processo de acumulação primitiva tenha se desenvolvido sem o uso da força: “No curso ordinário das coisas, o operário pode ser entregue às ‘leis naturais da produção’ [...] As coisas ocorrem diferentemente durante a gênese histórica da produção capitalista” (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 378). Partindo desse suposto, percebe-se que a Revolução Soviética ocorreu quando não havia o desenvolvimento necessário das forças produtivas, incompatibilizando-a com a categoria acima citada¹¹³. Quanto a isso, Lenin assim se posicionou: “Na Rússia, na situação concreta e originalíssima de 1917, foi fácil iniciar a revolução socialista; todavia, será para a Rússia mais difícil do que para os países europeus continuá-la e lavá-la a cabo” (LENIN apud LUKÁCS, 2012, p. 380). Identifica-se assim, segundo Lukács, que Lenin acreditava na iminência de revoluções por toda a Europa, algo que também permeou o pensamento do filósofo húngaro nas primeiras três décadas do século XX.

Uma categoria fundamental à compreensão ontológica da explicitação categorial do ser social é a do desenvolvimento desigual. A partir dela, percebe-se que o incremento das forças produtivas (econômico) não necessariamente ocorre concomitante ao referente a complexos como a arte ou o direito (outras objetivações sociais). Em que pese o trabalho possuir a tendência de enriquecer as faculdades dos homens, deformações/alienações podem apresentar-se no processo, tornando-o desigual. Assim, as incongruências impedem que o progresso seja compreendido do ponto de vista gnosiológico ou lógico, pois, por vezes, o vir-

¹¹² No contexto dos demais complexos, entende-se como a etapa em que esses se desenvolvem ao máximo em função das circunstâncias históricas.

¹¹³ Destaca-se que Stalin propugnava que o desenvolvimento da URSS decorria de um classicismo, em oposição a Lenin.

a-ser origina paradoxos, intelectivos apenas a partir de uma impostação ontológica¹¹⁴. Nesse caminho depreende-se que a análise de momentos singulares, atrelados aos respectivos complexos sociais, desconectados do todo, não são capazes de constatar o movimento da totalidade social, bem como de jogar luz sobre os próprios complexos aos quais se vinculam. Por fim, novamente salientamos, a partir de Lukács (2012), que, não obstante as contradições ontológicas, o processo de explicitação categorial do ser social tende a avançar, em função do trabalho, em direção ao afastamento das barreiras naturais, tanto no contexto objetivo, quanto no subjetivo.

Nesse processo, constata-se, também, no âmbito do capitalismo, uma crescente heterogeneidade entre as nações, tanto no que se refere à divisão sócio técnica do processo total de trabalho, quanto no aparecimento de novas mediações sociais. Aquela, ademais, pode se acentuar com as ações políticas e militares – lembrando que a guerra faz parte do metabolismo social do sistema de reprodução do capital. No que diz respeito especificamente à economia, detecta-se, igualmente, que o seu incremento é acompanhado de uma ampliação das mediações sociais vinculadas ao seu complexo, bem como de sua dessemelhança interna¹¹⁵. Assim sendo, as teorias referentes a tal complexo, atualmente, são extremamente díspares quanto compararmos, por exemplo, um autor keynesiano com um monetarista. É exatamente essa não homogeneidade interna aos complexos, bem como destes, entre si, que garante o desenvolvimento desigual. Pode-se resumir tal intelecção da seguinte forma: quanto mais o processo de afastamento das barreiras naturais se amplia, tendo como consequência a explicitação das categorias sociais, tanto mais o processo global se torna heterogêneo e desigual, inclusive no interior da própria esfera econômica.

Um exemplo de explicitação das mediações sociais em decorrência do movimento supracitado é o surgimento do complexo jurídico (normatizador das relações sociais de produção) em função do aparecimento da sociedade de classes e de seus respectivos antagonismos e a necessidade criada de se legitimar a exploração do homem pelo homem. De mais a mais, o complexo de complexos que caracteriza a humanidade garante uma autonomia relativa às diversas mediações sociais, tais como o direito e a educação física – visto que os pores submetidos a esses complexos referem-se imediatamente às teorias e legalidades a eles

¹¹⁴ Essa impede, sob pena de cometermos erros grosseiros, as generalizações abstratas vinculadas ao progresso.

¹¹⁵ Salientamos, outrossim, que o caráter heterogêneo do real já se encontra presente nos próprios pores teleológicos, especialmente no trabalho, quando comparados, por exemplo, fim e meio.

vinculadas –, em que pese se atrelarem – mesmo que os intelectuais das respectivas áreas não possuam consciência de tal processo –, às necessidades vitais da totalidade social histórica, portanto determinada no tempo e no espaço. Destarte, essa constatação lukacsiana permite-nos lapidar a compreensão da existência de uma autonomia de qualquer complexo, como a educação física, de teorizar a respeito de si próprio, não obstante, caso o horizonte do movimento da totalidade social se perca, criar-se-á o fetichismo do “complexo ensimesmado”, tendente a erros grosseiros de análise.

Nessa vereda, Lukács (2012) nos demonstra a existência de relações heterogêneas interessantes entre os complexos do direito e o da economia. Ambos são sistemas de pores específicos, todavia, o direito insere nexos ordenadores obrigatórios, pressupondo um mundo já existente – sempre mais complexo que os ordenamentos jurídicos –; já no âmbito da economia o novo é criado de forma constante. Tal dessemelhança, na perspectiva de Lukács, é ontológico-social.

A autonomia relativa dos complexos e, no caso em análise, do direito, resulta de uma discussão que ocorre derivada de sua história acumulada, ou seja, de suas legalidades já identificadas, bem como das respostas mais frequentes adotadas anteriormente. No âmbito do contexto jurídico, normalmente as decisões derivam de lutas travadas entre os grupos sociais. Tal inconstância garante o desenvolvimento desigual quando comparado à economia, visto que essa última esfera tende ao contínuo afastamento das barreiras naturais. Dessa forma, temos um movimento permanente da humanidade em direção à explicitação de categorias sociais, processo esse, contudo, desigual (a alienação, por exemplo, pode freá-lo em certos momentos da história) em que não há uma necessária correspondência entre o incremento dos diversos complexos sociais (desenvolvimento desigual). Todavia, se no direito e na arte, em função de suas particularidades, há um desenvolvimento nem sempre correspondente ao avançar da economia, no que tange à educação física, ao resgatarmos o seu desenrolar, percebemos uma simultaneidade entre o seu incremento e o da economia, seja para, como demonstrado por Castellani Filho, tornar-se o amálgama da totalidade social nascente (exemplo: livrar o homem colonial dos seus vícios, no intuito convertê-lo em sustentáculo do capitalismo em desenvolvimento), seja em função de sua característica cada vez mais social e de entrelaçamento com os demais complexos (exemplo: desbordando o pedagógico, a prática esportiva nos dias de hoje se aferra intrinsecamente à indústria têxtil, comprovada pela importância de marcas como a Nike, a Adidas, a Puma etc.).

Outra esfera em que o desenvolvimento supracitado apresenta-se com clareza é o da estética (arte). O pôr vinculado a tal complexo possui um nexos acentuado com o movimento

da totalidade social, especialmente com a ideologia, e não necessariamente com a economia. Apesar da conjuntura deste último complexo interferir na concepção de mundo vigente, e, assim sendo, na própria ideologia, no campo do estético, momentos florescentes ocorreram sob circunstâncias não favoráveis à progressão das forças produtivas¹¹⁶. Como corolário, percebe-se que o desenvolvimento desigual também pode ocorrer na relação entre a base econômica e a superestrutura, e até mesmo no interior dos próprios complexos. Essa percepção inviabiliza qualquer tipo de interpretação mecanicista, que reduza a correlação entre a base econômica e a superestrutura a um simples processo de causa e efeito. Por conseguinte, a hipótese de interferência da reestruturação produtiva aliada às políticas neoliberais, na forma como os intelectuais progressistas da educação física compreendem o complexo, por ora, permanece como uma possibilidade. A resposta teremos apenas com o desenrolar do movimento da totalidade social em que nos inserimos.

Um aspecto que facilita a intelecção da categoria ontológica em perspectiva refere-se à concepção das tendências históricas como sínteses de atos teleológicos dos indivíduos, em situações concretas. Assim sendo, a categoria da alternativa – por mais que essa esteja vinculada ao tempo e ao espaço, portanto, com perspectivas limitadas pelas circunstâncias históricas –, garante a possibilidade de “ser” ou de “não ser”, inviabilizando, novamente, reducionistas interpretações de causa e efeito. Ademais, a alienação e a auto ilusão permeiam, com frequência, os atos intencionais dos indivíduos, em que pese, no campo estético, tal característica torná-los, por vezes, ainda mais fecundos¹¹⁷.

É fato notório que a vida orgânica produz gêneros. Em última análise, ela produz apenas gêneros, pois os exemplares singulares, que real e imediatamente realizam o gênero, nascem e passam, enquanto só o gênero se conserva estável nessa mudança – precisamente pelo tempo que conserva a si próprio. A relação assim surgida entre os exemplares singulares e o gênero é puramente natural, independente da consciência, da objetivação conforme a consciência: o gênero se realiza nos exemplares singulares, e estes, em seu processo vital, realizam o gênero. É óbvio que o gênero não pode ter consciência; e igualmente óbvio é que, no exemplar singular natural, não pode surgir nenhuma consciência do gênero. (LUKÁCS, 2012, p. 368).

¹¹⁶ Os próprios gêneros artísticos, no interior do complexo estético, ligam-se às particularidades de determinados fenômenos sociais contidos na totalidade em movimento, desenvolvendo-se ou infirmoando-se de acordo com as suas respectivas especificidades, o que corrobora a categoria ontológica do desenvolvimento desigual.

¹¹⁷ O que explica, por exemplo, a presença do realismo independentemente da concepção de homem e mundo do autor.

É dessa forma que Lukács inicia a discussão referente ao gênero que se reconhece enquanto tal – em função de uma consciência histórica¹¹⁸ –, típico do ser social, e a “mudez” do complexo orgânico, presente na fauna e flora, decorrente da relação, até certo ponto, rudimentar entre os indivíduos, impedindo-os de perceber a unidade articulada entre o exemplar e o gênero. A categoria do trabalho é o momento predominante no salto ontológico que permite ao ser social superar o complexo puramente biológico. Ao objetivar-se de forma intencional, transformando a natureza em meios de produção e de subsistência, o ser social cria novas possibilidades e necessidades, tanto no âmbito subjetivo, quanto no objetivo. Nesse contexto, constitui-se como primordial um segundo elemento ontológico primário: a linguagem. A partir dessa, permite-se o próprio trabalho (ao possibilitar a conceituação e valorização do real), bem como a difusão do conhecimento surgido a partir do novo criado pelo labor entre os indivíduos do gênero. Além disso, se no contexto biológico os animais são incapazes de construir projetos coletivos, no espaço do complexo do ser social, a divisão sócio técnica do trabalho é o pendão de tal característica.

Conforme o estabelecido por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (apud LUKÁCS, 2012), o trabalho não alienado permite a objetivação pelo indivíduo do acúmulo histórico do gênero humano, ou seja, do seu patamar de desenvolvimento intelectual e cultural. Ao executá-lo, o agente realiza a si próprio, bem como à humanidade, visto que é o conhecimento acumulado pelo gênero, fixado na consciência e transmitido por diversos complexos, tais como a educação, que possibilita o trabalho eficiente das singularidades.

Ainda na discussão referente ao encadeamento entre o indivíduo e o gênero, a exacerbada divisão sócio técnica do trabalho, típica do capitalismo e do desenvolvimento das forças produtivas, conforma uma ideologia individualista, em que as personalidades sociais não se compreendem enquanto tal. Os homens se percebem como autossuficientes, desvinculados do gênero, e mais particularmente, da respectiva formação social em que se inserem – a realidade objetiva, torna-se, aparentemente, secundária. Sob tais circunstâncias, aquele se transforma em centro da totalidade social, interpretada por tal conjunto de conceitos e valores (ideologia burguesa) como um somatório de singularidades biológicas ensimesmadas¹¹⁹ (a própria educação física serviu a essa concepção de homem, reduzindo-o a

¹¹⁸ Tal apanágio, entre outros, marca a superação do materialismo a-histórico de Feuerbach, pelo materialismo histórico dialético de Marx.

¹¹⁹ Nas formações sociais pautadas por relações sociais distintas das capitalistas, os indivíduos dependiam diretamente da comunidade às quais faziam parte, o que desaparece por completo na

um conjunto de músculos e ossos, em diversos momentos na história) e autônomas. Reduz-se o papel da sociedade ao de uma arena propiciadora do acúmulo material privado, decorrente de relações sociais de produção exploradoras.

Inobstante, a característica de personalidade social dos seres humanos, constatável na realidade da vida cotidiana, nos demonstra a impossibilidade dos indivíduos se desenvolverem sozinhos. O momento predominante da individuação não se encontra na singularidade biológica, e sim na realidade objetiva que nos engolfa, especialmente no conjunto de relações sociais das quais somos partícipes. O autor desta dissertação, se nascido no velho continente à época do século III d.C., com o mesmo código genético, seria uma personalidade social por completa distinta da atual. Desse modo, o “complexo de complexos” em movimento correspondente ao mundo dos homens põe determinações essenciais na constituição das individualidades. Não há explicitação categorial subjetiva desvinculada do todo, visto que a completude dos elementos singulares é dependente dos elementos genérico-universais.

Isso posto, fazem-se fundamentais, sempre a partir das constatações marxianas e, posteriormente, lukacsianas, as apresentações das categorias primárias garantidoras da relação do indivíduo com o gênero no plano do ser social, a saber: trabalho, linguagem e relações sociais¹²⁰, todas mediadas pela consciência, a qual, por sua vez, daquelas é tributária. Esse processo reprodutivo, tendo os complexos sociais parciais (exemplo: educação física) como momentos importantes, enforma um gênero “para-si”, que se reconhece como tal, portanto, não mais “mudo”. Tal “vir-a-ser”, entretanto, apresenta-se de forma paradoxal e contraditória, pois o tornar-se consciente do pertencimento ao gênero não necessariamente acarreta um discernimento a respeito da essência genérica universal que nos constitui, seja em função da inexpugnável explicitação dos complexos sociais parciais (ressalta-se que no contexto de uma sociedade de classes, tais complexos ganham ainda mais dinamismo), desenvolvendo uma ampliada autonomia relativa, seja em decorrência da complexificação das subjetividades, mediada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Um exemplo pode nos auxiliar a captar tal dinâmica: a participação em redes sociais por parte dos jovens dos países centrais do capitalismo, ou das classes abastadas dos países periféricos, fruto da complexificação das

sociedade das mercadorias, definida pela hegemonia do valor de troca sobre o valor de uso. Um indivíduo pode ser extremamente rico e fazer parte de uma cidade predominantemente pobre, por exemplo.

¹²⁰ Tais categorias seriam os elementos ontológicos primários, constituindo os secundários: a reprodução social, a ideologia e a alienação.

forças produtivas (surgimento da tecnologia eletrônica), que comprime o tempo e o espaço (encurtando as distâncias), permitindo um contato imediato entre indivíduos pertencentes a diversas partes do globo terrestre, não de forma imperativa desemboca em uma concepção de homem como dependente do gênero, ou seja, que se concebe como individualidade ou personalidade social.

Ademais, o aperfeiçoamento das faculdades humanas “faz nascer o gênero em seu autêntico sentido social” (LUKÁCS, 2012, p. 402). Sob tais circunstâncias, o mercado mundial constituído pelo capitalismo desempenha um papel primordial na constituição do gênero enquanto uma história universal, composto por comunidades cada vez mais unidas, tanto para o bem quanto para o mal. A queda das ações de empresas nas bolsas dos EUA e/ou da Europa pode desencadear um aumento do desemprego no sudeste asiático, América do Sul ou África. Não obstante, como a história já demonstrou sobejamente, os veículos concretos de tal integração podem entrar em conflito com a coisa em si (mercado mundial), acarretando, por exemplo, conflitos armados, o que impede qualquer tipo de previsão finalística do movimento.

Todavia, como explicitado anteriormente, há uma tendência geral no desenvolvimento do ser social, apreendida por Marx e Lukács não de forma gnosiológica, mas sim, ontológica, qual seja: o contínuo processo de afastamento das barreiras naturais, fruto do avanço das forças produtivas, desembocando em categorias sociais cada vez mais intensivas e extensivas, tanto no âmbito subjetivo quanto no objetivo. Tal processo se move contraditoriamente em uma rede de complexos heterogêneos, visto que derivam de tomadas de decisões individuais, amparadas pelas categorias alternativas, por si só, diversas e conjunturais.

A apreensão do real marxiano-lukacsiano supera, nesses termos, tanto o neopositivismo (incapaz de compreender os conflitos), o existencialismo, suportado por um subjetivismo a-histórico, quanto o marxismo vulgar, deformador da categoria do reflexo, originando, assim, um determinismo reducionista da consciência social¹²¹, ou dito de outra forma, extrapolando de forma mecânica a prioridade ontológica do ser social em relação à consciência.

Constitui-se, assim sendo, para Lukács, um movimento dialético entre o ser social e a consciência: se “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2007, p. 20), também é verdadeiro que os complexos

¹²¹ Um exemplo clássico de tal movimento, segundo Lukács (2012), seria a compreensão de Plekhanov, amparada pela teoria do conhecimento do século XIX.

constituintes do mundo dos homens são originados a partir de pores teleológicos singulares, ancorados no tempo e no espaço, o que restringe, até certo ponto, a categoria da alternativa a possibilidades e necessidades históricas e conjunturais. Nessa dinâmica, tais complexos realizam a mediação da economia (trabalho) com a totalidade social em movimento, caracterizando a categoria da reprodução social. De mais a mais, se é correto afirmar que em certos momentos os complexos atrelados à superestrutura jogam papel preponderante na reprodução, também o é que, especificamente no capitalismo, a economia torna-se o momento predominante, sendo extremamente necessário, também, em todas as demais formações sociais.

Destarte, os complexos da superestrutura (ideologia) não podem ser deduzidos diretamente a partir da estrutura (economia), não havendo um antagonismo entre aquela (forma) e esta (conteúdo). Na concepção lukacsiana, forma e conteúdo se determinam mutuamente, e apenas apreendendo tal relação pode o sujeito compreender os objetos singulares, os complexos sociais e o processo do ser social. Assim, resta claro que a prioridade ontológica da economia não desemboca em uma hierarquia entre os complexos. Isso significa dizer, ainda segundo Lukács (2012), que a existência da superestrutura pressupõe a economia e que esta não se reproduz na ausência daquela.

No interior dessa discussão faz-se necessário um percurso que entrelace os valores econômicos aos demais valores¹²², tais como os valores estéticos que nos permitem apreciar movimentos esportivos, inseridos na cultura corporal. A categoria da alternativa presente no pôr teleológico econômico, e a sua posterior objetivação, tem o condão de transformar algo natural, em social:

No valor de uso está embutida a transformação de objetos naturais em objetos adequados e úteis à reprodução da vida humana. O ser-para-um-outro puramente natural adquire, através do processo de sua produção consciente, uma vinculação nova com o ser humano – que, desse modo, torna-se social. (LUKÁCS, 2012, p. 409).

Ainda na dinâmica de aparecimento dos valores econômicos, o surgimento do valor de troca, amparado no tempo de trabalho socialmente necessário à produção, delimita o início da autoconstituição das categorias sociais. “Portanto, o valor em sentido econômico é o motor da

¹²² Sob pena de, em não fazendo, cairmos no idealismo, salientamos que os valores, pressupostos e resultados da categoria da alternativa, presente na ação humana, são postos pela necessidade social restrita a um determinado tempo e espaço (localidade territorial), portanto são históricos.

transformação em fato social daquilo que é puramente natural, é o motor do processo de consumação do homem em sua socialidade” (LUKÁCS, 2012, p. 409). É exatamente por serem móveis de tal transformação que as categorias econômicas possuem uma prioridade ontológica (momento predominante, especialmente no capitalismo), bem como uma legalidade imanente, e não em decorrência de uma suposta hierarquia entre as categorias.

Segundo Lukács (2012), a realização do valor econômico¹²³, ademais, traz à superfície mediações sociais detentoras de pores teleológicos qualitativamente novos, arrimados por valores heterogêneos quando cotejados aos econômicos. Essa diferença caracteriza-se ontologicamente da seguinte forma: os valores distintos dos econômicos explicitar-se-ão categorialmente quanto mais se afastarem dos valores aos quais são tributários, ou seja, os econômicos. Ressaltamos, finalmente, que essa diferenciação pode se explicitar a tal ponto de se tornar uma contradição, categoria essa também imanente ao mundo dos homens. Os valores éticos, por exemplo, por diversas vezes entram em uma incongruência com os econômicos.

De mais a mais, como dissemos anteriormente, o movimento da totalidade social e o aparecimento de necessidades estruturais e/ou conjunturais caracterizam-se como o momento predominante no surgimento dos complexos sociais parciais (exemplo: educação física¹²⁴), o que significa dizer que as alternativas não econômicas atrelam-se a valores determinados pela estrutura social, o que, por sua vez, não resulta na afirmação de que as alterações na estrutura dos valores econômicos não impactem na composição dos demais valores sociais, especialmente no capitalismo. Desse modo, o processo de reestruturação produtiva de viés neoliberal tende a influenciar a forma como os indivíduos a ele coetâneos percebem e valoram o mundo.

Ainda no interior da dissertação referente à interação entre os complexos econômicos e todos os demais, temos que ter transparente a seguinte constatação: o desenvolvimento destes (e seus respectivos juízos de valor) não depende unilateralmente daqueles, mas sim das perguntas e respostas postas pelo movimento da reprodução social em um determinado momento e local – o que confirma o vínculo inquebrantável entre matéria, tempo e espaço.

¹²³ Nos primórdios do ser social, a categoria da alternativa era suportada, basicamente, pelos valores útil e inútil (nocivo).

¹²⁴ Exemplo: no século XVIII, o movimento de urbanização decorrente do surgimento do capitalismo exigiu da sociedade europeia a criação de um complexo caracterizado como uma práxis social, com intenção pedagógica, tendo por conteúdo a cultura corporal, capaz de criar nos indivíduos hábitos sadios (higienismo), assim como prepará-los para jornada de trabalho. Esse complexo é conhecido atualmente como educação física.

O desenvolvimento desigual, além disso, pode originar complexos sociais parciais antagônicos ao econômico. Entretanto, quanto ao campo de aplicação dos valores heterogêneos a este último complexo, ressaltamos que o seu escopo de ação não é ilimitado, sendo muitas vezes influenciado pela economia¹²⁵. Ademais, a diversidade de realizações possíveis a partir dos sistemas valorativos pode desencadear dois erros: o relativismo histórico ou a logicização das categorias alternativas. Para evita-los, reafirmamos: os sistemas valorativos são ontológicos e, nesses termos, devem ser apreendidos nas situações concretas.

Para se assimilar os sistemas citados acima, há que se apreender o processo histórico-social, visto que a substância dos valores se conserva ou se transforma no processo. Dessa forma, não existem valores a-históricos ou eternos, sendo a continuidade da substância valorativa¹²⁶ conectada à dinâmica de reprodução dos homens e de suas categorias alternativas¹²⁷. Após acentuarmos, igualmente, que os elementos valorativos de permanência em um determinado momento constituem a essência apreciativa desse contexto histórico, ousamos (digo ousar, visto que não há nenhum tipo de pesquisa a respeito) afirmar, ultrapassando os limites da prática pedagógica: os valores apreciativos, por parte da população brasileira, vinculados ao jeito tupiniquim de jogar futebol, estão intrinsecamente relacionados à nossa construção cultural (música, hábitos de um país tropical, sociabilidade etc.). O próprio “clamor” da sociedade pelo resgate do nosso “jeito de jogar futebol”, após a desastrosa goleada sofrida para Alemanha na semifinal da Copa do Mundo de 2014, sustenta essa tese.

No escopo do debate referente aos valores, Lukács ainda nos apresenta a seguinte formulação de Lenin:

[...] os homens libertados da escravidão capitalista, dos inúmeros horrores, absurdos, barbaridades, ignomínias de exploração capitalista, paulatinamente se habituarão a observar as regras elementares da convivência social, que todos conhecem desde os tempos antigos, que são repetidas há milênios em todas as prescrições, e a observá-las sem violência, sem coerção, sem submissão, sem aquele aparelho específico de coerção que se chama de Estado. (LENIN apud LUKÁCS, 2012, p. 414).

¹²⁵ Enfatizamos, amparados em Lukács, que as respostas presentes em cada complexo não se reduzem ao imediato, estando sempre presente a possibilidade de se planejar o futuro.

¹²⁶ Tal movimento possui uma direção: as referências do passado objetivam e organizam a práxis do presente.

¹²⁷ Temos que sublinhar, também, o caráter ativo dos valores ao influenciar as categorias alternativas, em um constante movimento de transformar e ser transformado pela essência.

Entretanto, como alcançar um nível de explicitação do ser social a ponto de não mais necessitarmos de um aparelho coercitivo como o Estado? Para Marx, em que pesem a alienação, o desenvolvimento desigual, bem como a possibilidade de retrocessos fruto das sínteses das categorias alternativas das individualidades, há uma legalidade imanente ao ser social, como já explicitamos anteriormente, de afastamento das barreiras naturais tanto no âmbito objetivo, quanto subjetivo. Essa explicitação necessária ao mundo dos homens poderá ampliar as possibilidades a ponto de alcançarmos o momento definido por Lenin.

O desenvolvimento das forças produtivas, a explicitação consequente dos indivíduos, a criação de uma economia mundial, todos esses fatores são essenciais a um gênero não mais mudo, portanto, que se reconhece como tal. Esse desdobrar é igualmente indispensável à construção de um caminho que leve ao socialismo¹²⁸, sociedade em que o objetivo central se inclinará ao desenvolvimento das faculdades humanas (reino da liberdade), tendo como arrimo o controle do reino da necessidade (trabalho). Portanto, mesmo nessa estrutura societal o trabalho permaneceria indispensável¹²⁹.

Essa formação social, apesar de manter a centralidade da economia (conceber um socialismo desvinculado do progresso econômico, na perspectiva de Lukács e Marx, seria utópico), possui uma dinâmica distinta da presente no capitalismo, visto que o desenvolvimento dos complexos sociais parciais é resultado de faculdades humanas explicitadas. Nesses termos, serão essas, mediadas por aqueles, que definirão o que é necessário ao complexo econômico.

É interessante perceber, ainda segundo Lukács (2012), uma contradição imanente ao ser social, qual seja: o necessário desenvolvimento das forças produtivas em incongruência, em certos momentos, com as relações econômicas, bem como com os elementos extraeconômicos. Isso porque, como dito anteriormente, a categoria do desenvolvimento desigual é fruto, entre outros fatores, do caráter inalienável de “possibilidades distintas” presente nas alternativas que suportam as decisões dos indivíduos.

¹²⁸ Salientamos que a característica de segunda natureza da economia, ou seja, independente do ato antagônico à reprodução das relações sociais de produção como um todo, de um indivíduo isolado (ao qual Lukács denomina de “atitude quixotesca”), permanece no socialismo. A diferença reside na capacidade de dominá-la a partir de relações de produção (metabolismo do intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza) suportadas por produtores autônomos associados. O que não ocorre no capitalismo, em que o homem é tiranizado pela produção e pelo consumo, ou seja, no socialismo, a produção está a serviço dos homens e não o inverso.

¹²⁹ Segundo Lukács (2012), formulação distinta da socialista utópica, como a de Fourier, que não compactuava com a preponderância da economia no movimento da sociedade.

A partir do pilar conformado pelas distintas possibilidades existentes na práxis social, percebe-se na obra lukacsiana uma completa incompatibilidade com qualquer tese de fim da história, até mesmo com o socialismo. O surgimento da sociedade emancipada para Marx e Lukács caracterizaria o fim da pré-história humana, com a conseqüente passagem do reino da necessidade para o da liberdade, mas manter-se-ia sempre presente a categoria da alternativa e a sua imanente característica contraditória, inviabilizando um fim pré-concebido para a nossa jornada.

O que ocorrerá no socialismo é o fim da contradição entre os valores econômicos e os extraeconômicos, pois se as ações intencionais (pores teleológicos) são entranhadas por adjetivações que a suportam, nas sociedades de classe faz-se presente um antagonismo entre valores econômicos e os extraeconômicos. Isso porque a valoração que ampara as ações no contexto econômico dessa sociedade, tais como a competitividade e o individualismo¹³⁰, e que acabam por se espriar por todo o tecido social, não é adequada à explicitação das demais relações humanas, não resumidas ao metabolismo orgânico entre o homem e a natureza. Marx (2004), nos *Manuscritos* de 1844, já tinha identificado até mesmo a subordinação da relação entre o homem e a mulher aos valores de cunho econômico (valores possessivos, por exemplo), nessa conjuntura societal. Quanto ao socialismo, os valores que suportarão o desenvolvimento da economia não serão contrários ao incremento das demais interações entre os homens.

Realçamos, outrossim, que a lei do valor (vinculado ao tempo de trabalho socialmente necessário à produção do objeto) permanecerá presente no socialismo, sendo que neste, já que todos são produtores autônomos, trocar-se-ão tempos de trabalho de igual magnitude e, assim sendo, não haverá a possibilidade de apropriação de algo que transborde o esforço individual. Ademais, se no período de transição se garante a diferença de capacidades individuais, apesar da igualdade material, no contexto do socialismo avançado (comunismo), o “desenvolvimento de cada indivíduo torna-se condição indispensável ao desenvolvimento de todos” (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 421).

Lukács finaliza a parte dos fundamentos metodológicos marxianos deixando clara a inexistência de um modelo pronto, capaz de realizar a transição do capitalismo ao socialismo, a partir de um capitalismo de Estado. Sendo a ontologia fundamental ao renascimento do marxismo, como forma de se vencer os erros cometidos pelo stalinismo:

¹³⁰ Ambos frutos da propriedade privada dos meios de produção, o que desemboca em um uma sociedade reduzida a uma grande coleção de mercadorias e com distintos interesses de classe.

[...] com isso, por um lado, os princípios eram mecanicamente adaptados à necessidade do momento e, assim, deformados; por outro, apagou-se a importante diferença entre leis gerais e decisões concretas, válidas apenas uma vez, deixando lugar para um dogmatismo voluntarista-praticista. (LUKÁCS, 2012, p. 422).

5.4 A Ontologia do Ser Social – Parte II (as categorias garantidoras do protagonismo humano em seu “vir-a-ser”)

Utilizamos de Iasi (2013), recortado por uma fala de Paulo Netto (1981), para demonstrar como a parte final da ontologia retrata o ápice do pensamento lukacsiano, se transformando em meio capaz de adequar o “ser” ao “dever-ser”, objetivo perseguido por toda a sua vida:

[...] há uma linha teórica que marca coerentemente a trajetória intelectual de Lukács, desde uma “matriz original [...] que penetra todas as etapas de sua reflexão” e pode ser definida pela “apropriação da dinâmica histórico-social pelo homem enquanto ator social concreto”. Afirmamos aqui que a singularidade do pensamento de Lukács é, em grande medida, inexplicável sem esse compromisso ético/moral que o leva a viver em si mesmo o compromisso que espera de sua classe, de maneira trágica e, por vezes, por seu próprio sacrifício diante do “altar das ideias mais elevadas”, como de fato foi obrigado a fazer por mais de uma vez. (IASI, 2013, p. 106).

Prestamos um tributo ao autor, tentando, com todas as nossas deficiências, demonstrar por quais mediações, categorias e complexos os seres sociais constroem a sua própria história. Tais linhas resultam, em parte, das ideias presentes no curso ofertado por Sérgio Lessa, em 2006, para o programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Isso porque, a tradução e a publicação para o português da parte sistemática da principal obra lukacsiana remonta, conforme dito anteriormente, apenas ao final do ano de 2013, o que inviabilizaria uma leitura aprofundada a ponto de torná-la hegemônica nesse discorrer. Por fim, ressaltamos que, por vezes, a exposição se apartará da apreciação da educação física. Todavia, entender o movimento de produção e reprodução da humanidade é essencial à compreensão tanto do recorte, quanto da função social a ser desempenhada por aquela (um complexo social parcial que se move no interior de uma totalidade contraditória).

O filósofo húngaro caracterizou o universo como o ser em sua máxima totalidade. A compô-lo, três esferas ontológicas articuladas entre si, porém com processualidades distintas, a saber: a esfera inorgânica, a orgânica e a do ser social.

A esfera inorgânica, específica do reino mineral, tem por atributo a ausência de vida. Sua processualidade conforma-se em um constante movimento do “ser” em “ser-outro”. Por exemplo: a pedra se converte em terra, a força mecânica em calor, a montanha em vale.

A esfera orgânica, também conhecida como biológica, tem por suposto a recolocação de si própria. A semente de uma laranja, fruto da laranjeira, sempre originará outra laranjeira. A leoa, inexoravelmente, dará à luz a um leão¹³¹.

Já a terceira esfera, referente à do ser social, difere-se qualitativamente das anteriores. Esse complexo tem por apanágio a construção incessante do novo, tendo por base um atributo presente apenas neste ser: a consciência. Ademais, a processualidade humana, mediada pela consciência, exige um específico movimento de acumulação de conhecimentos, que torna possível a sua reprodução.

Ressalta-se, contudo, que as esferas em pauta, apesar de distintas, se encontram intrinsecamente articuladas. Não há vida sem processos físicos e químicos, assim como não há ser social sem o composto biológico¹³². Para comprovar tal afirmação, basta perceber como a história humana, preponderantemente, um construto social, tem por base corpos biológicos requerentes de repouso, alimentação, calefação etc., sendo a troca com a natureza condição indispensável à sua sobrevivência. Por isso, Marx (2002) sentenciou: “a natureza é o corpo inorgânico do homem” (p. 459).

Destarte, torna-se claro o caráter unitário do ser social, tributário tanto da esfera inorgânica quanto orgânica, porém qualitativamente distinto de ambas. Com essa compreensão, exclui-se a possibilidade de transposição das leis da natureza para a sociedade – seja pelo materialismo vulgar, seja pelo positivismo –, bem como a submissão daquela ao espírito. O ser social, assim, explicita-se a partir da práxis social vinculada ao ser natural, o que, por sua vez, permite o surgimento de complexos sociais cada vez mais extensivos (amplos) e intensivos (heterogêneos e intrinsecamente articulados).

O processo de transformação ocorrente entre as esferas é pautado tanto pela contraditoriedade, elemento ontológico formulado por Hegel (síntese como fruto da relação entre a tese e a antítese), quanto pelo momento predominante, ou seja, para que haja a

¹³¹ Tanto na esfera inorgânica, quanto na orgânica, em que pese a transformação do elemento, as legalidades naturais são mantidas. Nesse contexto, Lukács se diferencia de Engels no que tange à não aceitação da categoria da “negação” em tais esferas (cf. LESSA, 2012, p. 58).

¹³² “A gênese e o desenvolvimento das esferas ontológicas não rompem com a unitariedade originária do ser. Antes, pelo contrário, a reafirmam de modo mais rico e mediado, dotando-a de uma riqueza e articulação inexistentes antes do desenvolvimento das três esferas ontológicas” (LUKÁCS apud LESSA, 1997, p. 67).

transformação de uma esfera ontológica em outra distinta, um dos elementos constituintes do processo deve determinar o seu sentido e a sua direção, caso contrário o sistema se equilibraria, evitando o movimento histórico. Um exemplo da processualidade de tal transformação é a conversão da esfera inorgânica em orgânica no início da vida no planeta Terra, quando o “repor-o-mesmo” do processo biológico se sobrepôs ao “tornar-se outro” da esfera mineral (LESSA, 1997, p. 20).

Há, ainda, um terceiro elemento fundamental ao processo de transmutação entre as esferas: o salto ontológico. Segundo Lukács (1981):

[...] todo salto implica numa mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual, ao longo do tempo, da nova forma de ser. (LUKÁCS, 1981, p. 176).

Assim sendo, o salto retrata a negação (ruptura) da esfera ontológica anterior. Posteriormente, inicia-se um movimento longo e contraditório de construção de novas categorias, legalidades e relações, permitindo, como consequência, a explicitação categorial do novo ser. Cabe à ciência identificar como, onde e quando ocorrem os saltos ontológicos.

Nessa vereda, ao descrever a dinâmica do surgimento do ser social, Lukács salientou o caráter longo e contraditório do processo originário, composto por um salto ontológico vinculado ao trabalho. De mais a mais, ressaltou que, na explicitação categorial desse novo ser, surgem inúmeros conteúdos sociais, sempre mediados pela consciência. Finalizando a discussão referente ao salto ontológico originário do ser social, retratamos uma citação de Lessa (2012) descortinadora do caráter de “complexo de complexos”, já característico do novo “ser” no momento de sua irrupção:

O salto ontológico consubstancia uma ruptura ontológica com o já existente. Contudo, para que tal ruptura seja a gênese de uma nova esfera ontológica, é necessário que esse momento de negação seja de algum modo (variável, caso a caso) articulado com a afirmação das formas germinais das categorias essenciais ao novo ser que está surgindo. Já em seu primeiro momento, portanto, a nova esfera de ser é um complexo de complexos, que articula as determinações essenciais e germinais do novo ser com algumas das determinações e categorias das esferas ontológicas inferiores. (LESSA, 2012, p. 182).

Destarte, o ser social já “nasce” como um complexo composto pela capacidade de trabalhar, pela presença da linguagem e por se relacionar com o mundo sempre em grupo. Todavia, se isso é verdade, por que cabe ao trabalho, e não à linguagem, a designação de “momento predominante” desse novo “ser”? Porque naquele se consubstancia o inédito na história da humanidade, que acaba por se generalizar objetiva e subjetivamente, sendo o novo criado incessantemente pelo labor, a pedra angular de um complexo, só então atuante, capaz de espaiá-lo por todo o tecido social, a linguagem.

5.4.1 Trabalho

No intuito de analisar o complexo social parcial da educação física, ancorando-nos ao materialismo histórico dialético, especialmente a partir da ontologia de Lukács, há que se compreender o papel do trabalho na constituição do ser social. O trabalho¹³³, “elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza” (OFFE, GORZ, HABERMAS, MÉDA, RIFKIN apud ANTUNES, 2000), também compreendido como a ação intencional do homem sobre o meio ambiente com o desiderato de produzir e reproduzir materialmente a sua existência – “como formador de valores de uso [...] uma condição de existência do homem independentemente de todas as formas sociais, uma eterna necessidade natural” (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 359) –, difere-se, por completo, da ação animal, conforme compreensão do excerto seguinte elaborado por Engels:

A influência duradoura dos animais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui um fato acidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos traçados de antemão. (ENGELS, s/d, p. 276).

Segundo Lukács (1969):

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos,

¹³³ O trabalho é considerado o ato teleológico primário. Os atos teleológicos secundários, segundo Lukács, são aqueles em que o homem busca convencer outros indivíduos a agirem de acordo com determinada crença, visão de mundo, perspectiva de classe etc.

mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal. (LUKÁCS, 1969, p. 05).

As formulações da tradição crítica referentes ao trabalho, ao analisá-lo individualmente, partem de uma abstração, pois aquele não se resume a um ato singular, mas sim, a um processo coletivo, portanto, só existindo em sociedade¹³⁴. Feita essa ressalva, temos que, para Marx e, posteriormente, Lukács, o trabalho torna-se o momento predominante na constituição do ser social, tanto em função do seu caráter inalienável de mediador da relação entre o homem e a natureza, quanto por ser a única categoria no mundo dos homens a cumprir essa mediação¹³⁵. Conforme Tonet (2013):

Da natureza essencial do trabalho emerge, pois, o fato de que ele é a única categoria que tem por função social transformar a natureza para criar os bens materiais necessários à existência humana. Com isso, ele se constitui no fundamento ontológico do ser social. Além disso, por ser também uma necessidade insuprimível da vida humana, permanecerá sempre, em alguma forma concreta, como o fundamento de qualquer forma de sociabilidade. (TONET, 2013, p. 74).

Nessa toada, compreender a *generalização* inerente ao trabalho é indispensável à correta inteligência da categoria que “retira” o ser humano da esfera puramente biológica. Segundo Lukács, a categoria do trabalho é a protoforma (forma originária, primária) do agir humano. Ao realizá-lo, o ser social planeja, executa e usufrui do produto. Na fase de planejamento há uma *prévia ideação* (PI), em que as consequências das ações são antevistas na consciência. Confrontam-se o passado e o presente à realidade concreta e projetam-se os

¹³⁴ Desde a *Introdução de 1857*, Marx já tinha feito duras críticas à incapacidade dos economistas liberais de compreender tal assertiva. O método de análise tendo por suposto o ato singular apenas faz sentido quando utilizado para destrinchar as suas respectivas categorias constituintes.

¹³⁵ Frisa-se, novamente, que Habermans, autor pertencente à Escola de Frankfurt, em sua obra *Teoria do Agir Comunicativo* (1987), definiu a linguagem como o elemento fundante do ser social e não o trabalho, pois, segundo ele, este dependeria da linguagem para se fazer presente. Assim, os homens fariam história ao estabelecer consensos entre si, a partir da linguagem. Habermans ainda defende a superação da Razão Instrumental pela Razão Comunicativa, sendo o “mundo da vida” o espaço transcendental em que o falante e o ouvinte se encontrariam. Por fim, como tal mundo é transcendental, bastaria a si próprio – teoria que aproxima o autor do “Noumeno” kantiano.

resultados da intervenção¹³⁶ (futuro), por meio de uma pergunta e uma resposta, respectivamente.

[...] o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas. (LUKÁCS, 1969, p. 05).

Destarte, se no mundo biológico, o passado determina o presente a partir da inexorável relação “causa e efeito” (causalidade), no “mundo dos seres sociais”, entra em cena o futuro. O que a humanidade deseja para o “amanhã” passa a ser peça constituinte das transformações intencionais. Assim sendo, a predominância do “futuro” apenas faz sentido em nossa jornada, visto que, para os animais, a “hegemonia” dos instintos limita-os, preponderantemente, ao passado e ao presente.

Continuando a discussão referente às categorias componentes do trabalho, temos que: “ao ser levada à prática, a Prévia Ideação se materializa em um objeto. O processo que articula a conversão do idealizado em objeto – sempre com a transformação do real – é denominado por Lukács de *objetivação*” (LESSA, 1997, p. 25). É fundamental compreender, também, que o novo ente objetivado é essencialmente distinto do sujeito que o idealizou¹³⁷. Por fim, denomina-se *exteriorização* (*Entausserung*) o momento da objetivação no qual se consubstancia a distinção entre o objeto e a consciência (subjetiva)¹³⁸, bem como “a ação de retorno de todo ente objetivado sobre o seu criador (e por essa mediação, sobre a totalidade social) [...] a qual impulsiona a individuação (e, por meio dela, também a sociabilidade) a patamares genéricos” (LESSA, 2012, p. 121).

Dessa forma, a exteriorização já estava diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento do indivíduo que transformava a natureza nos primórdios da vida humana, garantindo o surgimento de novas habilidades e conhecimentos no âmbito subjetivo e

¹³⁶ Acentua-se que esse procedimento em nada se assemelha à concepção idealista da realidade proposta por Hegel na qual o pensamento precede o concreto, pois, a PI é consequência da materialidade vinculada à vivência do ser. Ademais, o processo em questão apenas se transforma em PI caso seja objetivado.

¹³⁷ Não há nesse processo uma identidade entre o sujeito e o objeto tal qual o proposto por Hegel.

¹³⁸ Há uma discussão na academia sobre a melhor tradução para os termos *Entausserung* e *Entfremdung* (LUKÁCS, 1981). Os sentidos de tais palavras nessa dissertação serão, respectivamente, exteriorização (momento em que se cristaliza a distinção entre o sujeito e o objeto) e alienação (estado que impede a explicitação categorial do ser social).

objetivo. Ao construir o inédito, submetia-se o planejado à realidade, ao fazê-lo, confirmavam-se certos conhecimentos e descartavam-se outros. Ao cabo de tal dinâmica, surgiam outras carências que impulsionavam o indivíduo e sua respectiva formação social a novos atos teleológicos. Assim sendo, o fluxo objetivação/exteriorização consubstanciava de forma ininterrupta inauditos indivíduos e formações sociais.

Assim, tanto a PI quanto a objetivação vinculam intrinsecamente o indivíduo ao gênero. A pergunta e a resposta a um determinado problema, previamente idealizadas, são elaboradas tendo como base o patamar de desenvolvimento sócio histórico alcançado pela sociedade a que pertence o indivíduo. Por exemplo: uma pessoa vivente no século XXI, em uma sociedade de acentuado desenvolvimento das forças produtivas¹³⁹, provavelmente utilizará a Internet (construto social) para ampliar a capacidade produtiva do meio de produção ao qual se vincula. Tal instrumento, com certeza, não fazia parte das possibilidades de respostas a um desafio de incremento produtivo de um contemporâneo do século XVI. De mais a mais, ao objetivar/exteriorizar um novo ente, o indivíduo se liga ao gênero, pois sua criação desencadeia uma série de nexos causais na realidade. A Internet (criação de cientistas estadunidenses, vinculada à corrida armamentista decorrente da Guerra Fria), por exemplo, interfere diretamente no modo de viver dos indivíduos pertencentes às classes abastadas das sociedades desenvolvidas e emergentes do século corrente. Dessa forma, tanto os conhecimentos quanto as consequências se espraiam, de acordo com a complexidade do ato, por todo o tecido social.

“O impulso à generalização inerente ao trabalho (tanto à generalização na subjetividade, como à generalização por todo o ser social dos resultados objetivos da práxis) funda o traço mais característico da história humana: o devir-humano¹⁴⁰” (LESSA, 1997, p. 64). Ademais, essa generalização atrela o desenvolvimento das formações sociais (resultado dialético do trabalho) à complexificação das individualidades, ou seja, quanto mais incrementadas as formações sociais, mais complexos e heterogêneos são os indivíduos¹⁴¹ que a compõem e mais abstratas são as suas consciências.

¹³⁹ Conceito de Forças Produtivas: “Os homens necessitam, portanto, atender as suas próprias necessidades. Para a consecução disso, colocam em funcionamento instrumentos e a si próprios (suas forças físicas e intelectuais), a fim de transformar a natureza (ou seja, pelo trabalho)” (HÚNGARO, 2008, p. 59).

¹⁴⁰ Esse traço é tão característico que o desenvolvimento humano, na perspectiva lukacsiana, é chamado de “generalidade humana”, em contraposição à universalidade inorgânica e orgânica.

¹⁴¹ As sociedades primitivas eram compostas por indivíduos com comportamentos homogêneos, ao passo que as mais desenvolvidas se conformam a partir de individualidades com atitudes heterogêneas.

Realizamos uma breve pausa na discussão referente ao trabalho para expor que, *mutatis mutandis*, a sua composição (prévia-ideação, objetivação e exteriorização) se assemelha à das demais práxis sociais, entre as quais, as que compõem a cultura corporal. Sejam as destinadas ao intercâmbio com a natureza, sejam os movimentos que bastam a si próprios, como o jogo, a dança, a luta etc., o processo se assemelha.

Retornando às formulações vinculadas à generalidade humana, afirmamos que essa possui uma qualidade distinta da inorgânica e orgânica, por não se resumir ao desenvolvimento de sua base biológica (o *homo sapiens sapiens*, existente há milhares de anos), mas sim, à sua evolução social, derivada da capacidade de trabalhar.

Tal mudança qualitativa ocorreu, como dito anteriormente, a partir de um salto ontológico, provavelmente sucedido tendo por base animais que viviam no continente hoje denominado África. Naquele momento, o ser social já surgiu como um “complexo de complexos”, visto que três categorias se faziam presentes: o trabalho, as relações sociais (os *homo sapiens sapiens* viviam em grupos) e a linguagem – indispensável ao trabalho, que exige, para tomada de decisão, conceitos e valores referentes ao real, mesmo que, inicialmente, ainda germinais, além de permitir a generalização dos novos conhecimentos pelo coletivo.

Desde então, mediados por uma consciência ainda pouco abstrata, os indivíduos que trabalhavam no intuito de suprir as necessidades que ameaçavam as suas existências passaram a criar constantemente o inaudito¹⁴² e, com ele, inéditas possibilidades e necessidades. Ao modificar a realidade objetiva, como em todo ato teleológico, os agentes escolhiam uma alternativa entre uma gama de opções. Convertendo a ideia em objeto, a partir do processo denominado por Lukács de objetivação, criava-se um ente inédito. Este, quando inserido na realidade, transformava o contexto do coletivo social que ali se desenvolvia, tornando as necessidades e possibilidades genéricas.

Nesse caminho, e aprofundando a discussão referente à inalienável relação entre o homem e a natureza, analisaremos um complexo primordial ao vir-a-ser do mundo dos homens: o processo valorativo. Assim, ao se defrontarem com uma nova constituição histórica, coube aos indivíduos escolher o melhor caminho a ser seguido, entre as distintas

Lukács denomina esse movimento de complexificação das sociedades e dos indivíduos de: “Identidade da Identidade” para a “Identidade da não-Identidade”.

¹⁴² Como comprovação, os sítios arqueológicos que retratam aquele contexto apresentam uma crescente quantidade de instrumentos e elementos culturais atrelados aos respectivos esqueletos coetâneos.

possibilidades objetivas. Para tanto, cabia-lhes realizar escolhas. No intuito de fazê-las, os agentes conceituavam e valoravam o real e as suas distintas opções. Todavia, se a valoração natural era um processo simples (exemplo: qual a melhor madeira para se construir um cabo de machado?), a atrelada às relações sociais se complexificou de forma considerável. Esse movimento de valoração do real, incluindo o resultado da práxis, é o elemento embrionário de complexos que, a partir de diversas mediações históricas e como fruto do desenvolvimento das formações sociais, se tornarão essenciais às decisões humanas, tais como o direito, a moral, a tradição, entre outros. Nesse percurso encontraremos também as valorações vinculadas aos elementos da cultura corporal.

Lukács (1969) assim caracteriza o movimento de surgimento do valor:

O conhecimento em geral distingue bastante nitidamente entre o ser-em-si, objetivamente existente, dos objetos, por um lado, e, por outro, o ser-para-nós, meramente pensado, que tais objetos adquirem no processo cognoscitivo. No trabalho, ao contrário, o ser-para-nós do produto torna-se uma propriedade objetiva realmente existente: e trata-se precisamente daquela propriedade em virtude da qual o produto, se posto e realizado corretamente, pode desempenhar suas funções sociais. Assim, portanto, o produto do trabalho tem um valor (no caso de fracasso, é carente de valor, é um desvalor). Apenas a objetivação real do ser-para-nós faz com que possam realmente nascer valores. E o fato de que os valores nos níveis mais altos da sociedade assumam formas mais espirituais, esse fato não elimina o significado básico dessa gênese ontológica. (LUKÁCS, 1969, p. 08).

Perscrutando os elementos constituintes da previa ideação perceberemos que a sua consecução exige um conhecimento, se não completo, pelo menos considerável, do lócus de sua ação. Essa compreensão do real, mesmo que ainda rudimentar no contexto histórico do comunismo primitivo, é a raiz do complexo científico (responsável pela análise dos eventos naturais) e da filosofia (vinculada aos sociais), ou seja, um conhecimento do mundo que tende ao objeto “em-si”, ao ser-precisamente-assim existente¹⁴³, e não à centralidade do sujeito conhecedor. Destarte, essa apreensão deve ser desantropomorfizada, sem a interferência dos afetos, crenças e instintos do agente. Esse impulso ao conhecimento de forma desantropomorfizado, Lukács denominou de *intention recta*.

¹⁴³ Há que se identificar, também, que uma parte da objetividade não foi construída pelos homens, contudo, outra se caracteriza por ser fruto da história da humanidade, especialmente as transformações materiais, as relações sociais e os complexos ideológicos (sendo tais objetivações tributárias da forma como os indivíduos compreendem o mundo em um determinado momento, fruto do contexto histórico em que se inserem).

Segundo a exposição de Lessa (2006), o mundo dos homens é, em larga medida, ideia objetivada. Conformando o espírito dos seres sociais, temos a arte, a ciência, a filosofia, a ideologia, os complexos valorativos, entre outros. Todos diferenciados entre si pela função social que desempenham em cada momento histórico, bem como por seus conteúdos.

A função social da arte, por exemplo, é permitir a catarse estética¹⁴⁴, provocando no indivíduo o seu reencontro com o que a humanidade é a partir do ponto de vista afetivo, em um determinado período da história. A catarse, igualmente, possui o condão de transformar a própria forma como a subjetividade “afetada” entende o mundo.

Antes de iniciarmos um périplo pela história da humanidade, façamos um pequeno resumo a respeito do trabalho: para Marx e Lukács, trata-se da categoria fundante do mundo dos homens por ser a única capaz de permitir a direta relação entre estes e a natureza, além de ser o lócus da criação do novo, tanto do ponto de vista subjetivo quanto objetivo. Nessa dinâmica, a humanidade é remetida para além. Assim sendo, da troca homem/natureza surgem mediações sociais que não mais se restringem diretamente a esse metabolismo, tais como a cultura corporal e a educação física.

Para apreendermos o movimento de surgimento do trabalho e, conseqüentemente, do ser social, antes temos que desvendar o salto ontológico que originou o complexo orgânico a partir do inorgânico. Para tanto, há que se perceber que o processo de desenvolvimento da vida na terra apresentou momentos de advento do novo, sendo este, resultado tanto da evolução anterior, quanto de sua ruptura. Além disso, se é verdade que os organismos são compostos por reações químicas e processos físicos, também é fato que não se resumem a ambos, afinal, a totalidade é sempre mais do que a soma das partes, possuindo qualidades que os elementos analisados individualmente não detêm. Portanto, no que tange ao aparecimento do complexo orgânico, a interação entre determinadas reações químicas e processos físicos, fruto do acaso, bem como dos nexos causais existentes em um determinado período da história, possibilitou a eclosão da vida, ou seja, organismos que reproduziam a si próprios, diferentemente da esfera inorgânica, caracterizada pela “tornar-se outro”.

Quanto à manifestação do ser social, essa ocorreu a partir de um salto ontológico tendo como base o orgânico, especialmente o animal *homo sapiens sapiens*. Sob tal pilar biológico, e milhares de anos após o seu surgimento, irrompeu o ser social, possuidor de determinadas características físicas que o permitiam interagir com a natureza de forma

¹⁴⁴ A catarse pode dar-se, também, na relação com a natureza. Exemplo: ao se apreciar uma paisagem.

intencional¹⁴⁵. Percebe-se, dessa forma, que não foi o aparecimento daquele animal que imediatamente possibilitou a construção do complexo social, mas sim o seu desenvolvimento lento e contraditório. Em um determinado momento histórico (conjugação entre tempo e matéria) os seres passaram a adotar alguns comportamentos específicos, tais como: desenvolver relações sociais entre si, trabalhar, além de utilizar o complexo da linguagem, sendo que a ampliação da rede intensiva e extensiva das relações sociais acabou por construir uma nova essência. Surgiram, com o tempo, personalidades sociais não mais restritas às suas respectivas singularidades biológicas, bem como formações sociais não subsumidas à soma dos indivíduos.

Assim, o trabalho remete para além de si próprio por produzir objetiva e subjetivamente um novo contexto histórico. Ao passo que cria novas necessidades, a generalização do conhecimento oriundo daquele possibilita o surgimento de meios para supri-las. Esses são os complexos sociais parciais, tais como a ciência, a religião, a filosofia, a linguagem, a educação física, entre outros. Esses complexos, por sua vez, passam a interferir, também, na forma como os homens se organizam para produzir materialmente sua própria existência. Todo o processo por meio do qual o trabalho remete a humanidade para níveis mais complexos de formações sociais caracteriza a “reprodução social” (conjunto de complexos mediados pelo trabalho que garantem o movimento da totalidade).

Amparados por Lessa (2006), aproveitamos a oportunidade para realizar um breve debate sobre o conhecimento, fundamental ao trabalho. Existem na realidade distintas epistemes, visto que os objetos analisados também o são. Todavia, um impulso é indispensável à práxis correta: a *intention recta* – como já descrito anteriormente, um ímpeto à correta compreensão do mundo, independente dos sentimentos, emoções e valores humanos,

¹⁴⁵ Os sítios arqueológicos demonstram uma similitude entre o padrão ósseo e as características das ferramentas produzidas pelos *homo sapiens sapiens* até, aproximadamente, 35 mil anos a.C. Desse período em diante, mantém-se o padrão ósseo, mas o número de ferramentas passa por sucessivas transformações. Essa constatação demonstrou que a relação daquele animal com a natureza tinha mudado. A criação periódica do inédito era um indício fortíssimo do surgimento da consciência. Ressaltamos, a título de curiosidade, que, recentemente, se descobriu um ser social com uma base biológica distinta da presente no *homo sapiens sapiens*. Nas Filipinas, especialmente na Ilha das Flores, se encontrou uma evolução do *homo erectus* com características de ser social, desaparecido na última glaciação, portanto, contemporâneo ao *homo sapiens sapiens*. Destarte, a humanidade já foi composta por duas espécies, os *homo floresenses* e os *homo sapiens sapiens*, o que comprova o incorreção da tese de que o ser social é fruto, especificamente, de sua base biológica. Por fim, salientamos a existência de uma corrente de antropólogos que julga ser a presença de cultura a característica básica do ser social; outra, entretanto, de viés marxista, considera o trabalho como elemento fundante dessa esfera.

um entendimento centrado no objeto existente fora da consciência, o “em-si”. Dessa forma, o processo de conhecer diz respeito à relação entre o objeto (mundo) e o sujeito pesquisador, ambos jamais idênticos. Na perspectiva marxiana, o entendimento é uma dinâmica de sucessivas aproximações entre a consciência e o real, um constante processo de saturação das determinações constituintes do objeto.

Nessa relação, por diversas vezes, o desconhecido indizível se faz presente no “mundo dos homens”. Para desvelá-lo, o processo de analogia torna-se fundamental. Por este, Marx (1982) propõe a constatação dos elementos processuais mais simples pertencentes ao objeto analisado. Isso feito, propugna o seu retorno à totalidade – inicialmente um todo caótico –, mediando-os. Por essa dinâmica, o singular indizível torna-se a totalidade nomeada, o concreto pensado. Ressaltamos, entretanto, que, mesmo nesse momento, a essência do objeto analisado, especialmente se for um fenômeno social (sempre em movimento), não é desvelada por completo, apenas se amplia a sua compreensão, em função do acréscimo de determinações ao inicialmente inaudito.

Além disso, para Hegel, o abstrato era carente de determinações e o concreto, pleno. Marx o recupera ao definir o elemento simples como abstrato por ser carente de determinações. Todavia, ao se realizar a síntese mediada, chega-se ao universal concreto, à totalidade ampliada em seus elementos constituintes. Esse caminho (todo caótico → elementos simples → universal concreto) é exigido à consciência humana em função do próprio caráter do mundo pesquisado, pois todo objeto é síntese da relação entre o universal e o singular, bem como da essência e do fenômeno. O universal concreto, portanto, é o reflexo¹⁴⁶ na consciência do objeto analisado¹⁴⁷, agora uma totalidade.

No contexto da educação física brasileira recortada como prática pedagógica, por exemplo, para se constatar o impacto de uma aula, são necessárias: (i) as detecções dos seus elementos constituintes, (ii) a reconstrução do movimento que os constituiu, ao se captar a sua origem e desenvolvimento, (iii) a mediação capaz de reedificá-los até o reencontro com a “totalidade da aula”, e, por fim, (iv) relacioná-la aos elementos universais daquele cenário histórico.

¹⁴⁶ A categoria do reflexo, por priorizar o objeto, é negada por toda a Filosofia Burguesa, especialmente a idealista. Quanto ao campo marxista, por inúmeras vezes aquela foi apropriada de forma mecânica, o que até certo ponto obnubilou a importância do sujeito que conhece.

¹⁴⁷ Perceba-se nessa análise a clara diferença entre a relação sujeito-objeto marxiana-lukacsiana e a proposta por Kant, segundo a qual: a razão humana tem dentro de si os conceitos a priori de espaço e tempo, sendo a realidade uma imagem do real criada pela consciência.

Nesse percurso, constatamos que o reflexo é uma atividade cônica, especialmente vinculada à ciência e à filosofia. Ademais, à medida que a humanidade evolui, o próprio reflexo se torna objeto de análise, a partir do complexo da metodologia. Essa distância entre o sujeito e o objeto, a ponto de surgir uma área destinada à sua análise, é um apanágio exclusivo dos seres sociais. Como, nos animais, as ações têm por momento predominante o instinto, inviabiliza-se essa reflexão. Por fim, sublinhamos que, como a existência determina a consciência (o que os homens pensam a respeito de si e do mundo, em larga medida, se vincula a como vivem) e como a objetividade é uma totalidade composta por elementos universais (síntese de singularidades) e singulares (partícipes de universais), submetida à relação fenômeno e essência, a forma necessária à sua compreensão se aproxima da dinâmica pelo intelectual alemão proposta.

5.4.2 Reprodução Social

Na medida em que o trabalho remete sempre para além de si próprio e que, ao transformar a natureza, o real externo e as individualidades são modificados, temos que: constituem a reprodução do mundo dos homens dois polos processuais distintos, porém intrinsecamente articulados: a individuação e o desenvolvimento da totalidade social. Ambos conformam a história humana, cabendo ao pesquisador da reprodução social compreendê-los em sua articulação diferenciada. Tem-se por constatação, conforme o detectado pelo materialismo, que o momento predominante em tal relação se encontra no desenvolvimento da totalidade social.

A individualidade já aparece como uma categoria do ser natural, assim como o gênero. Esses dois polos do ser orgânico podem se elevar a pessoa humana e o gênero humano no ser social tão-somente de modo simultâneo, tão-somente no processo que torna a sociedade cada vez mais social. [...] Tarefa de uma ontologia materialista tornada histórica é, ao contrário, descobrir a gênese, o crescimento, as contradições no interior do desenvolvimento unitário; é mostrar que o homem, como simultaneamente produtor e produto da sociedade, realiza-se em seu ser-homem algo mais elevado que ser simplesmente exemplar de um gênero abstrato [...]. (LUKÁCS, 1969, p. 16).

Essa reprodução articula o trabalho com o desenvolvimento das totalidades sociais e dos indivíduos. Três nexos associam o desenvolvimento da totalidade social à síntese dos atos teleológicos primários. O primeiro diz respeito à característica de generalização do trabalho,

pois todo ato singular desencadeia nexos causais na totalidade social. O segundo refere-se à tensão presente nos conflitos sociais, típica da contradição entre os interesses particulares e os interesses genéricos. Em uma sociedade de classes, os conflitos são equacionados por meio de decisões políticas que têm por suposto essa contradição. Assim sendo, por meio desse processo, tal contradição eleva em escala social a consciência do ser genérico dos homens. Quanto ao terceiro nexo, este diz respeito aos complexos sociais parciais, mediações que explicitam as necessidades sócio genéricas, plasmando-as. Ao se constituírem em formas sociais como o Direito, a Tradição, a Ética, a Religião, entre outros, tornam-se operantes no cotidiano da sociedade, permitindo ao homem optar de forma consciente entre interesses particulares e universais. Ressalva-se que, entre os complexos citados anteriormente, apenas a Ética possui a característica de superação da contradição entre o indivíduo e o gênero humano (descortinaremos essa afirmação no item específico referente à ética). Os demais atuam no interior dessa contradição, sem, contudo, superá-la.

A conexão entre o **trabalho** e a constituição das **individualidades** se assemelha ao da totalidade social. A primeira junção diz respeito à característica de generalização típica do trabalho, a qual impulsiona o desenvolvimento das formações sociais. Tais formações, por sua vez, necessitam, para sua reprodução, de individualidades cada vez mais complexas e mediadas. O segundo diz respeito à contraditoriedade presente em todo ato individual. A cada decisão (práxis social), o homem realiza a escolha entre adotar um caminho que beneficie a si próprio (elemento particular) ou efetivar atos favoráveis ao gênero humano (elementos genéricos). Esse fluxo permite a elevação à consciência da contradição entre indivíduo e gênero presente na práxis, o que, por sua vez, facilita a compreensão por parte do ser humano do seu caráter genérico (individualidade social¹⁴⁸). O terceiro nexo – tal qual a processualidade de síntese das totalidades sociais – refere-se aos complexos sociais parciais. Estes hipotecam aos indivíduos assumirem como suas as necessidades sócio-genéricas, acarretando a percepção do seu caráter social. Todos esses movimentos nos transformam em um gênero não mais “mudo”, que se reconhece no seu “vir-a-ser”, além de planejar, a partir do seu desejo para o “futuro”.

Nesse decurso de desvelamento do real, alcançar a dinâmica de constituição do “mundo globalizado” hoje existente nos auxiliará a detectar as forças que suportam o aparecimento dos complexos sociais parciais, tais como a educação física. Assim, nos

¹⁴⁸ Essa compreensão por parte da individualidade, na perspectiva lukacsiana, pode ser retratada como o indivíduo que alcançou o seu “ser-para-si”.

próximos parágrafos, nos deteremos em uma breve síntese desse processo. Salientando, todavia, que, por não se tratar especificamente de um estudo historiográfico, o faremos sem grandes aprofundamentos.

As sociedades primitivas eram compostas inicialmente por pequenos bandos de indivíduos coletores. Uma relação ainda rudimentar entre o homem e a natureza caracterizava o período. O trabalho era pouco produtivo o que exigia longas jornadas. As funções sociais eram homogêneas, inexistindo, portanto, classes, sendo a distinção fruto, apenas, da composição biológica. Os indivíduos viviam em média 20 anos, e a colaboração era a chave para a sobrevivência. Nesse contexto, a vida dependia em larga medida da natureza, restringindo o poder dos homens de fazerem a sua própria história. Como consequência do limitado conhecimento sobre o real, os fenômenos naturais eram explicados a partir de uma concepção animística, segundo a qual as almas presentes nos objetos naturais direcionavam os processos. Percebe-se, desse modo, como uma determinada modalidade de trabalho (extremamente rudimentar) coloca determinações essenciais à formação social, bem como à concepção de mundo hegemônica.

Milhares de anos após, em função da ampliação do conhecimento sobre o mundo, assim como do desenvolvimento de novas habilidades, os grupos sociais passaram a aproveitar as sementes dos vegetais, originando, dessa forma, novas funções sociais, tais como as destinadas ao plantar, ao cultivar e ao coletar. Ademais, as tribos passaram a fazer rotas nômades fixas (de acordo com o clima), além de criar locais de armazenamento das ferramentas. Nesse período, novas técnicas de caça foram elaboradas. Todas essas dinâmicas ampliaram a produção. Os indivíduos passaram a viver mais, e o novo surgia de forma mais frequente, exigindo o incremento dos complexos de transmissão de conhecimento. Com a revolução neolítica, finalmente irrompeu o trabalho excedente, ou seja, produzia-se mais do que o necessário para o indivíduo produtor, não obstante, quando se levava em consideração a tribo como um todo, a carência ainda se fazia presente, pois doentes, mulheres grávidas, crianças e idosos não podiam trabalhar.

Dessa dinâmica, nasceu um problema que acompanha a humanidade até os dias atuais: como distribuir o excedente produzido? Nas sociedades em que a condição de existência de cada indivíduo dependia de todos os demais, a repartição era a mais equitativa possível, entretanto, esse processo fazia com que a formação social iniciasse todos os anos sem reservas.

Além disso, em determinados locais coexistiam tribos de agricultores e tribos de caçadores. Estas, por possuírem armas, passaram a saquear os paíóis daquelas. Com o tempo,

ao invés de destruírem a aldeia e roubarem os produtos, apenas se apropriavam de parte da produção, voltando posteriormente para se apossarem da nova produção. Por fim, as tribos de caçadores passaram a invadir as aldeias de coletores, se apoderar do produzido, além de assassinar os membros não produtivos e escravizar os que podiam trabalhar, transformando a terra em propriedade privada. Entravam na história, dessa forma, novas relações sociais de produção: as escravistas.

A escravização permitiu aos proprietários manterem vivos apenas os membros produtivos, se apropriarem do trabalho excedente (evitando a redistribuição com os familiares daqueles), além de pouparem alimento, pois os escravos não precisavam ser bem alimentados, visto que, ao morrerem, eram automaticamente substituídos por outros. Destarte, o resultado do trabalho excedente podia ser reinvestido no desenvolvimento das forças produtivas – criando um ciclo de crescimento à custa de vidas humanas –, empregando-o, por exemplo, em material de guerra, o que, por sua vez, amplificava a conquista de escravos, aumentando o excedente retroalimentando o exército, que conquistava mais escravos e assim por diante. Desse modo, com o passar do tempo, a sociedade igualitária foi substituída pela escravista. As totalidades sociais classistas, nesses termos, entraram na história da humanidade por permitirem o desenvolvimento das forças produtivas em um momento em que coexistiam trabalho excedente e carência. Disso conclui-se que a eclosão da exploração do homem pelo homem foi resultado de uma condição histórica, pois em contextos carentes, torna-se difícil a distribuição igualitária do produzido. Marx e Engels detectaram essa característica da seguinte forma na célebre *A Ideologia Alemã*:

Por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (que já implica que a existência empírica real dos homens se desenrole no plano da história mundial e não no plano da vida local) é uma condição prévia absolutamente indispensável [à construção da sociedade de produtores autônomos associados], pois sem ele, a penúria se generalizaria, e, com a necessidade, também a luta pelo necessário recomeçaria, e se cairia fatalmente na mesma imundície anterior. (MARX; ENGELS, 2007, p. 31).

Com o ingresso da humanidade na sociedade de classes inicia-se a conformação da essência do homem atual: egoísta, competitiva e individualista. Não em função de uma suposta característica natural, mas como consequência de um determinado desenvolvimento histórico.

Naquela conjuntura, o trabalho escravo tornou-se o padrão de intercâmbio entre o homem e a natureza, sendo uma particularidade do trabalho universal, conseqüentemente,

com a mesma estrutura descrita anteriormente: teleologia, objetivação (que origina novas necessidades e possibilidades objetivas), exteriorização (novas possibilidades e necessidades subjetivas), desencadeando um inédito momento histórico, que, por sua vez, exigia outras categorias alternativas por parte dos homens. Com a complexificação das objetivações, fizeram-se necessários complexos valorativos capazes de auxiliar os processos de tomada de decisão, bem como complexos sociais que garantissem a supressão de necessidades não mais vinculadas ao trabalho. É nesse movimento que surge uma cultura corporal, inicialmente atrelada às atividades produtivas, e, com o tempo, e a consequente ampliação da sociabilidade, delas desvinculada.

Nesse afluxo, tornaram-se imperativas tanto a *intention recta*, bem como a estética, complexo capaz de expressar as necessidades afetivas que eclodem no “vir-a-ser”. Por fim, salientamos que, nas circunstâncias coetâneas ao escravismo, a ação intencional sobre a natureza, no intuito de produzir meios de produção e de subsistência, se submetia aos interesses privados de ampliação da riqueza dos proprietários de escravos (essa lógica se faz presente em todas as formações sociais classistas), e não, necessariamente, à supressão das necessidades do coletivo.

Sob tais circunstâncias, os escravos realizavam o trabalho manual incorporando na teleologia possibilidades e necessidades que diziam respeito às exigências dos seus senhores. No entanto, para que o processo produtivo ocorresse de forma satisfatória, exigia-se da classe exploradora uma atividade de controle (trabalho intelectual) que definisse onde e como produzir. Cindia-se, daquele momento em diante, os trabalhos intelectual e manual. Focalizamos, também, como forma de evitar um possível erro de interpretação, que a cisão não diz respeito à teleologia e à objetivação, pois todo trabalho manual possui uma teleologia, mas sim à distinção entre uma função social responsável pela definição do conteúdo e da forma da produção, e outra executora do trabalho manual. Assim sendo, não se cancela a consciência do trabalhador, contudo o poder da força o obriga a atuar de acordo com os interesses da classe hegemônica no poder¹⁴⁹. Ademais, como forma de dar legitimidade à exploração, surgiu, naquele contexto histórico, um arcabouço jurídico-institucional que a

¹⁴⁹ Sublinhamos que, mesmo na esfera do trabalho manual, são criadas novas possibilidades e necessidades objetivas e subjetivas. Ademais, no âmbito do trabalho intelectual, a estrutura formal também se assemelha ao processo descrito anteriormente, pois serão necessárias teleologias, objetivações e exteriorizações que garantam o desenrolar da produção tal qual o planejado (indivíduos que compõem os complexos sociais parciais administrativos, do uso da força – exército –, entre outros).

amparava (o irromper do complexo jurídico remonta ao tempo vinculado ao aparecimento das formações sociais divididas em classes).

A separação da totalidade social em diferentes classes sociais transformou por completo as relações. No interior da classe dominante, por exemplo, havia uma separação entre o homem, portador da propriedade privada, e a mulher, cuja função primordial era procriar. Percebe-se, dessa forma, a instalação de uma relação de poder vinculada à hegemonia da propriedade privada. Tal processo conformou o comportamento dos gêneros até o final do século XX (a própria educação física brasileira manteve essa configuração da conduta esperada pelos gêneros até os estertores do último século), cabendo ao gênero feminino ser dócil e submisso e ao masculino coube a inteligência, a resolução e a realização do trabalho.

A separação das formações sociais em escravos e seus respectivos proprietários exigia, igualmente, a conformação de outro complexo de controle: o exército, capaz de impor, pela força, a execução do trabalho pelos homens sem liberdade. Assim sendo, entra em cena a categoria do salário, concebido como a forma de remuneração do grupo capaz de manter a ordem e, assim, o poder da classe hegemônica. Portanto, como forma de distribuição do excedente produzido pela classe explorada, uma quota parte era apropriada pela classe exploradora, outra repassada aos funcionários que preservavam a estabilidade e uma terceira reinvestida nas forças produtivas.

De mais a mais, conforme o constatado pelo materialismo histórico, essa organização societal gerou consequências na forma como os homens compreendiam o real. Já que, na Antiguidade, os seres sociais podiam ser senhores de escravo ou escravos – esses últimos considerados instrumentos de trabalho ou, na pena de Aristóteles, “instrumento que fala” –, uma característica comum à sociedade escravista, bem como a todas as demais, era a de limitar a essência humana às peculiaridades de seu tempo, consideradas, portanto, imutáveis. Assim sendo, ser homem desenvolvido, naquele contexto, era ser “senhor de escravo”. Premidos pelas circunstâncias, os seres humanos consideravam essa forma societal a forma natural e eterna de sua existência. Nesses termos, não era antiético possuir homens sem liberdade, pois aos escravos não se concedia o *status* de ser humano. Nesses termos, não havia um clamor dos pensadores daquele tempo pela liberdade dos escravos; nem mesmo Sócrates e Aristóteles se opuseram a tal situação (qualquer similitude com a ausência de questionamentos à propriedade privada dos meios de produção, ao trabalho assalariado e à divisão sociotécnica recrudescida dos dias que correm não é mera consciência, afinal, a existência determina a consciência!).

O motivo do debacle dos impérios escravistas variou de acordo com a ambiência histórica. Contudo, no que diz respeito à hegemonia daquele que antecedeu o modo de produção servil, o romano, se vincula, entre outros fatores, à ampliação do aparelho de controle necessário à manutenção da produção a partir da força. Afinal, a maneira de reagir à exploração, do ponto de vista do escravo, era trabalhar de forma ineficiente. Em contrapartida, restava aos exploradores constituir um corpo de controle capaz de impor um modelo de trabalho capaz de ser profícuo, bem como de evitar rebeliões. Todavia, em uma perspectiva de longo prazo, a riqueza produzida pelos escravos se tornou insuficiente à locupletação dos exploradores, assim como à manutenção do aparelho coercitivo, acarretando o não pagamento do exército de mercenários, que, por sua vez, se recusava a guerrear. A sua derrocada tornou-se inevitável a partir das invasões de diversos povos bárbaros (na perspectiva dos romanos), tais como os magiares, os godos, os ostrogodos, entre outros.

Dessa forma, em grande parte da Europa, o poder do Estado Romano desapareceu, fazendo com que as comunidades se organizassem em pequenas regiões protegidas, produzindo em seu interior o imperativo à sobrevivência. Premidos pelo real, surgiu uma forma de trabalho semelhante à dos meeiros atuais, o servil. O servo produzia em uma determinada parte de terra denominada feudo, se apropriava de uma quota parte pequena da produção e destinava a maior fração ao “dono” daquela, o senhor feudal. Inicia-se, dessa forma, o feudalismo.

A decadência do Império Romano se estendeu do século II a.C. ao século VII d.C. Foram, aproximadamente, mil anos de crise estrutural. Por conseguinte, já no âmbito do servilismo, a vida cotidiana caracterizava-se por profundas agruras e sofrimento. Para o indivíduo daquele período, a única certeza que se tinha era o constante incremento das dificuldades. Como corolário, inicia-se uma concepção de mundo fatalista, moldada às circunstâncias vigentes: o homem, por ser pecador, sofrerá pelo período em que viver, enquanto ao mundo caminha rumo ao apocalipse. Entre este e a gênese, o que resta aos seres sociais é o padecimento.

Não obstante, com o tempo, o feudalismo acabou por estabilizar-se, gerando um aumento na produtividade. Um dos motivos dessa dinâmica vinculava-se ao afínco produtivo dos servos (quando comparados aos escravos), visto que parte da produção e dos instrumentos eram de sua propriedade. As pessoas passaram a viver por mais tempo. Assim, em certo momento, houve um excesso de mão-de-obra nos feudos, sendo a solução encontrada pelos senhores feudais no intuito de ampliar a acumulação, expulsar os servos não tementes a Deus. Tais excomungados que viviam fora dos feudos, como forma de subsistência e em busca de

lucro, iniciaram a venda e a compra de produtos. Conformava-se a protoforma de uma relação social pautada pela hegemonia do valor de troca sobre o valor de uso, bem como da classe social posteriormente denominada burguesia¹⁵⁰.

O princípio da constituição do mercado mundial remonta aos séculos XV e XVI, com o movimento, por exemplo, de expansão marítima dos países ibéricos. Todavia, é nos séculos XVII e XVIII que se inicia uma veloz dinâmica de universalização das relações sociais de produção ancoradas na propriedade privada do meio de produção e no trabalho assalariado, acelerada a partir da revolução industrial inglesa (precipitada em 1760), da revolução francesa (1789) e da americana (1775). Daquele momento em diante, os homens passaram a relacionar-se com a natureza, bem como entre si, de uma forma distinta, acarretando, em longo prazo, uma nova sociabilidade: a capitalista.

Submetidos às circunstâncias objetivas e, especialmente, a partir da Primavera dos Povos¹⁵¹, os filósofos burgueses passaram a propugnar, como já relatamos neste texto, a existência de uma essência humana natural, a de proprietário privado, na qual a sociedade é o local da concorrência, exigindo, para tanto, um Estado mediador das relações. A mesquinha e a competitividade estariam em nosso “código genético”. Mais uma vez resta claro a precedência da existência sobre a consciência, pois, sob o pilar de uma determinada formação social e de suas respectivas relações de produção, constitui-se uma específica concepção de mundo que tende, por sua vez, a generalizar uma situação particular em elemento universal. Essa narrativa única – a essência humana como algo a-histórico, não construto humano, segundo a qual cabe aos atos individuais apenas explicitá-la, desembocando em uma história concebida como a realização de uma essência predefinida – se desenrola até as formulações marxianas.

O filósofo alemão, não obstante, inverte a equação: o ser humano é o conjunto de suas relações sociais, ancoradas nas ações intencionais dos indivíduos. Dessa forma, homem e história podem ser moldados historicamente. O céu torna-se o limite do “devenir humano”! Tais

¹⁵⁰ Sem dúvida, este não foi o único elemento fundamental à constituição da classe burguesa, contudo, o objetivo desta parte da dissertação é o de delimitar de forma inicial o processo que culminou no aparecimento da sociedade moderna. Para mais informações, sugerimos *História da Riqueza do Homem* de Huberman (1982).

¹⁵¹ Como já especificado anteriormente, tratou-se de um conjunto de revoltas ocorrido primordialmente na Europa e nas Américas que teve no proletariado o protagonismo. Conforme Hobsbawm, “os radicais tinham confessadamente uma solução simples: uma república democrática unitária e centralizada da Alemanha, Itália, Hungria ou qualquer que fosse o país, constituída de acordo com os princípios da Revolução Francesa sobre as ruínas de todos os reis e príncipes” (2010, p. 36).

como Goethe (apud TERTULIAN, 2013), ambos, Marx e Lukács, consideravam a trilha do finito (práxis social), o afluyente que desemboca no infinito (sociedade da liberdade): “se você quer colocar os pés no infinito, percorra o finito em todos os sentidos” (p. 53).

Finalizando o périplo que descreve a influência do material sobre a consciência e retornando ao vínculo inquebrantável e não identitário entre sociedade e indivíduo, Lukács (2013) nos expõe que sociabilidades crescentemente complexas exigem indivíduos compatíveis com essa tendência, até porque tais formações são fruto de suas ações intencionais. Dessa forma, a categoria da reprodução social nos auxilia a entender o vínculo entre o singular e o universal, o indivíduo e a totalidade social, ambos sendo polos atrelados e inseparáveis na consubstanciação do movimento histórico.

Destarte, não há personalidades sociais fora da sociedade; da mesma forma, não há sociedade sem ações intencionais subjetivas. De mais a mais, a totalidade social é incapaz de dissolver as singularidades, ou seja, homogeneizando-as por completo, em que pese ser o momento predominante na conformação dos indivíduos. Como consequência, constatamos que o surgimento das tendências históricas universais se ancora na síntese dos atos intencionais concretos. Dessa forma, sem o agir humano, não há reprodução social nem mesmo tendências históricas universais.

Quanto à cultura corporal, não há como dissociar a sua construção no âmbito individual desatrelada do desenrolar da totalidade. Como não detectarmos esse movimento, por exemplo, ao compararmos a competitividade exacerbada nos campos de futebol amador espalhados pelo país ou nas quadras das escolas, com o “espírito” que rege o futebol “mercadoria” profissional? Assim sendo, as práxis sociais referentes às atividades físicas (com as alterações necessárias, semelhantes ao processo de trabalho, pois possuem prévia ideação, objetivação e exteriorização) apenas ganham sentido no interior de uma determinada sociedade, sendo permeadas por significados construídos pela respectiva totalidade de indivíduos.

Levando-se em consideração a intencionalidade (por teleológico¹⁵²), sublinhamos que a temos, na categoria da reprodução social, apenas no polo dos indivíduos, pois os movimentos históricos que deles se originam são puramente causais, ou seja, a síntese converte os atos teleológicos dos indivíduos em tendências mais amplas (as ações intencionais subjetivas inserem nexos causais na realidade, gerando, portanto, novas

¹⁵² Teleologia: origem grega (“*Telos*” = finalidade).

consequências que podem consubstanciar uma determinada direção histórica). Sob tal perspectiva, a história não pode ser compreendida como a realização de uma finalidade posta desde o início, mas sim como originária da causalidade (relação entre nexos de “causa e efeito”), à qual os atos humanos também fazem parte, acrescida do acaso.

Os atos humanos transformam a realidade e se desenvolvem no interior de um conjunto de relações sociais detentoras de possibilidades e necessidades objetivas, alterando-as quando concluídos. Esse processo, com as devidas mudanças, subsumi tanto as ações singulares quanto as das classes sociais, das formações sociais e do gênero como um todo. Assim sendo, objetivar é inserir na realidade que existe fora da consciência (ser-precisamente-assim-existente) uma nova relação social ou um novo objeto, alterando os nexos causais atuais. Tendo consciência desse processo, constata-se na história da humanidade, um sentido: o desenvolvimento das forças produtivas afasta as barreiras naturais¹⁵³ e, como consequência, permitiria – conjugamos o verbo no futuro do pretérito, pois as condições para diminuição do tempo destinado ao trabalho estão dadas, todavia, as relações sociais de produção capitalistas impedem a hegemonia da liberdade – aos homens dedicar menos tempo à esfera da necessidade, além de originar relações sociais crescentemente genéricas, bem como indivíduos que se constituem como personalidades sociais e não singularidades biológicas. Contudo, tal dinâmica não possui um final pré-definido, cabendo à humanidade construir diariamente o seu futuro.

A impossibilidade de se prever por completo as consequências de uma práxis – visto que todo ato singular é, em parte, uma salto no desconhecido –, bem como de antever a ação do acaso tornam impeditiva a definição do resultado final da jornada humana na Terra¹⁵⁴. A história, portanto, como dito anteriormente, se caracteriza como uma relação entre causalidade e casualidade (acaso). Se assim não o fosse, não haveria a necessidade de se agir intencionalmente sobre o meio, pois o resultado já estaria definido *a priori*.

¹⁵³ Acentua-se que essa tendência pode ser revertida em decorrência, por exemplo, de um grande desastre natural.

¹⁵⁴ Por vezes, grandes autores materialistas históricos, tais como Engels, em sua obra *A Dialética da Natureza*, cometeram certos deslizes teleológicos ao analisar a tendência histórica de afastamento das barreiras naturais, considerando o comunismo o caminho inexorável do vir-a-ser humano. No caso de Engels, tal concepção, segundo Lessa (2006), é fruto da ausência de uma apropriação da dialética hegeliana.

5.4.3 Ideologia

A dinâmica processual da generalidade humana garante à ideologia, por ser indispensável à práxis, um papel preponderante na reprodução social. Os seres sociais em sua existência coletiva tendem a pensar o mundo de forma semelhante em decorrência de um específico contexto histórico. Como resultado, as objetivações teleológicas são penetradas por determinações que perpassam todo o tecido social. Como se avalia o passado, o que se espera do futuro, quais são os complexos valorativos predominantes, tornam-se, mediados pela ideologia, presentes na ação.

Por exemplo, à época do trabalho primitivo, a única generalização possível aos homens era a concepção animista. Para tais agentes, o fazer história era fruto das almas presentes na natureza. Independentemente da correção da generalização, ao fazê-lo, os protagonistas tornavam a práxis operativa, automatizando certos procedimentos, o que permitiu, com o passar do tempo, o desenvolvimento das forças produtivas e de todos os demais complexos a elas articulados.

Para Lukács¹⁵⁵, segundo Lessa (2006), a ideologia refere-se tanto à concepção de mundo “ampla”, vinculada a uma determinada época, bem como “restrita”, referente à percepção das distintas classes sociais¹⁵⁶ no que diz respeito ao contexto histórico em que se inserem. À época do escravismo, v.g., apesar de ambos os grupos se relacionarem com o elemento fundante, o trabalho escravo, de forma distinta – visto que, para um coletivo dos senhores de escravos, tal sociedade era perfeita, e para o outro, dos escravos, fonte de sofrimento¹⁵⁷ –, não se concebia, independentemente do grupo social, um mundo distinto daquele.

¹⁵⁵ Não há consenso entre os intelectuais críticos quanto à correta compreensão da categoria “ideologia” constatada pelo filósofo húngaro, a partir de Marx. Lembrando que, em *A Ideologia Alemã*, Marx (1999) a define como um conjunto de valores e conceitos elaborados pelos homens, os quais, por sua vez, não reconhecem os determinantes materiais das respectivas ideias, o que acaba por impedir a compreensão correta do real.

¹⁵⁶ Além disso, o que determina, segundo Lukács (2013), a característica ampla ou restrita de uma ideia é a função social desempenhada no processo de reprodução social, não sendo, portanto, apenas resultado do conteúdo gnosiológico da ideia.

¹⁵⁷ Acentua-se, igualmente, que, nem sempre a concepção de mundo da classe dominada foi revolucionária. Apenas com o desenvolvimento das forças produtivas e a respectiva compreensão por parte da humanidade de sua capacidade de fazer a história foi que a ideologia da classe explorada tornou-se revolucionária, ou seja, à época da burguesia ascendente.

Nesse cenário, pode-se definir a ideologia como um conjunto de ideias e valores que tornam operativas as práxis sociais, individual ou coletiva, de tal forma que se permita a reprodução da sociedade em um determinado contexto, levando-se em consideração as possibilidades e necessidades do grupo como um todo – no comunismo primitivo – ou dos exploradores – nas formações sociais classistas. De mais a mais, com o desenvolvimento das totalidades, a reprodução social se tornou mais complexa e contraditória, permitindo a irrupção de novos complexos sociais (estado, política, filosofia, educação física, entre outros), capazes de realizar a mediação dessa dinâmica, bem como de suprir as novas necessidades que surgiram no “vir-a-ser” humano. A própria ideologia, com tal incremento, passou a se diferir, em função dos diferentes estamentos e classes, em ampla ou restrita.

Dessa forma, um papel essencial da ideologia passou a ser o de ampliar a consciência dos homens no que diz respeito aos conflitos sociais:

Digna de nota, para nós, é aqui a manifestação de uma nova forma de posição teleológica; ou seja, aqui não se trata de elaborar um fragmento da natureza de acordo com finalidades humanas, mas ao contrário um homem (ou vários) é induzido a realizar algumas posições teleológicas segundo um modo pré-determinado. [...] Com a diferenciação social de nível superior, com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se a base espiritual estruturante do que o marxismo chama de ideologia. [...] a ideologia produz as formas através das quais os homens tornam-se conscientes desses conflitos e neles se inserem mediante a luta. (LUKÁCS, 1969, p. 11).

Uma boa fonte de pesquisa no âmbito da cultura corporal como conteúdo da prática pedagógica, é pesquisar o papel da ideologia na forma como os seus intelectuais concebem o objeto, bem como a função social a ser desempenhada pelo complexo. Há indícios fortíssimos de sua presença tanto no papel exercido pela área ao longo da história brasileira, quanto nas concepções que infirmaram o projeto de ruptura desenvolvido ao longo dos últimos 20 anos do século XX.

No decorrer da exploração da categoria em questão, temos que explicitar a diferença entre a ideologia e a ciência: se aquela diz respeito a um conjunto de ideias que torna operativa a práxis social, além de ser utilizada nos conflitos sociais por moldar uma determinada visão de mundo, esta se caracteriza pela tentativa de explicar o real a partir do ser-precisamente-assim existente, conformando e complexificando o impulso que Lukács (2012 e 2013) denominou de *intention recta*. Entretanto, uma ideia científica pode, dependendo do momento, e em função de sua utilização social, tornar-se uma ideologia ampla ou restrita, ou seja, ser simultaneamente ideologia e ciência. Destarte, na perspectiva

lukacsiana, não é o conteúdo gnosiológico o determinante na especificação do caráter de uma idealização, mas sim a função social que desempenha em um determinado contexto. Tenta explicar o real centrando-se no objeto e/ou ideia utilizada nos conflitos presentes na dinâmica social.

Apesar do analisado acima, a concepção de mundo burguesa possui uma peculiaridade: como o capitalismo penetrou em todo o tecido social, a percepção do real tornou-se mais homogênea. Construiu-se a ideia de uma suposta liberdade, seja para vender a força de trabalho, seja para ser proprietário dos meios de produção. Premidos pelo real, tanto o proletariado, quanto o capitalista compreendem o mundo como uma coleção de mercadorias. Aquele encara-se como uma mercadoria desvalorizada, este tem na propriedade do “empreendimento” a expressão do seu poder vital. Desse modo, ambos buscam aumentar o valor de suas respectivas mercadorias, seja a partir do salário, seja do lucro. Como consequência, até mesmo a classe proletária não ambiciona a supressão do trabalho assalariado, ao se construir uma sociedade emancipada, de produtores autônomos associados¹⁵⁸, mas sim a valorização da sua própria mercadoria, refletida em um contracheque recheado¹⁵⁹. Marx e Engels (2007) assim retrataram essa constatação:

Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob a forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

Nesse ambiente, os indivíduos se relacionam com o próximo e com o mundo de acordo com a mercadoria que detém. A “vontade” da mercadoria torna-se a “vontade” do proprietário. Sob tais imposições, a ideologia restrita da classe explorada deve ser profundamente científica caso deseje desvendar a essência por trás da aparência. A sua concepção de mundo necessita ser, no intuito de revolucionar o real, completamente distinta da concepção vinculada à classe exploradora, bem como incorporar um *quantum* de ciência

¹⁵⁸ Termo utilizado por Meszáros (filósofo magiar) em sua obra *A Educação para além do Capital* (2008).

¹⁵⁹ Mesmo os desempregados se convertem em guardiões de sua mercadoria, em que pese a ausência de atividade (possui uma identidade vinculada à inutilidade), o que o caracteriza como uma mercadoria de “prateleira” (reserva de mercado). Além disso, do ponto de vista objetivo, a mão-de-obra excedente é vital ao capitalismo, pois acaba barateando a mão-de-obra empregada, tornando-se instrumento de barganha por parte do capital, tanto na negociação salarial, quanto nas condições de trabalho.

(natural e social) compatível com o hercúleo projeto de construção de uma sociedade emancipada¹⁶⁰. Nessa vereda, as formulações marxianas possibilitam o surgimento de uma ontologia antípoda à da concepção burguesa, sendo, portanto, concomitantemente, em função de sua incumbência social, tanto ideologia, quanto ciência. Por fim, destacamos que a complexidade das mediações manipulatórias atuais impede que a visão de mundo da classe explorada seja apenas uma variação da burguesa, pois o capitalismo, sob as suas regras, produzirá apenas mais capitalismo.

Ao realizar uma revisão do exposto até o momento, temos que: o trabalho é a categoria fundante da humanidade por fazer a mediação entre o homem e a natureza, sendo o único complexo que executa tal função. Ademais, remete o homem para além, criando o novo, bem como inéditas possibilidades e necessidades subjetivas e objetivas, originando uma reprodução social composta por um polo da individuação e um polo do desenvolvimento das forças produtivas e da totalidade social. Entre esses polos há uma articulação que não pode ser rompida, pois não existe sociedade sem indivíduos, nem indivíduos fora da sociedade, o que não significa, contudo, uma existência identitária entre sujeito e objeto, teleologia e causalidade, indivíduo e totalidade social. Realça-se, também, que a totalidade social é uma categoria ontológica, e não uma criação intelectual, sendo a síntese de todos os atos dos indivíduos concretos em contextos específicos. Por fim, temos que a substância social se expressa na qualidade das totalidades sociais em cada momento histórico – escravista, feudalista, capitalista, socialista, entre outros –, assim como na qualidade dos seus respectivos indivíduos típicos.

Além do mais, o processo de reprodução social origina uma série de complexos que não mais se restringem à troca orgânica entre homem e natureza. No âmbito das sociedades de classes surgidas após o comunismo primitivo, a concentração de renda permitiu o investimento nas forças produtivas, complexificando-as a tal ponto que novos complexos sociais foram necessários, tais como o Direito e a Administração, por exemplo. Todavia, com a abundância advinda da Revolução Industrial, essa conformação social se transformou em empecilho à emancipação humana e ao próprio desenvolvimento dessas forças produtivas, pois encaminha o sistema à superprodução e às crises estruturais. Se do ponto de vista da

¹⁶⁰ A ideologia, no âmbito de uma sociedade de produtores autônomos associados, existirá sob a perspectiva de uma concepção de mundo vinculada a um determinado contexto histórico (tempo e espaço), e não sob a perspectiva da luta de classe. Isso porque, não haverá uma divisão da sociedade nesses moldes.

humanidade o excesso produtivo é um ganho, no âmbito das relações sociais de produção burguesas, torna-se um problema, inviabilizando o acesso de todos às objetivações do gênero (tais como a ciência, a filosofia, a estética, os produtos do trabalho ou até mesmo uma práxis social como a educação física), pois tal possibilidade, na sociedade das mercadorias, reduz-se, hegemonicamente, àqueles que podem comprá-la.

Por conseguinte, como o surgimento do trabalho excedente foi o móvel da transição do comunismo primitivo à sociedade de classes, o aparecimento da abundância transforma-se no suporte necessário à construção da sociedade emancipada de produtores autônomos associados, capazes de submeter a necessidade (tempo destinado ao trabalho) à liberdade (período vinculado ao tempo de não trabalho, ao tempo livre). Assim, objetivamente, vivemos os estertores das formações sociais classistas em função do surgimento da categoria “abundância”, bem como da contradição presente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção atualmente existentes¹⁶¹ – lembrando, entretanto, que tal momento pode persistir por décadas ou até mesmo séculos – e que a oposição ao socialismo, nas atuais circunstâncias, é a barbárie.

A assimilação da constituição dos indivíduos atrelada às suas respectivas formações sociais, no movimento da categoria da reprodução social (mediação do trabalho com os demais complexos sociais parciais em um determinado momento do “vir-a-ser” humano), parte da seguinte constatação: em que pese não podermos prescindir da satisfação das necessidades biológicas, ser humano transcende o biológico. O que nos torna seres sociais, personalidades sociais, é o desenvolvimento do trabalho, bem como dos conceitos, afetos, vontades e desejos eclodidos a partir da interação com a totalidade. A substância individual, destarte, é a qualidade média das relações sociais que os indivíduos desenvolvem com o mundo, especialmente com a particularidade em que se inserem.

Dessa forma, a individuação no comunismo primitivo vinculava-se às características biológicas – homem ou mulher, forte ou fraco – bem como às funções desempenhadas, tais como: caçar, construir ferramentas, entre outras. Naquele momento de desenvolvimento inicial das forças produtivas, os sujeitos eram incapazes de se perceber na qualidade de

¹⁶¹ A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção consubstancia um momento de transição, potencialmente revolucionário. Por exemplo: a reprodução do capital, hodierno, ocorre a partir da “produção destrutiva” (MESZÁROS,1996), seja do meio ambiente ou do próprio homem. Para realizar tal constatação, basta analisar como as sociedades europeias, no intuito de se “modernizarem” – na perspectiva do capital, lógico! – retiram grande parte dos direitos sociais e trabalhistas consubstanciados à época do Estado do bem-estar social erguido no pós II Guerra Mundial.

demiurgos de sua própria história. Como consequência, em tais circunstâncias, encontravam-se vitalmente atrelados à comunidade. Não havia indivíduos se não em seu interior, visto que as respectivas necessidades só podiam ser atendidas coletivamente¹⁶². Assim sendo, não existia, ainda, espaço para o individualismo¹⁶³.

Já à época do escravismo, especialmente na Grécia Antiga, constata-se uma evolução quando comparada ao comunismo primitivo, no que diz respeito, especialmente, à capacidade dos homens de se perceberem como construtores de seu próprio futuro. Em Atenas (escravocrata), por exemplo, os homens livres, donos de escravos, não os detinham em larga escala, bem como não possuíam riqueza suficiente à contratação de mercenários que compusessem o seu exército. Nesse cenário, e atrelado à necessidade de expandir a riqueza a partir o comércio (na Grécia não havia agricultura em função da topografia), exigia-se uma proteção dos produtos, o que tornou a ampliação do exército fundamental. Nesses termos, em um determinado momento da história grega, os cidadãos (homens livres) tiveram que ir à guerra, originando algo incomum: a ampliação da propriedade privada dependia da solidariedade entre os aristocratas. Segundo Lessa (2006), o florescimento cultural dessa formação social retrata, até certo ponto, um momento em que “ética”¹⁶⁴ e propriedade privada, fugazmente, se tornaram compatíveis. A busca do bem comum e o respeito à localidade de origem vinculavam-se inexoravelmente à possibilidade de reprodução societal.

Ademais, essa forma de reprodução permitiu aos gregos asseverarem, até certo ponto, a capacidade dos homens de construir o seu caminho, visto que a sobrevivência do grupo dependia da solidariedade no campo de batalha. Os deuses iniciavam o processo, cabendo aos homens dar-lhe prosseguimento. Surgiram, assim, indivíduos cada vez mais complexos, especialmente quando comparados à época do comunismo primitivo (Exemplo: diálogos platônicos, a história de Édipo etc.).

Na fase de transição do feudalismo ao capitalismo, especialmente nos séculos XVI e XVII, concomitante ao movimento denominado Renascimento, acelerou-se o processo de individuação sob as bases do individualismo, fruto de uma riqueza móvel que desatrelava, em

¹⁶² Inexistia uma separação entre o indivíduo e a sociedade, as próprias pinturas rupestres, por exemplo, deixavam clara a similitude entre os indivíduos constituintes das formações.

¹⁶³ Ressaltamos, como forma de evitar possíveis equívocos interpretativos, a diferença existente entre o indivíduo e a sua individualidade (ineliminável da história humana), e o individualismo (complexo de valores e relações sociais que surge da posse privada da propriedade).

¹⁶⁴ Em que pese a excrescência do ponto de vista valorativo da submissão de vidas humanas às vontades de seus senhores, o termo “ética” que aqui se emprega parte do suposto de que, para os gregos, os escravos não eram considerados homens.

certa medida, o indivíduo de sua localidade – nesse modo de produção, há a possibilidade de o sujeito ser extremamente rico, mesmo em um local carente. Aparentemente, o indivíduo passou a não depender de sua respectiva totalidade social, sendo a sociedade a soma, e, não a síntese, de indivíduos. Subjetividades mesquinhas e concorrenciais conformavam sociedades semelhantes. Nesses termos, restava ao Estado, e ao contrato social que espelha, (formulação presente em pensadores como Rousseau e Hobbes), impedir que o homem se transformasse no “lobo de si próprio”.

Em tal conjuntura, o destino individual se vincularia à respectiva astúcia, inteligência e sorte. Além disso, a suposta separação entre os dois polos ocorre sob a forma alienada de um mundo resumido a uma grande coleção de produtos mediados pelo mercado, desembocando em seres sociais (resumidos a guardiões de suas respectivas mercadorias) que consideram seus interesses superiores aos da totalidade. A ideia da felicidade como algo a ser conquistado pela subjetividade surgiu nesse contexto. Além disso, levando em consideração, segundo Lukács (2012 e 2013), que o mundo dos homens é “um complexo de complexos” em que o momento predominante tende a ser a produção material da vida social, o próprio complexo artístico reflete, até certo ponto, essa nova situação da percepção do individual – decorrente, entre outros fatores, da acumulação de uma riqueza privada móvel –, em obras como *Romeu e Julieta*, de Shakespeare. Todo esse processo permite à humanidade constatar o caráter bipolar da reprodução social, composta pela individuação e pela sociabilidade.

Entusiastas da nova ordem, tais como Hegel, não encontravam contradição entre os interesses individuais e coletivos, pois, segundo aquele, na medida em que cada um lutasse pelo próprio enriquecimento, a sociedade como um todo se tornaria mais próspera, em decorrência da síntese entre as relações desenvolvidas por subjetividades egoístas. O filósofo alemão estava convencido de que a liberdade, igualdade e fraternidade propostas pelos Iluministas ganhavam substância (objetividade) na Europa daquele contexto. Toda a trajetória da história processual (o passado é causa do presente, que, por sua vez, molda o futuro) desembocaria na sociedade burguesa. Destarte, substância e razão teriam se identificado. Chega-se ao axioma: ser humano é ser capitalista e burguês, não havendo outro caminho para humanidade.

A suposta harmonia da sociedade burguesa foi posta em cheque, posteriormente, por Marx. Por exemplo, em sua obra *Sobre a questão judaica* (1843) – portanto, já sob o impacto da constatação de que a igualdade prometida referia-se apenas ao âmbito formal, e a liberdade restringia-se à possibilidade de ser proprietário privado –, o intelectual notou a cisão presente no indivíduo que se desenvolve sob a égide das relações sociais de produção capitalista: parte

homem público, quando paga impostos, vota e participa das relações sociais coletivas de produção, e parte privado, por ser detentor de um destino distinto da totalidade social em que se insere e possuidor de interesses superiores aos desta¹⁶⁵.

Dessa discussão, depreendemos que o desenvolvimento das formações sociais, de forma desigual e contraditória, vincula-se ao incremento dos próprios indivíduos. Crescentemente esvanece-se a importância da singularidade biológica e se amplia o domínio da sociabilidade, por exemplo: o que determina a qualidade de vida no capitalismo não é a característica biológica, mas sim a classe social à qual o indivíduo pertence. Afastam-se as barreiras naturais, tanto no âmbito subjetivo quanto no objetivo, constituindo um movimento marcante da jornada humana na Terra.

5.4.4 Alienação

Da dinâmica social surge uma categoria fundamental à compreensão do processo: a alienação. Os atos cotidianos, amparados pela categoria da alternativa (sempre socialmente construída), podem produzir consequências não previstas inicialmente. Quando essas se tornam danosas ao indivíduo e à sociedade, se transformando em obstáculos à explicitação categorial do gênero humano, entra em cena a alienação. Tal categoria não é uma condição humana universal. Não obstante, mesmo a sociedade mais emancipada pode, em um determinado momento, a partir da objetivação dos seus indivíduos, originá-la.

Em um primeiro momento, no comunismo primitivo, a alienação aparecia na impossibilidade de os indivíduos se reconhecerem como protagonistas na construção de sua história. Essa incompreensão se esvai com o incremento das forças produtivas, entretanto, o surgimento da propriedade privada dos meios de produção explicita um segundo tipo de alienação, vinculada à exploração do homem pelo homem, e que não pode ser desconstruída pelo simples desenvolvimento daquelas. Sob esse específico momento alienante, constrói-se um amplo complexo, composto, por exemplo, pelo estado, pela política, pelas classes sociais, pela cisão do ser humano em cidadão e burguês, pela concepção atual das funções destinadas aos homens e às mulheres, pela cultura corporal mercantilizada, entre outros. Além disso, o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, ao qual Lukács denominou de

¹⁶⁵ Surge o cinismo burguês: “amigos, amigos, negócios a parte”.

manipulatório, intensificou o processo de alienação a tal magnitude, que o simples desenvolvimento das forças produtivas se torna incapaz de superá-la.

Como já explicamos antes, as teleologias objetivadas entram na história como nexos causais que, por sua vez, desencadeiam novas causas e novos efeitos, ou seja, inéditas consequências. À medida que tal processo se desenvolve, uma determinada objetivação inicialmente impulsionadora da emancipação humana pode, em um momento subsequente, transformar-se em empecilho ou obstáculo ao desenvolvimento da humanidade e/ou das forças produtivas (exemplo: capital). Como corolário, tais complexos impeditivos de uma correta compreensão do real passam a filtrar as finalidades dos pores teleológicos e suas respectivas objetivações. Nessa conjuntura, o objetivo último das ações intencionais deixa de ser o de ofertar respostas concretas aos problemas enfrentados pela humanidade e reduz-se à submissão às necessidades e possibilidades filtradas pela ideologia capaz de reproduzir a sociedade nos moldes do vigente à época das ações. Por consequência, o processo de objetivação passa a atender à necessidade imposta pelas relações sociais existentes e não às exigências capazes de garantir a explicitação categorial do gênero humano. Frisa-se, também, que, se nos modos de produção anteriores ao capitalismo, a alienação vinculada à exploração do homem pelo homem já se fazia presente, contemporaneamente, perpassa todos os poros da sociedade, intensificando-a de forma exponencial. Por fim, questionamos: até que ponto uma prática social com intenção pedagógica – que tenha como conteúdo a cultura corporal e que se furte à discussão referente à historicidade de seus elementos ou não auxilie a desvelar as alienações do “nosso tempo” – não se submete à dinâmica disposta neste parágrafo?

Como a essência do ser social em um determinado momento histórico atrela-se às ações cotidianas e partindo da constatação de uma sociedade que se pauta hegemonicamente pelo valor de troca, garantidor do acúmulo privado, a práxis social acaba por reduzir-se a essa dinâmica. Destarte, a necessidade e a vontade dos homens acabam por limitar-se à perspectiva de criação das melhores condições de valorização de sua mercadoria, visto que as suas objetivações/exteriorizações (frutos de teleologias) visam ao benefício próprio, o que, por sua vez, depende do valor de sua propriedade – seja a força de trabalho, no caso dos trabalhadores, seja o meio de produção ou “empreendimento”¹⁶⁶, no caso da classe burguesa.

¹⁶⁶ Ressaltamos pelas aspas o termo, em função da exaltação a ele realizada pela cultura do capitalismo tardio. Ser um “empreendedor”, ter o seu próprio negócio, se apropriar do tempo de trabalho de seus empregados, garantindo a “mais-valia”! Bem, essa última característica o sistema convenientemente omite. Frisamos, também, que o acúmulo de valor no desenrolar do sistema ocorre a partir da

Nessa conjuntura, os indivíduos procuram contextos que valorizem as suas respectivas, tornam-se seus guardiões. Como consequência, a própria essência humana acaba por restringir-se a tal comportamento. Repetimos: consequência! A mesquinharia, dessa forma, é resultado de uma formação social amparada no valor de troca, sintetizada em uma grande coleção de mercadorias, e não uma característica universal, a-histórica, presente eternamente no “mundo dos homens”, como nos querem fazer crer os apologistas diretos ou indiretos do capitalismo.

Além disso, o filtro da propriedade reduz a possibilidade de ação, constituindo, assim, mais uma categoria alienante: a reificação/coisificação (*res*: “coisa/essência”) dos homens. Os agentes do processo (os seres sociais) tornam-se passivos (instrumentos de acúmulo para outrem), e o resultado da ação humana (a mercadoria) toma a rédea da dinâmica. O homem torna-se coisa (reificação) e a coisa torna-se “senhor” (fetichismo da mercadoria). Sob tal jugo, mesmo os sentimentos e as aspirações mais complexas dos seres sociais são aceitas apenas se compatíveis com a característica de proprietário. Por fim, o indivíduo termina por resumir-se à profissão exercida (e a tudo aquilo que seu contracheque permite comprar), no que tange aos trabalhadores, e à propriedade do respectivo meio de produção e/ou “empreendimento”, no caso do burguês. Ambos têm no capital, o seu deus!

Finalizando essa ampla discussão, suportada, em grande parte, por Lessa (2006), realçamos que os complexos que sustentam o capitalismo, tais como a política e o Estado, estão em um crescente processo de desagregação, sendo capturados pelo capital, o que os distancia do interesse da imensa maioria da população constituída por trabalhadores assalariados e marginalizados. Diversos indícios, tais como a ampliação da contradição entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, denotam o esgotamento do sistema, presentes tanto na solidão dos indivíduos, quanto nas crises sistêmicas decorrentes da diminuição da taxa de lucro e a conseqüente busca pela especulação¹⁶⁷ e pela superexploração dos trabalhadores¹⁶⁸.

categoria da “mais valia”: por meio do tempo de trabalho não remunerado o capitalista se apropria de parte da produção do trabalhador assalariado, a quem Marx (1963) denominava de proletário. Este processo pode ocorrer a partir da ampliação da produtividade (Mais Valia Relativa) e/ou da jornada de trabalho (Mais Valia Absoluta).

¹⁶⁷ De mais a mais, a valorização do capital a partir da financeirização tem um limite, pois, não há, na mesma proporção, a contrapartida do crescimento do conteúdo material da riqueza social.

¹⁶⁸ Se tal característica no pós II Guerra Mundial se restringia aos países periféricos do capitalismo, atualmente se faz presente até mesmo nos países centrais, bastando, para constatá-la, apreender,

Assim sendo, segundo Lukács, para que se constitua uma sociedade emancipada, de produtores autônomos associados, os complexos valorativos móveis das objetivações e partícipes das teleologias não podem se submeter às necessidades e possibilidades do capital, mas sim às necessidades e possibilidades históricas do gênero humano. Para tanto, faz-se imperativa, por exemplo, uma formação omnilateral dos indivíduos, partindo-se da constatação de que o desenvolvimento de cada um é condição indispensável ao incremento de toda a sociedade, incluindo-se nesse movimento a educação dos sentidos e a construção de uma cultura corporal adequada àquela disposição.

Nesse contexto, não se cancela a diferença entre indivíduo e sociedade, mas sim, retira-se o filtro alienante das teleologias. Sublinha-se, por fim, que, mesmo na sociedade emancipada as alienações poderão se fazer presentes, contudo, com uma qualidade distinta, pois não estarão pautadas pela exploração do homem pelo homem. Dessa forma, para superá-las, não serão necessárias revoluções que desconstruam o poder de uma classe, mas apenas readequações de percurso. Superar-se-á a pré-história da humanidade!

5.2.5 Ética

Ao cabo do texto sobre alienação, Lukács (2013) iniciou, superficialmente, sua formulação sobre a ética, especificando que os valores em uma sociedade de produtores autônomos associados deverão representar as necessidades e as possibilidades autenticamente humanas¹⁶⁹ – transformadas de acordo com o momento histórico. Afinal, o “mundo dos homens” é um processo. Portanto, necessitarão ter por desiderato uma constante ampliação da liberdade!

Dessa forma, valores éticos e liberdade estão inexoravelmente vinculados, sendo aquela assim compreendida por Engels (apud LESSA, 1997):

A liberdade não consiste em sonhar a independência das leis da natureza, mas no conhecimento destas leis, e na possibilidade, ligada a este conhecimento, de fazê-las atuar segundo um fim determinado [...]. Liberdade do querer não significa outra coisa, portanto, senão a capacidade de poder

conforme já dissemos, o movimento de desconstrução dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores europeus iniciado com a crise estrutural de 2008.

¹⁶⁹ Portanto, incompatível com a apropriação do tempo de trabalho do homem pelo homem, como no capitalismo.

decidir com conhecimento de causa.¹⁷⁰ (ENGELS apud LESSA, 1997, p. 122).

Tendo por suposto os conceitos de liberdade e de valores éticos, concluímos que a educação física, no que diz respeito à prática pedagógica, será tanto mais libertária quanto mais facilitar a apreensão, por parte de seus alunos, do conhecimento acumulado pela humanidade até o século corrente¹⁷¹, especialmente no campo da cultura corporal. De posse de tal saber, os indivíduos poderão optar de forma consciente entre as alternativas presentes em cada ato teleológico, seja ele primário ou secundário. Contudo, apenas conhecimento de causa, a cada ato teleológico, não será suficiente para produção e reprodução de individualidades e totalidades sociais emancipadas. Para tanto, far-se-á necessário que o agente, nos atos alternativos concretos, opte conscientemente pelo caminho que beneficie o gênero humano, e não a si próprio. Ao complexo que ampara essa decisão consciente do indivíduo pelo gênero, ou seja, uma decisão generosa, Lukács (2013) denominou de valor ético. Ao expandir tais valores em escala social, inicia-se o processo de superação da sociedade das mercadorias e de todas as suas características deletérias. Ratificamos, contudo, sob pena de, em não fazendo, cairmos no idealismo, que a essas escolhas deve ser acrescentada, de forma dialética, a construção de relações sociais de produção horizontais, atreladas a produtores autônomos associados.

Destarte, configurar-se como alavanca do processo de expansão das alternativas generosas em escala social e de desvelamento das características da totalidade social vinculada à reprodução do capital, tendo por pilar a cultura corporal, talvez seja o principal papel a ser desempenhado por uma educação física revolucionária, que se aproprie da ontologia lukacsiana, ou seja, do legado materialista histórico e dialético renovado.

¹⁷⁰ A concepção de liberdade de Engels se assemelha à de Lukács. A única diferença reside em seu lócus: para Engels, só há liberdade no momento em que o homem trabalha, ao passo que, para Lukács, a liberdade se espraia por toda a práxis social. Enfatiza-se, contudo, que, para ambos, o ato alternativo concreto (escolha), com conhecimento de causa, é sempre vinculado ao real (objetivo).

¹⁷¹ Marx, nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* de 1843/1844, denomina de homem rico aquele que se apropriou das grandes objetivações humanas. Nesse contexto, cabe à educação, bem como à educação física, amparar o enriquecimento do aluno, permitindo-o apropriar-se das manifestações da cultura corporal, com todos os seus significados e determinações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partir da constatação de que a única ciência existente é a da história, em decorrência de uma dinâmica social que se desenrola sob a perspectiva de um “complexo de complexos”, qualquer tipo de aprofundamento em uma das áreas que a compõem requer, para além de suas categorias imanentes, a identificação da respectiva mediação que se impõe entre a história e a totalidade.

Por conseguinte, constatar a inexpugnável importância da categoria do **trabalho** no movimento do ser social, denominada por Lukács de “generalidade humana”, com as consequências indelévels na forma como os homens compreendem um determinado momento da história, torna-se indispensável.

Todavia, como já demonstrado nesta dissertação, o **trabalho** cria necessidades que não mais se restringem à troca orgânica entre o homem e a natureza, as quais, por sua vez, serão supridas por novos **complexos sociais parciais**, tais como a educação física e/ou cultura corporal. A mediação, sempre particular (restrita no tempo e no espaço), entre aquele e estes, configura as distintas e conjunturais totalidades sociais, sendo assim definidas: “o médium social concreto entre o trabalho e todos os complexos sociais parciais é a vida cotidiana, a qual nada mais é que a forma historicamente determinada, concreta, que a cada momento assume a totalidade social” (LESSA, 1997, p. 85).

Além disso, tais **totalidades** tornam-se o momento predominante no desenvolvimento dos **complexos sociais parciais**. Dessa forma, não conseguiremos entender as formulações inerentes à educação física brasileira, se não formos capazes de apreender o movimento da totalidade social tupiniquim, nos respectivos momentos de suas elaborações – relações essas, tão bem expressas por Castellani Filho (2011), Soares (2007), entre outros. Destarte, se no primeiro nível de predominância no desenvolvimento humano, temos o trabalho, é verdade também que:

[...] as **formas concretas** do devir-humano dos homens ao longo da história são **predominantemente** determinadas pela **totalidade social**, à medida que é ela a mediação cotidiana entre o momento predominante exercido pelo trabalho em cada momento histórico e a evolução concreta das formações sociais. (LESSA, 1997, p. 86, grifos nossos).

De mais a mais, as **diferentes formações** sociais possuem características **idiossincráticas** que se transformam em pedra angular do seu desenvolvimento. Destarte, “entre o desenvolvimento social global e a evolução da categoria trabalho enquanto tal há um

conjunto de mediações que compõem a totalidade social concretamente existente a cada momento histórico” (LESSA, 1997, p. 86), a esse **conjunto de mediações** que se **movimenta** de acordo com um determinado contexto, denominamos “**reprodução social**”. Temos, então, os seguintes momentos predominantes: da generalidade humana, o **trabalho**; dos complexos sociais parciais, a **totalidade social**; das distintas formações sociais, a **reprodução social**.

Essas teorias marxianas-lukacsianas nos auxiliam na cognição do desdobramento da humanidade. Contudo, como já explanamos antes, os distintos complexos, com o desenvolvimento da sociabilidade, ganham certa autonomia relativa, incrementando as categorias e legalidades que lhes são próprias. O desafio que nos impomos é o de sermos capazes, com o tempo, de identificar as particularidades da educação física brasileira, mediando-as com o todo. Tal processo, entretanto, demanda uma dinâmica de enriquecimento cultural pessoal que desborda o exíguo período destinado a um mestrado, tornando imperativo, portanto, anos de estudos vinculados às categorias peculiares à área.

Além disso, ratificamos que o aparato categorial materialista histórico e dialético já se mostrou extremamente profícuo à época do movimento renovador crítico. À vista disso, resgatá-lo pode ser essencial à reafirmação do projeto de ruptura com a educação física desprovida de um caráter emancipatório. Uma cultura corporal a serviço da explicitação categorial tanto do indivíduo, quanto da sociedade, talvez essa seja a função de um complexo engajado na luta pela construção de uma humanidade em que o aperfeiçoamento de cada um seja indispensável ao desenvolvimento de todos.

Isso porque, apesar da formação social burguesa ser a primeira formação humana puramente social, ou seja, aquela em que o local ocupado pelo indivíduo na sociedade é determinado pela dinâmica econômica e não mais pela família de nascimento, como ocorria na antiguidade e no modo de produção feudal¹⁷², as tendências que advém das relações sociais de produção nesse modo de organização são a da competição e o do individualismo exponenciais, conforme o exposto por Lessa (1997), no trecho a seguir:

[...] os indivíduos se constroem em permanente confronto com a estrutura social global e com os outros indivíduos, numa dinâmica de disputa pelas quais cada individualidade, ao se constituir de forma egoísta e competitiva,

¹⁷² Sublinhamos, contudo, que, apesar do seu caráter puramente social, por vezes, as relações econômicas vinculadas ao modo de produção do capital assumem a característica, na imediatez do cotidiano, de uma segunda natureza. Por exemplo, ao se nascer em uma família de trabalhadores assalariados, o indivíduo tende a ter que vender para sobreviver, pelo menos no início de sua vida produtiva, a sua força de trabalho.

constrói também uma sociedade desumana e concorrencial. Nessa forma de sociabilidade, cada indivíduo tem na sociedade e nos outros uma oportunidade ou um obstáculo para acumulação do capital, e não uma expressão da generalidade humana. Tem-se assim, o individualismo burguês de um lado e a sociedade civil burguesa de outro. (LESSA, 1997, p. 110).

Além do mais, a formação social que tem por prioridade a reprodução do capital, e não a reprodução individual/societal consciente de seu caráter genérico – ou seja, que tenha alcançado o seu “ser-para-si” – possui um elemento fundamental à intensificação da alienação: o trabalho assalariado (alienado ou abstrato¹⁷³). Assim, na sociedade da mercadoria, o elemento essencial à constituição do ser social torna-se, também, venal, portanto, fonte de “desrealização humana [...]. O trabalhador não mais possui os meios de produção (matéria-prima e objeto de trabalho) nem o produto do seu trabalho, ambos de propriedade do capitalista¹⁷⁴” (HÚNGARO, 2001, p. 203). Por não deter os meios e os produtos do seu trabalho, nem o projeto e a possibilidade de determinação do ritmo de trabalho, a função desenvolvida pelo produtor perde significado, sendo simplesmente uma forma de sobrevivência.

Em consequência dessas dinâmicas, como já destrinchamos anteriormente, surgem as categorias de Personificação das Coisas (Fetichismo da Mercadoria) e de Reificação das Relações Sociais de Produção, também deformadoras da essência humana. A primeira, reduz os seres sociais a guardiões de suas mercadorias, a segunda, restringe as possibilidades relacionais à posse do capital:

[...] o capital, que é uma produção do homem – uma relação social – propicia a possibilidade de subordinar o ser social, pois permite, a quem o possui, estabelecer relações sociais de exploração com trabalhadores. Assim, vemos uma coisa produzida socialmente pelo homem tomar forma autônoma e conduzir uma relação de coisificação de uma relação social entre as pessoas [...]. Ao processo em que as relações entre as pessoas transferem a uma coisa características sociais [...] Marx denominou Reificação das Relações de Produção. (HÚNGARO, 2008, p. 117).

¹⁷³ A denominação “trabalho abstrato”, como sinônimo de trabalho assalariado, compõe o acervo de categorias de Antunes utilizado em sua obra *Os sentidos do trabalho* (2000).

¹⁷⁴ Marx (1963) denominou de “Subsunção Formal” do trabalho ao capital o fato de o capitalista possuir tanto os meios como o produto do trabalho, e de “Subsunção Real”, a característica de o capital deter, em algumas situações, os meios, os produtos, bem como determinar o projeto e os processos de produção, ou seja, ao trabalhador não cabe nem mais ditar o ritmo de seu trabalho (exemplo: as metas de produtividade e a jornada de trabalho pré-estabelecida).

Essas são impostações de ordem ontológicas, percebidas no movimento do real das sociedades hegemônicas pelo “valor de troca”, não sendo passíveis de “reinterpretações” que desloquem o momento predominante do “em-si”, para o “sujeito que conhece”, desbordando para discursos que “des-referenciam” o real.

Ao desvelar a objetividade capitalista, automaticamente, a formulação se torna revolucionária, pois não há como transcender as alienações supracitadas no âmbito dessa sociedade, visto que são categorias que lhe são imanentes. Assim sendo, aliamos-nos a Húngaro (2008) nesse seguinte postulado: “a análise teórica só serve à revolução caso represente verdadeiramente a realidade. A pesquisa da verdade é, portanto, condição intelectual para servir à revolução” (p. 22).

A partir disso, impele-se à educação física, restrita às possibilidades que lhe são hipotecadas pela sua particularidade, envolver-se, pela cultura corporal, na construção da sociedade da liberdade. Não temos receio de propugnar essa assertiva em uma dissertação de mestrado, pois nos unimos à seguinte constatação de Paulo Netto (2011), referente às pesquisas vinculadas à reprodução social:

[...] significa que a relação sujeito/objeto no processo de conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – exclui qualquer pretensão de neutralidade, geralmente identificada com objetividade. (PAULO NETTO, 2011, p. 23).

Tornando-se, portanto, tanto mais eficaz à construção de uma sociedade emancipada, quanto mais saturar de determinações a área em questão, superando as aparências dos fenômenos, na esteira das formulações de Engels e Lukács (2013) – que se coadunam na perspectiva de que a liberdade está diretamente relacionada à decisão consciente, ou seja, a ação libertária advém da tomada de decisão concreta, entre alternativas distintas, vinculada à apreensão das leis tendenciais dos fenômenos submetidos à respectiva ação.

Associada às agruras materiais do capitalismo financeirizado, a manipulação das consciências, impeditiva do desdobramento de individualidades autênticas, suportado por uma formação unilateral, converte-se em pedra de toque do sistema. Nesses termos, torna-se imperativo embasar nossas atitudes, por exemplo, pelo compromisso de construir uma educação física brasileira capaz de instrumentalizar os alunos a buscarem uma vida amparada por valores genéricos (que beneficiem o gênero), bem como uma sociedade igualitária, nos

moldes do proposto por um dos principais formuladores do movimento renovador crítico, Medina (2010).

Nessa vereda, torna-se um alento à educação física progressista e revolucionária constatar, a partir de Lukács (2013), que a totalidade social em movimento tende ao afastamento das barreiras naturais – sempre realçando, contudo, que as alienações acabam por frear esse movimento –, ampliando a influência social nos diversos complexos que a conformam. Identificadas as alienações e iniciada a dinâmica de sua superação (impossível sem movimentos de massas), a cultura corporal tende a ganhar contornos cada vez mais sociais, a diversificar-se (movimento de conversão da “identidade da identidade” em “identidade da não-identidade”), transpondo o estágio biologicistas, o tecnicista, bem como qualquer tipo de apego a desenvolvimentos motores desvinculados do contexto social ou, até mesmo, discursos subjetivistas que hipertrofiem o papel da linguagem no “mundo dos homens”. Ademais, pela ação das forças sociais que perpassam o ato educativo, a própria ampliação dos valores genéricos em escala social pode consubstanciar-se em uma possibilidade concreta, ou seja, que se faz presente na gama de opções historicamente factíveis, desatrelada de contornos idealistas.

Enfim, a ontologia em pauta, seja pelos princípios metodológicos, seja pelas categorias que dão concretude ao movimento do ser social (trabalho, linguagem, relações sociais, reprodução, ideologia e alienação), nos oferece elementos analíticos potentes, tanto para analisar o complexo como um todo, transpondo os limites do pedagógico, quanto para dissecar o ato educativo que tem por arrimo a cultura corporal.

Por fim, reafirmamos: essa dissertação não é um ponto de chegada, mas sim, de partida. O primeiro passo rumo à apropriação da ontologia do ser social como possibilidade de renovação do marxismo, a ponto de torná-la instrumento da educação física no projeto do qual nos propomos a fazer parte: contribuir, pela cultura corporal, para edificação da sociedade da liberdade, portanto, emancipada dos grilhões do capital!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. Ano XVII, abr. 1996.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

AZEVEDO, F. de. **Da educação física**: o que ela é? O que tem sido, o que deveria ser. 2. ed. Rio de Janeiro: Weiszflog, 1920.

BAUMAN, Z. **Globalização e as consequências humanas**. São Paulo: Diálogo e Cultura 2, 1999.

BECK, C.; BOLT, A.; FERGUSON C. H. **Trabalho Interno**. EUA, 2010.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, ago. 1999.

BRACHT, V. **Educação Física e ciência**: cenas de um casamento (in)feliz. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

BRACHT, V. A educação física brasileira e a crise da década de 1980: entre a solidez e a liquidez. In: MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo...e “mente”**. Novas contradições e desafios do século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2010.

BRACHT, V.; QUINTÃO, F. **Emancipação e Diferença na Educação**: uma Leitura Com Bauman. São Paulo: Autores e Associados, 2006.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 705, de 25 de julho de 1969**. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 69.450, de 01 de novembro de 1971**. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BRASIL. **Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975**. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

CARLI, R. **Lukács e as raízes históricas da sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2011.

CHEVITARESE, L. As “Razões” da Pós-Modernidade. In: Análogos. I SAF-PUC, 2001. **Anais...** RJ: Booklink, 2001. ISBN 85-88319-07-1.

CONDORCET, J. **Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain**. Paris: Garnier-Flamarion, 1988.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DAOLIO, J. Educação física brasileira: autores e atores da década de 80. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, nº 18 (3), mai. 1997.

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d., v. 2, p. 267-280.

EORSI, I.; VÉZER, E. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogo**. Tradução: Cristina Alberta Franco. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Viçosa: Editora da UFV, 1999.

FREDERICO, C. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOLDMANN, L. **El hombre y lo absoluto: El dios oculto**. Barcelona: Península, 1985.

GONÇALVES, J. A. P. **Subsídios para implantação de uma política nacional de desportos**. Brasília: Horizonte, 1971.

GRIGORIOU, P. Europa em crise. Uma visita guiada à nova crise. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 7, n. 82, mai. 2014.

- HABERMANS, J. **Teoria de la acion comunicativa**. Madri: Taurus, 1987.
- HALIMI, S. “Projeto europeu”. A máquina de punir. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 7, n. 82, mai. 2014.
- HOBSBAWM, E. J. **A era dos extremos, 1914-1991**. O breve século XX. São Paulo: Schwarcz, 1995.
- HOBSBAWM, E. J. **A era do capital, 1848 a 1857**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- HÚNGARO, M. **Modernidade e Totalidade**: em defesa de uma categoria ontológica. São Paulo: PUC, 2001.
- HÚNGARO, M. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana**: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. Campinas: UNICAMP, 2008.
- HÚNGARO, M. A educação física e a tentativa de deixar de mentir: o projeto de “intenção de ruptura”. In: MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**. Novas contradições e desafios do século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- IASI, M. L. Lukács: a ponte entre o passado e o futuro. In: DEL ROIO, M. (Org.). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo**: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.
- LENHARO, A. **Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986.
- LESSA, S. **A Ontologia de Lukács**. 2. ed. Alagoas: Ed. Ufal, 1997.
- LESSA, S. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 5, p. 83-100, 2001.
- LESSA, S. **Trabalho e Sujeito Revolucionário no Debate Contemporâneo**. Disponível em: <sergiolessa.com/Videosetalli.html>, 2006. Acesso em: 14 out. 2013.
- LESSA, S. **Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social**. 3. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. cor.
- LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LUKÁCS, G. **Por uma ontologia do Ser Social**. Roma: Riuniti, 1981.
- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LYOTARD, J. **O pós-moderno**. São Paulo: José Olympio, 1986.

MARINHO, I. P. **História da educação física e dos desportos no Brasil**. Rio de Janeiro: DEF-MES, 1953. v. 4.

MARINHO, I. P. **História geral da Educação Física**. 2. ed. São Paulo: Brasil Ed. 1980.

MARX, K. **O Capital**. 1963, v. 01.

MARX, K. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K. Introdução [à Crítica da economia política] In: MARX, K. **Para a crítica à economia política [e outros escritos]**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos (Primeiro Manuscrito) – Trabalho Estranhado**. Campinas: Ideias, 2002. 18 p.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos (1844)**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo...e “mente”**. Novas contradições e desafios do século XXI. Campinas: Papyrus, 2010.

MESZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MESZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MESZÁROS, I. **O conceito da dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULO NETTO, J. P. **Lukács e a Crítica da Filosofia Burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

PAULO NETTO, J. P. **Os Grandes Cientistas Sociais: Georg Lukács**. Tradução José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ática, 1981.

PAULO NETTO, J. P. **Lukács: o guerreiro sem repouso**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PAULO NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: PAULO NETTO, J. P. **Serviço Social: direitos sociais e experiências profissionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, [199-].

PAULO NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, nº 50, Ano XVII, abr. 1996.

PAULO NETTO, J. P. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: LESSA, S. (Org.). **Lukács e a atualidade do Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002, p.77-101.

PAULO NETTO, J. P. **O que é marxismo**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULO NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. Texto de Comunicação do autor presente na seção temática “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie.” **III Encontro Nacional “Civilização ou Barbárie”**. São Paulo, 2010.

PAULO NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, J. P. **O conceito da dialética em Lukács**: Prefácio. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1982.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCHAFF, A. **História e verdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. Coleção Magistério 2º grau. Série Formação do Professor. São Paulo: Cortez, 1992, 84 p.

SWEEZY, P. M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TERTULIAN, N. A ontologia em Heidegger e em Lukács: fenomenologia e dialética. In: DEL ROIO, M. (Org.). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.

TONET, I. Lukács, trabalho e emancipação humana. In: DEL ROIO, M. (Org.). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.

VAISMAN, E.; FORTES, R. V. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**: Prefácio. São Paulo: Boitempo, 2010.

WOOD, E. M. **Em defesa da história**: o marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.